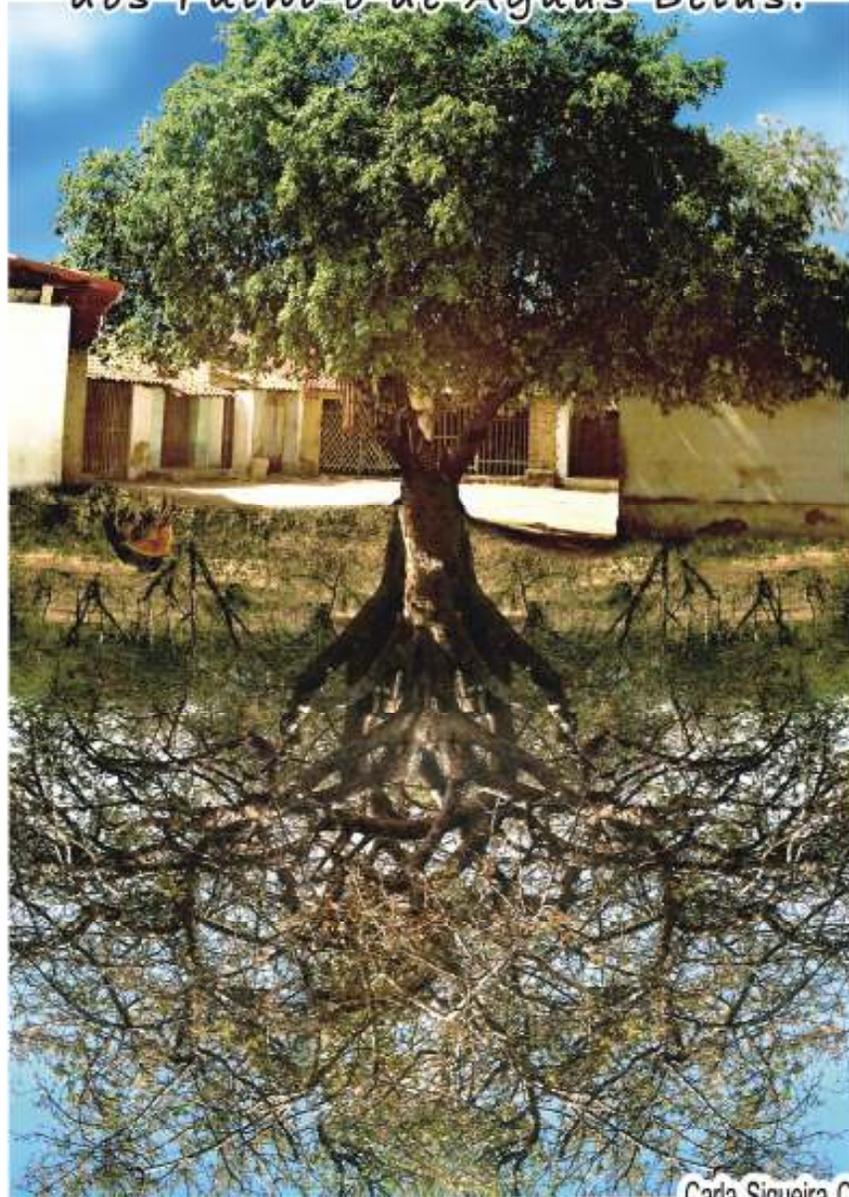


Por uma antropologia ecológica
dos Fulni-ô de Águas Belas.



Carla Siqueira Campos
UFPE / 2006

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

**Por uma Antropologia Ecológica dos Fulni-ô
de Águas Belas .**

CARLA SIQUEIRA CAMPOS

Recife

2006

Carla Siqueira Campos

**Por uma Antropologia Ecológica dos Fulni-ô
de Águas Belas .**

Dissertação apresentada à banca examinadora da
Universidade Federal de Pernambuco, como exigência
para obtenção do grau de Mestra em Antropologia.

Orientador: Prof. Dr. Peter Wilfried Schröder

Recife
2006

Campos, Carla Siqueira

Por uma antropologia ecológica dos Fulni-ô de Águas Belas. – Recife: O Autor, 2006.

118 folhas : il., foto, gráf., mapa, quadro

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Antropologia. Recife, 2006.

Inclui: bibliografia e anexos.

1. Antropologia. 2. Antropologia ecológica. 3. Índios. 4. Índios Fulni-ô – Águas Belas (PE). 5. Meio ambiente – Sustentabilidade. Título.

**39
390**

**CDU (2. ed.)
CDD (22. ed.)**

**UFPE
BCFCH2007/99**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

BANCA EXAMINADORA:



Professor Doutor Peter Wilfried Schröder
Pós-Graduação em Antropologia/UFPE



Professor Doutor Renato Monteiro Athias
Pós-Graduação em Antropologia/UFPE



Professora Doutora Kênia Valença Correia Andaluz
Departamento de Zoologia/UFPE

Data da Defesa: 14/AGOSTO/2006

RECIFE – 2006

AGRADECIMENTOS

Agradeço a:

Todo povo Fulni-ô pela hospitalidade, pela confiança, pelas conversas sérias e também pelas descontraídas, pelo carinho e por terem me recebido e aberto, mesmo que parcial e momentaneamente, suas vidas. Levo o exemplo de luta e força que impulsiona, cada um e todo o grupo.

CAPES pelo fomento à pesquisa científica e investimento para o desenvolvimento dessa dissertação.

Meu pai e minha mãe pelo amor, incentivo, investimento e por tudo que representam em minha vida.

Meu irmão, Marcos, pelo amor, alegria, criatividade e pela belíssima arte expressa na capa.

Meu filho Moreno, pela motivação, pelo desafio impulsionador, mas principalmente por dar-me a alegria necessária ao vê-lo sorrindo diariamente.

Meu orientador, Peter Schröder, pelo apoio, confiança, paciência e pelas ricas contribuições fornecidas.

Meu amigo e companheiro de todas as horas, Avanildo Duque, por sua presença em minha vida, por suas palavras amigas, sábias e incrivelmente humanas. Por sua alegria contagiante, sua sensibilidade, seu amor, mas principalmente pela beleza que dá ao mundo, simplesmente com sua existência.

Sheila Bezerra, por nossas longas conversas, nossos inúmeros momentos de riso e de choro, por suas críticas e sua amizade.

Jielie, por seu carinho, preocupação e ajuda em todos os momentos dessa pesquisa.

Minhas amigas “pernambucanas”, Ângela Borges e Luciana Lira por seus carinhos, seus conselhos, e principalmente por suas amizades.

Minhas amigas cariocas, Andréa Carneiro, Andréa Lima, Beatriz Costa e Flávia Amâncio pelo incentivo, pela amizade e, principalmente, pelo prazer de compartilhar de suas vidas.

Todas e todos aqueles que deixaram de dedicar-se as suas coisas para de diferentes maneiras estarem ao meu lado, me ajudando e apoiando.

RESUMO

Historicamente, desde a chegada dos Portugueses, os povos indígenas no Brasil vivenciaram processos de exclusão e exploração, dando origem à luta pela permanência em seus territórios tradicionais e pelo direito de seu uso. Na tentativa de garantir esses direitos, foram construídas diversas estratégias de sobrevivência e permanência como forma de superar pressões sociais e ambientais e a disputa pela hegemonia da posse e utilização dos recursos existentes nos território, praticadas pela população não-indígena.

Este estudo foca a relação dos indígenas Fulni-ô com o seu meio ambiente no que diz respeito às estratégias de superação às adversidades sociais e ambientais enfrentadas, aproveitando para sugerir, a partir dos resultados, uma reflexão sobre as condições de adaptação deste povo a essas situações. A investigação foi centrada nas implicações sociais, culturais e ambientais das atividades econômicas decorrentes da construção dessas estratégias.

Os resultados demonstram uma multiplicidade de estratégias econômicas e sócio-ambientais utilizadas para garantir a sobrevivência física e cultural deste povo indígena e indicam quais dessas estratégias podem ser mais bem potencializadas para garantir a sustentabilidade sócio-ambiental dos Fulni-ô e quais merecem ter um direcionamento diferente por gerarem risco a essa sustentabilidade.

Palavras-Chave: antropologia, antropologia ecológica, índios, índios Fulni-ô – Águas Belas (PE), meio ambiente, sustentabilidade.

ABSTRACT

Historically, since the arrival of the Portuguese, the Brazilian indigenous people experienced processes of exclusion and exploration, giving rise to the struggle to remain and the right to use the territory inhabited by their ancestors. While trying to assure their rights, several strategies of survival and permanence as ways to overcome social and environmental pressures and the dispute for the hegemony over the possession and the use of the existing resources in the territory, as practiced by the not-indigenous population.

This study focuses the relation of the *Fulni-ô* indigenous people with the environment through strategies of surpassing social and environmental adversities, analyzing the condition to adaptation of this people to these situations. The investigation was centered in the social, cultural and environmental implications of the economic activities arising out of the construction of strategies and the perception that the *Fulni-ô* have about their environment.

The results demonstrate a multiplicity of economical and social-environmental strategies adopted to guarantee the physical and cultural survival of this indigenous people, being these well adaptive in a level, and badly adaptive in another, when compared to the dimensions of the sustainable human development. In this sense, the perception that the *Fulni-ô* have of their environment is related to the level of attention to their needs for survival and conviviality with the environment.

Keyword: anthropology, ecological anthropology, indigenous people, indigenous people Fulni-ô – Águas Belas (PE), environmental, sustainability.

- SUMARIO-

Introdução _____	09
Capítulo I	
A Chegada e os Percalços da Pesquisa _____	21
Capítulo II	
O Lugar Social na Gênese do Meio Ambiente Fulni-ô _____	29
Capítulo III	
Um Retrato do Campo _____	37
3.1 – Caatingas: a oferta e a escassez do semi-árido nordestino	37
3.2 - A histórica luta pelo reconhecimento e direito à posse e uso do território Fulni-ô....	43
3.3 – A atual ocupação do território.....	52
Capítulo IV	
As Relações de Pressão e a Construção das Estratégias de Sobrevivência dos Fulni-ô _____	60
4.1. As relações de pressão e convívio com os outros sujeitos sociais.....	60
4.2. Atividades econômicas como estratégias de sobrevivência.....	62
4.2.1. Artesanato	64
4.2.2. Arrendamento de terras.....	72
4.2.3. Trabalhos, empregos e aposentadoria.....	73
4.2.4. Projetos produtivos	74
4.2.5. Agricultura	74
4.2.6. Apresentação artística	77
4.2.7. Apicultura	79
4.2.8. Caça	82
4.2.9. Criação de animais.....	83
4.2.10. Pesca	85
Capítulo V	
Um Olhar Sobre os Saberes Ambientais _____	87
Considerações Finais _____	98
Referências Bibliográficas _____	101

I.	Os 100 municípios com os menores IDH	107
II.	Indicadores da qualidade de vida nos municípios da microrregião do Vale do Ipanema.....	110
III.	Plantas de utilidade para os Fulni-ô.....	111
IV.	Lista das Plantas Medicinais.....	114
V.	Índice de fotografias	117
VI.	Índice de quadros.....	117
VII.	Índice de mapas	117
VIII.	Índice de gráficos	117

INTRODUÇÃO

Ao tempo em que trabalhava com comunidades carentes do Rio de Janeiro, em um projeto piloto de educação ambiental intitulado “Educação Ambiental em Áreas de Reflorestamento”, pude perceber que as concepções das populações daquelas comunidades acerca do seu meio ambiente físico-biológico eram bem distintas das concepções dos técnicos e pesquisadores envolvidos no projeto. Nenhuma atitude nossa, fosse ela demonstrativa, lúdica ou explicativa, era capaz de modificar realmente a maneira daquelas populações se relacionarem com o meio.

Na tentativa de promover a ação participativa por meio de assembléias marcadas em cada etapa do projeto a fim de ouvir os/as moradores/as, as lideranças comunitárias e membros de organizações para, juntamente com eles, traçar os objetivos e métodos a serem aplicados foi observado que, mesmo algumas pessoas comparecendo às reuniões, as contribuições eram muito poucas ou nenhuma. Muitos dos presentes nem sabiam de fato o que estava acontecendo e faziam reclamações das mais variadas, reclamações estas que, para nós, nada tinham a ver com os assuntos em questão, e que mais tarde percebi ter, para aquele grupo, coerência com o que estava sendo proposto.

Aconteceu, então, que as poucas sugestões que chegavam sobre o assunto de que estávamos dispendo-nos a discutir eram dos membros das organizações locais ou das lideranças comunitárias. Isto tanto tinha ligação com uma questão de poder, quanto ao fato de haver semelhança em nosso discurso. Os demais segmentos da comunidade não participavam ativamente da discussão, e muitos pareciam nem se quer estar nos entendendo.

Com a falta de compreensão, de ambas as partes, sobre o discurso do outro foram criadas formas arbitrárias de criar e resolver questões, refletindo o abismo existente entre nós. Para Latour (1994) este abismo originado pela falta de compreensão entre os diferentes grupos sociais é consequência da forma como cada qual mobiliza o objeto, no caso a natureza. Por um lado, a maneira cartesiana e científica dos técnicos e pesquisadores, por outro uma racionalidade que reúne práticas e conhecimentos novos e ancestrais – revividos e ‘relidos’ pelas gerações subsequentes-, baseados em valores diferentes do primeiro grupo. O fato de terem seus próprios

conhecimentos, independentes do saber cartesiano e científico, demonstra uma ‘verdade’ própria, uma ‘ciência’ própria.

Em certa ocasião, trabalhando questões ligadas aos recursos hídricos, referi-me a um rio que corta a comunidade e onde todo o esgoto produzido é despejado, quando um aluno retrucou: *“Não professora, isso aí não é um rio não. Isso aí é uma vala”*. Naquele momento ficou claro para mim que não falávamos uma mesma “linguagem” cultural, tínhamos percepções ambientais distintas, que por sua vez nos conduzia a ações igualmente diferenciadas.

Outra vez, arborizamos um espaço à frente de uma organização social com espécies ornamentais. Dois dias depois o espaço havia sido destruído, tudo havia sido ou levado ou destruído. Na mesma ocasião percebemos a mobilização voluntária dos moradores em criar uma horta comunitária de plantas medicinais em um outro espaço mal aproveitado. Tal situação nos despertou para o fato de, pelo menos parte, os moradores terem mais interesse em cultivar nos espaços públicos mal aproveitados da comunidade plantas para outros fins, que não meramente ornamentais.

Esses episódios me levaram a compreender que a diferença entre a percepção da equipe técnica e da comunidade e, conseqüentemente, os significados atribuídos aos elementos naturais e as ações sobre o meio ambiente não representavam falta de interesse ou relevância sobre tais elementos por parte de um de nós, mas apenas diferenças entre as nossas percepções ambientais. Muitos dos nossos conhecimentos ambientais eram respaldados pelas mais recentes descobertas científicas, apreendidas por nós em nossa trajetória acadêmica, já o processo de construção das percepções ambientais daquela população foi baseado em vivências bem distintas das nossas. Como a maioria daquelas pessoas estudou em escolas que apresentavam carências de profissionais e até mesmo deficiências curriculares e pedagógicas, seus conhecimentos ambientais muitas vezes provinham de suas vivências cotidianas, manifestadas em uma complexa rede de relações orientada por questões econômicas, sociais e de poder, em um determinado contexto ambiental, específico e diferente do nosso. Por esta razão tínhamos percepções ambientais distintas, que por sua vez faziam com que tivéssemos conhecimentos e práticas distintas.

Reconhecendo as diferenças culturais existentes entre os grupos sociais e também dentro de uma mesma sociedade, a antropologia contribui para oferecer aos estudos ambientais uma elucidação das formas de agir e representar que promovem a recuperação, a conservação ou a

degradação do ambiente, de forma complementar ao que é feito pelas ciências naturais, onde o grupo humano é adotado como uma unidade.

Desta forma, parece que um estudo que considere a diversidade cultural, as relações sociais, políticas, econômicas, de poder e o contexto ambiental nos termos utilizados pela antropologia, seja, dentre as ciências sociais, a abordagem mais apropriada.

No caso de estudos ambientais com enfoque no ser humano, como no caso da educação ambiental e dos levantamentos sócio-ambientais, a antropologia, pela magnitude de dimensões apreendidas por ela, contribui para a compreensão da complexidade das relações entre sociedade e meio ambiente “natural”.

Os conflitos sociais marcados pelas disputas por recursos naturais e a degradação ambiental e social, mundialmente instalada, contribuíram para o grave quadro de insustentabilidade sócio-ambiental presente nos dias atuais. A mudança deste quadro passa também pela reflexão nas formas de agir e manipular o meio. Com isso, a relação entre sociedade e meio ambiente vem ganhando destaque como uma das principais preocupações, presente tanto na construção de políticas públicas, quanto na produção de conhecimento.

A importância de se considerar as questões sócio-ambientais ganhou destaque, por exemplo, na revista *Capitalism, Nature, Socialism*, quando na ocasião sua introdução trouxe a seguinte advertência:

“Os temas da ecologia humana e do meio ambiente estão tornando-se rapidamente o assunto dos anos vindouros do século XX, e são considerados como tais não somente pelas organizações não-governamentais e internacionais, mas por milhões de pessoas que descobriram que suas lutas econômicas, sociais, políticas e culturais, tendo em vista sua sobrevivência contra a pobreza e a miséria, são simultaneamente lutas ecológicas. O sinal prático de que a ecologia pode transformar-se nos temas dominantes do século XXI, é o rápido crescimento dos movimentos sociais que de uma maneira ou de outra estão combatendo a tendência mundial de destruição da natureza no universo. Os temas mundiais da ecologia e do meio ambiente vão certamente ter maior importância no futuro. Os povos do mundo estão começando, de formas variadas e às vezes contraditórias, a levar em conta as relações entre si e com o resto da natureza. (nov. 1989:1-2¹)”

¹ - apud Diegues, 2004:51

A defesa, por parte de muitos acadêmicos, por estudos inter e transdisciplinares sobre o ser humano e o meio ambiente levaram Adams (2000), após analisar as abordagens ambientais dos estudos antropológicos, a concluir que na década de 90 houve um aumento dessas abordagens, fato que demonstra a recente tendência e necessidade da interdisciplinaridade para as questões que envolvem o ser humano e o meio ambiente.

Para Leff (2002), a complexidade ambiental passa a ser mais bem compreendida quando a biologia, a economia e a antropologia são conectadas.

A união entre as ciências ambientais e sociais fornece variados conhecimentos que nos subsidiam para uma melhor reflexão acerca da realidade. Milton (1997:23) defende que os estudos ecológicos podem, por exemplo, determinar quais práticas humanas são benéficas, quais são maléficas e quais são suas conseqüências no meio. Já os estudos antropológicos podem revelar quais formas de ver o mundo fomentam práticas benéficas e quais fomentam práticas maléficas:

“ La antropología puede por lo tanto ayudar a desarrollar una comprensión de lo que podría implicar un modo de vida sostenible no solo do punto de vista del trato físico que recibe el ambiente sino desde el punto de vista de qué tipos de valores, creencias, estructuras de parentesco, ideologías políticas y tradiciones rituales podrían contribuir a estas prácticas sostenibles.”

Além de contribuir para a construção de conhecimentos e estratégias metodológicas, a pesquisa ambiental no campo da antropologia influi na esfera política, por manter múltiplas relações com interesses econômicos e políticos, operando em um campo em disputa, que tanto pode corroborar interesses de grupos conservacionistas, quanto de grupos que detêm o poder, ou até de populações tradicionais na luta pelo reconhecimento de sua identidade.

Outro olhar antropológico que pode ser exercitado é sobre as questões de poder, permitindo compreender a problemática ambiental a partir dos resultados de interesses contraditórios e participações desiguais existentes no interior dos grupos sociais estudados. Esta influência do poder impõe condições e determina lugares, fomentando uma divisão de direitos, de trabalho e de saber.

Nesse sentido, Foladori e Taks (2004:343) advertem ser “necessário reconhecer que, segundo sua posição na distribuição da riqueza social, na ocupação do espaço construído e nas decisões políticas, os grupos e classes sociais respondem de maneiras diferentes tanto aos impactos internos quanto àqueles provenientes da natureza externa”.

Os autores destacam duas áreas, não exclusivas, mas nas quais a antropologia pode contribuir para a compreensão da problemática ambiental. A primeira é a informativa, cujo papel é desmistificar os preconceitos sobre a relação das sociedades com seus ambientes bióticos, tais como a crença na existência de um vínculo harmonioso entre natureza e sociedades pré-industriais e na idéia da tecnologia moderna ser a causa principal da crise ecológica. A desmistificação na crença da relação harmônica entre sociedades pré-industriais e seu meio ambiente não nega a existência de conhecimentos e práticas de gestão dos recursos que contribuem para a sustentabilidade sócio-ambiental, e se, por um lado, ela causa desesperança àqueles que acreditam estar nas sociedades pré-industriais a salvação para o quadro de degradação ambiental, por outro dá visibilidade a existências desses conhecimentos e práticas em todas as sociedades.

Em simetria com a primeira, a segunda área é de caráter metodológico e diz respeito à forma de abordar os problemas ambientais, de modo a revelar caminhos que levem a sociedades mais sustentáveis.

Considerando as vantagens de uma abordagem interdisciplinar optei em utilizá-la para melhor compreender as relações sociais, culturais, políticas e econômicas, e a realidade ambiental, que orientam a relação do grupo com seu meio ambiente.

Sendo assim, este estudo observa a condição atual de um cenário ambiental específico, focando suas principais restrições e estratégias adaptativas, e levantando parte do aparato prático e cognitivo inerente à relação do povo indígena Fulni-ô com seu meio.

Localizados em uma região com características inóspitas, os Fulni-ô habitam no município de Águas Belas, em meio ao agreste pernambucano. A região tem característica inóspita não só no campo ambiental, onde é marcada por características climáticas pouco favoráveis, mas também no campo social, político e econômico, tornando o cenário ainda mais desfavorável.

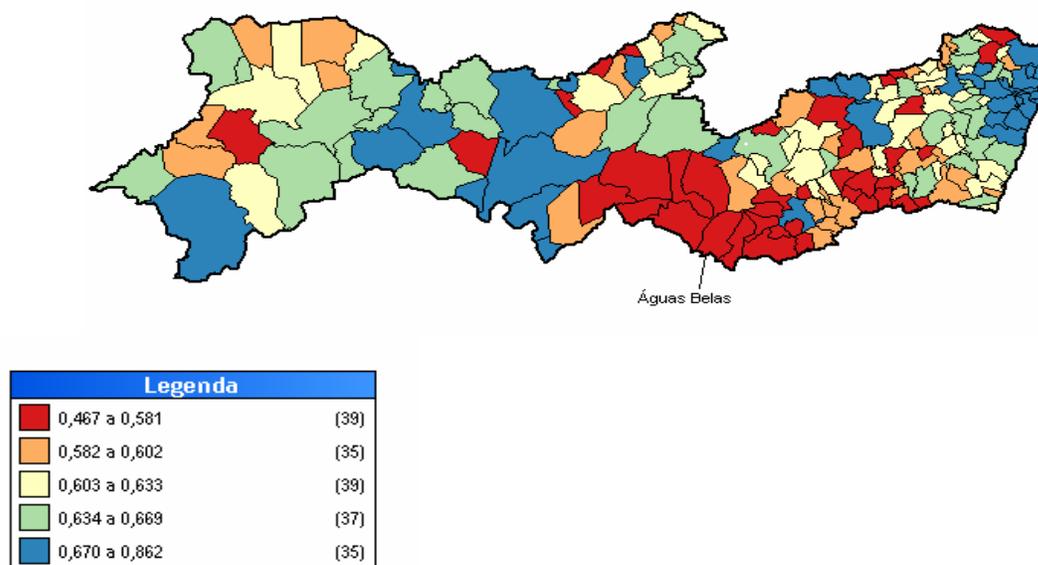
A difícil conjuntura atual por que passa Águas Belas é resultado de um processo histórico de má administração pública, falta de uma política eficaz de desenvolvimento local e privação

dos direitos humanos, que fomenta um quadro de degradação social, sentido inclusive e principalmente pela população indígena local.

Atualmente, Águas Belas apresenta um dos piores índices de desenvolvimento humano (IDH) do Brasil, o penúltimo lugar no ranking entre os 100 municípios brasileiros com os menores IDH (Anexo I).

Os indicadores de qualidade de vida e acesso aos direitos básicos revelados no índice de desenvolvimento humano de Águas Belas evidenciam a precária situação em que vive a população deste município (Anexo II).

O município fica, na realidade, em uma região que concentra os piores Índices de Desenvolvimento Humano de Pernambuco (Mapa 01), estando marcado por exclusões sociais que levam a um quadro de insustentabilidade sócio-ambiental. A região de Itaíba, a que pertence Águas Belas, foi apontada pelo Incra (2006²) como uma das áreas de maior conflito social no Estado de Pernambuco.



Mapa 01. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, no estado de Pernambuco – 2000

(Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano. IPEA, 2000)

² - Informações obtidas junto à coordenação do Departamento da Ouvidoria Agrária, na Superintendência do Incra de Pernambuco (SR03-PE).

Este quadro de insustentabilidade sócio-ambiental é externado nas diversas reivindicações sociais, fazendo do município um campo de disputa por terras. O acesso e uso das terras no município são reivindicados por 3 movimentos sociais de agricultores rurais sem terra³- que mantêm 9 assentamentos, 18 acampamentos e 1643 famílias envolvidas - 3 comunidades quilombolas⁴, a própria população urbana, que vive no núcleo da cidade, dentro de terras indígenas, e o povo indígena Fulni-ô, legitimando o cenário social conflituoso e repleto de tensões.

Em meio a tantas disputas pela terra, os Fulni-ô passam por um processo de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas por seus antepassados, a fim de ampliar seu território. Neste sentido vale ressaltar a importância do reconhecimento de um uso tradicional e, sobretudo, da identidade indígena para garantia do direito ao acesso e uso das terras.

Se, por um lado, ser índio Fulni-ô pode conferir-lhes benefícios perante as leis, por outro lado, pode piorar as relações com os demais atores sociais de Águas Belas. Uma relação animosa existe desde os primórdios da fundação da cidade e tem sua origem na disputa pelo território indígena. Os relatos indígenas sobre o passado de luta pela permanência nas terras lembram momentos em que eram coagidos e rechaçados sob constantes violências físicas.

Além de toda dificuldade encontrada no campo social, político e econômico, a população de Águas Belas enfrenta, também, obstáculos no campo físico-biológico. Localizado no polígono das secas, no semi-árido pernambucano, o município convive com a ocorrência cíclica da seca e a escassez e sazonalidade que marca a oferta de água, afetando a disponibilidade de parte dos recursos naturais. Por suas características adversas, este ambiente é comumente considerado como tendo recursos naturais pouco diversificados e profícuos, sobretudo por aquelas pessoas que não dependem diretamente das caatingas.

³ - Segundo informações da Ouvidoria Agrária do Inra no ano corrente de 2006 estiveram em disputa por terras em Águas Belas o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE) e o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST).

⁴ - Nos anos de 2004 e 2005 foram reconhecidas e identificadas, pela Fundação Cultural Palmares, 3 comunidades quilombolas em Águas Belas: 1. *Quilombo*, publicado no Diário Oficial da União no dia 10/12/2004; 2. *Sítio Pinhão*, publicado no Diário Oficial da União no dia 08/06/2005; e 3. *Tanquinhos*, também publicado no Diário Oficial da União no dia 08/06/2005.

O problema de ordem natural tido como a principal causa de todas as demais dificuldades é a ocorrência das chuvas em baixas quantidades e concentradas em um período do calendário, ou seja, o problema relaciona-se à baixa disponibilidade e má distribuição, entendendo esta não só em razão de uma concentração em épocas do ano, mas também em razão da inexistência de mecanismos capazes de otimizar seu aproveitamento e da ausência de uma distribuição eqüitativa. A importância desse recurso pode ser sentida na organização do trabalho produtivo dos Fulni-ô, na exuberância da paisagem natural, na alegria de seu povo quando a chuva chega e até na origem de seu nome.

Segundo a história oral, aparentemente compartilhada entre os Fulni-ô, uma parte de seus antepassados habitava a margem do Rio Ipanema, principal rio perene da região, como na língua indígena deste povo rio equivale a “Fuli”, os que habitavam suas margens passaram a ser conhecidos como Fulni-ô. Assim, todos os indígenas que viviam em Águas Belas passaram, com o tempo, a serem reconhecidos como Fulni-ô.

Apesar de hoje haver uma auto-identificação por esta designação, os Fulni-ô atribuem a origem do nome a um sujeito externo, como aparece na fala de um dos informantes:

“(...) Aqui é 5 raça de índio: Fola, Fokhlassa, Brogradá, que eu não sabia, Tapuia, que viviam na Serra Preta e tinha os Carnijós. Agora, justamente, teve essa conjunção de índios, passa um... viu o Rio Ipanema, e nessas épocas eles encontravam muitas dessas coisas que eu falei: mel, caça, raiz, peixe. E daí chega um antropólogo aqui, há muito tempo, e fez um estudo antropológico e deu o nome de a nação Fulni-ô. Todos os índios chegaram a um entendimento e deram o nome de Fuli. Tem sentido porque o rio tem o nome de Fuli, na nossa linguagem, o “ô” já somo nós (...) porque o rio é importante pra nós. (...)” (Gl.)

Na autodenominação que fazem de si, muitos Fulni-ô se identificam como descendentes dos Carnijós, dos Fola, Fokhlassa e Brogradá, variando apenas a combinação entre eles. É comum também ouvi-los atribuir sua descendência aos Carnijós, enquanto as designações Fola, Fokhlassa e Brogradá seriam os clãs, subgrupos ou grupos independentes que compõem sua etnia. Apesar de muitas vezes ser esta a lógica que explica a descendência Fulni-ô, este resgate carece de exatidão e, sobretudo, os termos Carnijós e Brogradá são enigmáticos, não sendo possível tirar conclusões sobre suas origens.

As teorias acadêmicas sobre a origem da formação desta etnia divergem em suas conclusões. A teoria de Pinto (1956:67) aproxima-se muito desta última versão indígena quando afirma que os índios ‘Carnijós’ eram compostos por diversos clãs que habitavam o Vale do Ipanema:

“Os ‘Foklasá’ viviam no Zumbi, a subida da Serra dos Cavalos (Foklasá significa ‘os do lugar de muitas pedras’); os ‘Fola’, isto é, ‘os bicos de patos’, mais para o sul, no vale do riacho do Funil, quase junto a Serra do Tanquinho (ainda hoje há um ribeiro, nesta zona, com o nome de Fola-fuli). Ambas as frações falavam a mesma língua dos Fulni-ô. Também a notícia de outra fração, de dialeto diferente, a dos Brogradá, ou Bragradá. (...) Os Brogradá parece que não faziam parte da família lingüística dos Fulni-ô, pois este nome é estranho a língua yãthê.”

Pinto (1956:249) lembra ainda que houve tentativas de caracterizar os Fulni-ô como os últimos representantes dos Cariri, no entanto esta hipótese foi refutada com base em comparações lingüísticas.

Há também a teoria de que os Fulni-ô seriam descendentes de duas tribos de índios, igualmente identificados pelo etnônimo de Carnijó, ou Carijó⁵. Uma dessas aldeias estaria localizada ao pé da Serra do Comunati, onde hoje se encontra Águas Belas, e a outra às margens do Rio Ipanema (MELO, 1929). Melo afirma que os Fulni-ô são originários de diferentes tribos e conclui que *os Carnijós do Comunati e os Carnijós de Ipanema, inimigos a princípio, de tipos etnográficos diferentes, estão hoje reunidos à aldeia de Águas Belas, com uma só língua e sob os mesmos preceitos religiosos (...)*(p.7). No resgate histórico feito por Vasconcelos, o autor (1962:21) compartilha a teoria dos Fulni-ô serem descendentes de duas tribos distintas, no entanto, para o autor eles seriam "remanescentes" dos Carapotó e Xocó. Sabe-se, no entanto, que Carapotó era o nome de uma liderança indígena na serra do Comunati em torno do ano 1644, o que poderia ter levado este historiador a tirar conclusões equivocadas.

A junção destes grupos indígenas que hoje são reconhecidos como Fulni-ô, provavelmente se deu a partir do século XVIII, quando em 1700 foi lançado o Alvará Régio de 23 de novembro que ordenava que se desse a cada aldeamento uma légua de terra em quadra, para a manutenção

⁵ - Apesar de diversas hipóteses e especulações terem sido levantadas, não há conclusões definitivas quanto à origem e significado dos etnônimos Carnijó(s) e Carijó(s), forma como os Fulni-ô eram oficialmente mais conhecidos até meados do século XX. O mais comum é entender este etnônimo como uma designação genérica.

dos índios e dos missionários, e que cada aldeia se compusesse de pelo menos 100 casais. No caso de haverem pequenos agrupamentos indígenas a uma pequena distância, a légua de terra deveria ser partilhada entre eles, e nesta situação estariam enquadrados os indígenas da serra do Comunati e do vale de Ipanema.

Os dados oficiais falam de uma população aproximada em 2.900 (FERREIRA,1996) vivendo nas aldeias urbana e Xixiakhlá – a aldeia rural. No entanto, os próprios índios afirmam que os números já passam de 5.000, sem considerar aqueles que vivem entre os Kariri-Xocó, no município de Porto Real do Colégio (AL), e outras cidades de Pernambuco e mesmo do Brasil.

Para reconhecer um descendente Fulni-ô hoje, os critérios mais importantes são: ser filho de pais Fulni-ô - pelo menos um entre o casal - e participar do ritual do Ouricuri desde criança. Este reconhecimento, dentre outras coisas, garante ao índio Fulni-ô o direito à propriedade da terra indígena.

No caso dos filhos de uniões interétnicas e entre indígenas e não-indígenas, somente são considerados Fulni-ô aqueles que participam do ritual. O fato de ser considerado índio Fulni-ô conferir à pessoa benefícios nesta organização social, somado ao fato do ritual exigir uma participação intensa três meses no ano, além de encontros semanais que acarretam em pernoites na Aldeia Ouricuri, reforça a ocorrência de casamentos dentre da própria etnia. Tal preferência atua como uma estratégia não só de manutenção da cultura, mas também de concentração das terras, haja vista que garante a permanência das terras na posse dos índios.

O ritual religioso do Ouricuri constitui para os Fulni-ô um segredo impenetrável, assim como os assuntos correlacionados, como alguns aspectos da organização social e política. Desta forma, considera-se que a organização religiosa dos Fulni-ô (...) *lhes fornece um mapeamento simbólico que lhes garante, não só a sua espiritualidade, como também sua organização grupal, parental e direito a terra e residência na reserva.* (STORNI, 1995)⁶.

A participação no ritual é obrigatória e acontece já nos primeiros anos de vida da pessoa. Por exigir o exercício da capacidade de compreender e se expressar em Yaathe, sua língua nativa, é que ela permanece viva até hoje reforçando a importância do ritual religioso.

⁶ - apud Ferreira, 1996.

Quem não participa regularmente no Ouricuri, perde o direito de assistir mais tarde e, com isso, deixa de ser considerado índio Fulni-ô, o que dentre outras coisas lhe exclui o direito à propriedade da terra indígena.

O idioma Yaathe, pertencente ao tronco Macro-Jê, é um dos instrumentos mais importantes da cultura Fulni-ô, pois lhes confere identidade e os destaca entre as demais etnias indígenas dos estados nordestinos, haja vista que são os únicos bilíngües dessa região. Este diferencial dá aos Fulni-ô maior visibilidade diante dos órgãos de fomento, colocando-os em situação de vantagem.

Assim como o ritual é privativo a esses índios, a compreensão mais aprofundada da língua também o é, com isso, apenas as palavras mais simples podem ser ensinadas aos não-indígenas, permanecendo o domínio maior da língua uma habilidade de direito apenas dos legítimos Fulni-ô.

O domínio da língua segue notadamente uma distribuição geracional. Os mais novos entendem o idioma e falam, pelo menos um pouco, mas são os mais idosos que dominam melhor o Yaathe. Confirmando esta tendência, a lingüista Costa (1993) ao estudar o Yaathe, entre os Fulni-ô, concluiu que esse idioma começa, em parte, pelo monolingüismo em português, que se transforma, com o tempo, em bilingüismo passivo e avança, finalmente, em direção ao bilingüismo ativo.

Quanto à organização política, os Fulni-ô contam com a presença de um cacique, conhecido como sr. João Pontes, do pajé, o sr. Cláudio Pereira Júnior e de alguns conselheiros. Os dois cargos são vitalícios e escolhidos por meios sobrenaturais, segundo informações que não revelaram as formas como ocorre tal escolha.

Neste ambiente social e natural historicamente complexo, marcado por disputas por terras, conflitos sociais e lutas pela permanência e sobrevivência no território foram criadas estratégias capazes de garantir a continuidade desse povo culturalmente distinto, arraigadas em mecanismos de inserção econômica e política, e no aproveitamento das potencialidades humanas e culturais e dos recursos naturais existentes.

São essas estratégias que garantem a produção e reprodução desse povo, como também sua permanência e direito à terra.

Pretendendo uma análise sobre o cenário ambiental, a partir um olhar antropológico sobre as pressões sócio-ambientais e estratégias adaptativas criadas pelos Fulni-ô é que justifico assim o título desse estudo, *Por uma antropologia ecológica dos Fulni-ô de Águas Belas*.

Os objetivos específicos que orientam esta pesquisa são três. O primeiro é o levantamento das situações ambiental, social, econômica, cultural e política, que apontam caminhos e impõem dificuldades que, então, passam a ser administradas pelos Fulni-ô.

O segundo objetivo específico é identificar as estratégias criadas para garantia da permanência e do uso da terra, assim como as estratégias de inserção econômica e aquelas alternativas que suprem as necessidades de sobrevivência do indivíduo e do coletivo, não atendidas pelo poder público.

O terceiro e último objetivo específico é refletir sobre a condição do meio ambiente Fulni-ô, criada a partir das diversas estratégias, identificando pontos de sustentabilidade e insustentabilidade sócio-ambiental.

Em razão das considerações colocadas acima lanço a hipótese de que as adversidades vividas pelos Fulni-ô fomentaram múltiplas estratégias para garantir a especificidade indígena e a permanência e continuidade na terra.

A dissertação está organizada em cinco capítulos. O primeiro deles descreve todo o processo de desenvolvimento da pesquisa de campo, levantando as dificuldades, algumas impressões e os procedimentos utilizados para sua realização.

O segundo capítulo oferece o embasamento teórico no qual a pesquisa está centrada, trazendo a discussão sobre a idéia contida no conceito de justiça ambiental, assim como as idéias de adaptação, má adaptação e a construção da percepção ambiental.

O terceiro capítulo faz uma contextualização do ambiente físico-biológico e traz o resgate histórico da luta pela permanência e pelos direitos sobre a territorialidade indígena chegando aos dias atuais, quando apresento o tamanho da área oficialmente indígena, comparando-a com as reconhecidas como pertencentes ao seu território, e as atuais formas de ocupação dessa área.

O quarto capítulo apresenta as principais pressões sociais a que estão submetidos os/as índios/as. A partir dessas pressões apresento algumas das principais estratégias criadas pelos Fulni-ô para garantir sua sobrevivência física e cultural, enfocando a importância das atividades econômicas como parte dessas estratégias.

No quinto, e último, capítulo levanto alguns dos saberes e das percepções ambientais criadas no processo de engajamento dos Fulni-ô em seu meio ambiente, demonstrando a importância desses saberes para garantia da sobrevivência física e cultural dos/as índios/as.

- CAPÍTULO I -

A Chegada e os Percalços da Pesquisa

Após explicar os motivos que me fizeram optar por realizar o estudo com os Fulni-ô de Águas Belas, vou agora detalhar os procedimentos adotados e as dificuldades enfrentadas durante a pesquisa de campo.

Para realizá-la passei três meses alternando minha permanência entre Águas Belas e a região metropolitana do Recife, onde morava na ocasião. Geralmente, passava duas semanas em Águas Belas e uma semana na Região Metropolitana.

Em minha primeira ida a Águas Belas fiquei hospedada em um hotel no núcleo urbano da cidade e próximo a duas das principais entradas da aldeia urbana. Considerando que a estadia no interior da aldeia me traria maiores contatos e riquezas de informação, ampliando minha observação participante, optei por me hospedar em uma das casas.

A casa onde fiquei já estava acostumada a hospedar uma pesquisadora amiga minha, que foi a facilitadora de minha entrada na residência. De fato, acordar e dormir todo dia junto dos Fulni-ô contribuiu em muito para ampliar e ajudar a ambos, tanto a mim quanto aos índios, na compreensão do discurso do outro. Digo isto, pois sendo eu de uma outra cultura, uma cultura essencialmente urbana, e por ser de outro Estado, precisei fazer um esforço para ser compreendida e compreender o que estava sendo dito. Além disso, conviver noite e dia com os Fulni-ô me fez enxergar melhor sua realidade, pois os acontecimentos que geralmente acontecem à noite eu, ficando no hotel, estaria perdendo.

Foi depois de minha permanência à noite na aldeia que soube das reuniões extraordinárias e minha impossibilidade de caminhar, durante este período, em algumas ruas. Se por um lado, fui excluída de algumas atividades, por outro minha permanência na aldeia durante a noite me abriu portas para que eu participasse de festas particulares e rodas de conversa, permitindo-me compreender melhor a vida cotidiana deste povo. Percebi, ainda, haver preferência em liberarem,

no período noturno, parte do esgoto da cidade nas águas do rio Cipriano, que corta a aldeia urbana, poluindo-o e causando um cheiro desagradável nas casas mais próximas à sua margem.

A permanência mais prolongada e íntima na aldeia deu-me também a oportunidade de observar mais profundamente as nuances do meio ambiente Fulni-ô, identificando algumas estratégias criadas para superação das carências existentes.

Procurei então ficar muito atenta para “fotografar” o ambiente Fulni-ô ao máximo, considerando a capacidade de “fotografar” a realidade, um atributo fundamental para garantia da qualidade da pesquisa (CARDOSO, 1986:95). Todas as observações que considerei importantes foram anotadas em meu diário de campo.

A casa em que fiquei se localiza em uma rua perpendicular à principal rua da aldeia, cuja presença e o trânsito de um não indígena é permitido. Também dentro das residências Fulni-ô há pelo menos um cômodo restrito à entrada dos não índios, por motivos que não me foram ditos, mas que parecem estar ligados à religiosidade. Ninguém, na casa onde fiquei hospedada, alertou-me sobre a impossibilidade de adentrar algum cômodo, no entanto, após saber da existência desta restrição percebi que um cômodo ficava permanentemente fechado.

Moram nessa casa a matriarca, uma senhora divorciada de aproximadamente cinquenta e poucos anos, uma de suas filhas, com seus quatro filhos, e mais três netos de outra filha, que na ocasião estava trabalhando em São Paulo.

Em retribuição a hospedagem, e como forma de ajudá-las, à medida que podia, comprava alimentos. Pensando em não caracterizar uma relação de ‘pagamento’ pelas informações, optei por não realizar entrevistas com as mulheres da casa.

A escolha dos/as entrevistados/as seguiu dois critérios principais: (1) Pessoas de diferentes sexos e faixas etárias. (2) Pessoas com atividades diferenciadas.

Em razão dos Fulni-ô praticarem concomitantemente uma gama de atividades econômicas, como estratégia de superação às pressões econômicas e ambientais, tentei diversificar escolhendo pessoas com a atividade principal diferente umas das outras. Quando a pessoa não tinha uma atividade que se destacasse da outra, exercendo uma multiplicidade de atividades com uma mesma importância econômica, decidia a partir do perfil de minhas outras entrevistas. Sendo assim, se uma atividade tinha maior adesão entre os/as entrevistados/as, optava por aprofundar uma atividade com menor exercício entre eles/as. Nestes casos, me detinha mais sobre a atividade

pré-definida, mas inevitavelmente conversávamos sobre as outras. Esta definição metodológica contribuiu para a compreensão da importância e sazonalidade que marca as atividades.

Privilegiei aquelas mais diretamente relacionadas aos recursos naturais ou à cultura indígena, destacando assim a pesca, agricultura, apicultura, artesanato, manipulação de plantas medicinais para confecção de remédios fitoterápicos e a dança/música, como mostra o quadro a seguir.

Quadro 01. Perfil dos/as Informantes

<i>Nome</i>	<i>Sexo</i>	<i>Faixa Etária</i>	<i>Atividade Escolhida</i>	<i>Características</i>
Al.	Masculino	Adulto	Manipulação de plantas/ervas medicinais	Sua principal atividade de sustento é o artesanato. Suas peças são feitas com ossos e pedras, fruto de intercâmbios com outras etnias, tornando-se um diferencial dentre o artesanato Fulni-ô. O comércio das peças é feito, geralmente, em outras cidades de Pernambuco (sobretudo Caruaru), em Natal e em Brasília. Exerce também como atividade a agricultura de subsistência.
Ay.	Feminino	Jovem	Agricultura	Filha de D. Ju., a jovem não tem filhos e dedica-se desde cedo a trabalhar com os pais na roça, cuidando do roçado e dos animais.
Be.	Masculino	Adulto	Artesanato	Indicado e considerado pelos demais da tribo como um legítimo índio. Também uma referência como artesão, sua atividade econômica exclusiva. Viaja com muita frequência para vender suas peças, aproveitando estes momentos para realizar troca de materiais e experiências com índios de outras etnias. Várias técnicas e mesmo modelos confeccionados são resultados desta troca. Atividades de coleta, plantio, caça e pesca, apesar de secundárias, também são frequentemente feitas.
Ci.	Feminino	Adulta	Pesca	Dedica muitas horas de seu dia nas tarefas domésticas. Com frequência vai com o marido pescar, para consumo da família.
Cl.	Masculino	Idoso	Agricultura	Uma das principais lideranças para seu povo. A agricultura é uma das suas atividades econômicas mais relevantes.
Co.*	Feminino	Jovem	-	Jovem e estudante. Pretende ir á Recife cursar uma universidade. A mais velha de quatro irmãs, contribui com a mãe nas atividades domésticas. Participa de grupos de música/dança indígena.

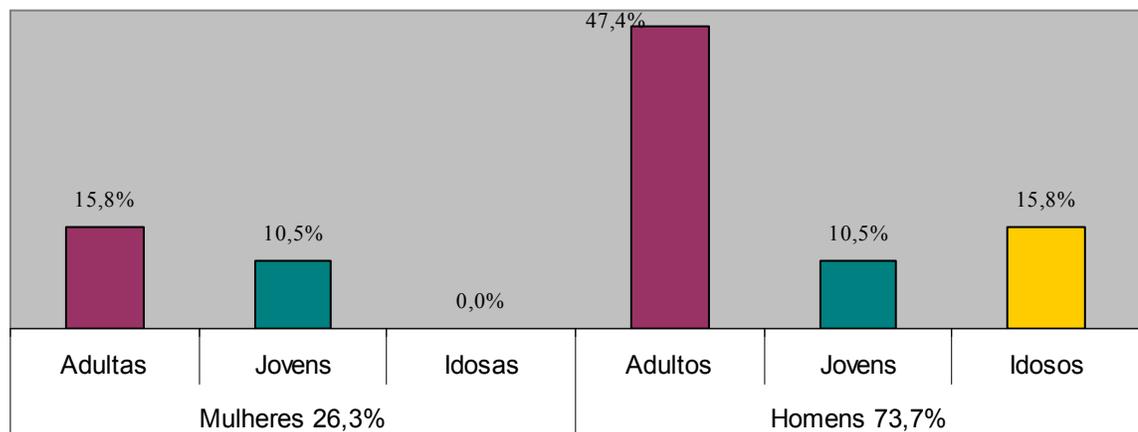
<i>Nome</i>	<i>Sexo</i>	<i>Faixa Etária</i>	<i>Atividade Escolhida</i>	<i>Características</i>
Gl.	Masculino	Adulto	Manipulação de plantas/ervas medicinais	Deseja alcançar retorno financeiro com o projeto do Laboratório de Fitoterapia, no qual participa. Pratica agricultura e artesanato como garantia de sobrevivência econômica. Inserido no “mundo dos projetos”, apresenta um discurso politizado e com conhecimentos adicionados pelas capacitações pelas quais passou.
Jô.	Masculino	Idoso	Agricultura	Liderança local. A agricultura é uma das suas atividades econômicas mais relevantes.
Js.	Masculino	Adulto	Manipulação de plantas/ervas medicinais	Sua principal atividade econômica é o artesanato, mas deseja alcançar retorno financeiro também com o projeto do Laboratório de Fitoterapia, no qual participa. Inserido no “mundo dos projetos”, apresenta um discurso politizado e com conhecimentos adicionados pelas capacitações pelas quais passou.
Jz.	Masculino	Idoso	Agricultura	Pratica como principal atividade econômica a agricultura, seguida pelo artesanato (confeção de vassoura de palha). Tem um terreno no pé da Serra do Comunati, onde faz seus cultivos.
Ju.	Feminino	Adulta	Agricultura	Dedica muitas horas de seu dia nas tarefas domésticas e, nas épocas de plantio e colheita, trabalha com o marido na roça. Junto com o marido possui uma terra na caatinga, onde plantam, antes de chegar a época do Ouricuri.
Lê.	Masculino	Adulto	Artesanato	Homem jovem (+ou – 30 anos), com forte ligação com o Pajé. Sua principal fonte de renda é retirada do artesanato. Viaja para o Recife e, principalmente, Paraíba e Natal para comercializar sua produção. Participa de bandas, tanto em grupos indígenas como em grupos musicais com os não indígenas de Águas Belas.
Lu.	Masculino	Adulto	Dança/Música	Suas principais atividades são o artesanato e a música/dança. Viaja muito para outras cidades de dentro e fora de Pernambuco para apresentar seu grupo e vender seu artesanato. Inserido no “mundo dos projetos”.
Lf.	Masculino	Adulto	Apicultura	Vive numa casa com terreno grande, ao lado da aldeia Xixiakhlá. Realiza plantios de espécies nativas e criação de animais nativos (ema e algumas espécies de abelhas). Participa de cursos de capacitação para dar suporte aos seus empreendimentos.
Ma.*	Feminina	Adulta	-	Mantém um intenso envolvimento com a educação indígena e reprodução da língua Yaathe.
Pa.	Masculino	Jovem	Artesanato	Filho de Sb, o jovem passa muito tempo fora da aldeia, vendendo seu artesanato, sua principal atividade econômica.

<i>Nome</i>	<i>Sexo</i>	<i>Faixa Etária</i>	<i>Atividade Escolhida</i>	<i>Características</i>
Sb.	Masculino	Adulto	Pesca	Pratica a pesca com frequência, embora seja apenas pra consumo e lazer, não exercendo função econômica. Suas principais atividades econômicas são o artesanato e a agricultura.
Wa.	Masculino	Jovem	Apicultura	Filho de Lf, acompanha o pai nas atividades agrícolas e, principalmente, na criação de abelhas nativas. Participa de diversos cursos de capacitação.
Wr.*	Masculino	Adulto	-	Universitário, estudante de ciências sociais. Mora em Recife para cursar a universidade e no período das férias volta á Águas Belas. Tem projetos de reflorestamento na Serra do Comunati, na aldeia e também de reprodução da palmeira Ouricuri. Viaja muito para encontros que objetivam discutir temáticas de interesse indígena.

* - As entrevistas dessas três pessoas foram sobre temas bem variados, se tornando elas entrevistadas-chave.

Um primeiro obstáculo defrontado na pesquisa de campo foi a dificuldade de garantir uma amostragem de entrevistas igualitária na divisão sexual. Como as mulheres geralmente estavam mais atarefadas em suas atividades domésticas, a quantidade de entrevistas com elas, tanto em números de mulheres entrevistadas quanto no de entrevistas dadas por elas, foi menor do que a conseguida com os homens, como retrata o gráfico 01.

Gráfico 1. Distribuição dos/as Entrevistados/as por Sexo e Faixa Etária



Na tentativa de contemplar o olhar e as experiências femininas, uma maior participação das mulheres foi conseguida em conversas informais, uma vez que as diversas pausas para realizarem seus trabalhos domésticos e atenderem aos filhos/as dificultaram a continuidade das entrevistas.

Embora inicialmente tivesse pensado em entrevistar apenas pessoas que realizassem alguma das atividades produtivas relacionadas acima, decidi por abrir o campo de pesquisa, abarcando também uma nova categoria: mulheres com filhos e sem inserção nas principais atividades produtivas.

A abordagem qualitativa, que orienta este estudo, não só pode como deve manter-se atenta às situações surgidas ao longo da pesquisa, admitindo quando necessário uma revisão nos critérios pré-definidos, permitindo a adequação da amostra e assim contribuindo para que a representatividade escolhida abranja os espaços de criação das estratégias de sobrevivência, em um esforço de melhor compreender o todo.

Ao falar sobre a abordagem qualitativa, Saltalamacchia (1992:163) reforça a importância de manter uma reflexão sistemática durante o processo de pesquisa no campo:

“Na amostra qualitativa, a elaboração da amostra forma parte do próprio processo da investigação. São os resultados que se vão obtendo que indicam a maior ou menor necessidade de ampliar o universo da amostra. (...) Os próprios critérios postos em jogo durante a construção da amostra haverão de ser precisos e ainda reformulados no processo de investigação. Nessa medida, durante o desenvolvimento da mesma se deve ir verificando ou retificando o número e a quantidade dos entrevistados.”

O momento de coleta de material é aquele que coloca o/a pesquisador/a em confronto com a realidade, muitas vezes inesperada, necessitando adequações na pesquisa. Neste sentido, Cardoso defende que:

“A coleta de material não é apenas um momento de acumulação de informações, mas se combina com a reformulação de hipótese, com a descoberta de pistas novas que são elaboradas em novas entrevistas.” (1986:19)

Desta forma é que esta nova categoria analítica (mulheres com filhos e sem inserção nas principais atividades produtivas) foi incluída na pesquisa. Para facilitar a coleta de informação, os registros foram feitos a partir das conversas informais.

As demais entrevistas por vezes eram formais e semi-estruturadas, sempre registradas com o gravador, por vezes informais e em encontros espontâneos. Houve também registros de falas com pessoas que não chegaram a ser meus informantes, mas que, no entanto, em razão de sua importância decidi registrar.

As entrevistas semi-estruturadas tinham como objetivo maior coletar as seguintes informações: (1) a finalidade e os procedimentos empregados nas atividades produtivas; (2) concepções ambientais; (3) a percepção pessoal sobre a situação do ambiente em que vivem os/as informantes, destacando os principais pontos positivos e negativos, e (4) as estratégias criadas para superar as pressões sociais, econômicas e ambientais.

Busquei entrevistas mais abertas, deixando que falassem ao máximo sobre suas práticas, sentimentos e visões, tentando com isso fugir da armadilha, de que alerta Zaluar (1986), onde o informante diz aquilo que ele acha que o pesquisador quer ou precisa ouvir.

Procurei ainda acompanhar o cotidiano e a execução das principais atividades de meus informantes, não sendo possível com todos, mas com a maioria. Esta prática se deu de maneira diversa. Fiz, por exemplo, algumas “visitas” aos meus informantes em momentos em que estavam trabalhando, acompanhando assim sua rotina de trabalho e técnicas empregadas. Observei também algumas dessas atividades (como por exemplo, a pesca, o artesanato, a pintura do corpo dos dançarinos, entre outras), o local delas (o rio utilizado para pesca, alguns terrenos para plantio, o Laboratório de Fitoterapia, etc.) e seus produtos e resultados.

Acompanhá-los em sua atividade e conhecer seus trabalhos foi muito gratificante tanto a mim, quanto aos meus/minhas informantes, que ficaram orgulhosos/as ao demonstrar as suas habilidades.

Tirei diversas fotos e, na medida em que as revelava, mostrava os/as índios/as envolvidos/as na pesquisa. Suas reações me chamaram atenção, sobretudo no que diz respeito às fotos de paisagens, da aldeia e da situação de lixo nas ruas e atrás das casas. Com isso passei a, por vezes, fazer registros sobre os comentários, pois alguns demonstravam claramente o sentimento de contentamento, ou descontentamento, que nas entrevistas não haviam aparecido.

Desta forma, procurei acompanhar e registrar o máximo na tentativa de melhor compreender as percepções e suas conseqüências nas relações existentes entre os Fulni-ô e seu meio ambiente, considerando que cada grupo cultural, a partir de sua interação com o meio, constrói suas classificações próprias sobre diferentes elementos e fenômenos naturais

(relacionando-os a hábitos alimentares, religiosos e uma série de práticas e crenças) concebendo desta forma um meio ambiente correspondente.

Em resumo, a abordagem metodológica utilizada em campo observou a relação dos Fulni-ô com seu meio ambiente sob os seguintes aspectos: (1) conhecimentos ambientais locais, (2) práticas ambientais, (3) diferenças em relação às divisões etárias e sexuais de trabalho (4) pressões econômicas, sociais e ambientais (5) estratégias de sobrevivência, e (6) formas de perceber o meio ambiente.

O capítulo seguinte discutirá os conceitos que serão úteis e orientaram o aprofundamento dos conteúdos desse e dos demais capítulos.

- CAPÍTULO II -

O Lugar Social na Gênese do Meio Ambiente Fulni-ô

As linhas de pensamento estudadas que tiveram maior relevância na composição deste trabalho foram a *Antropologia Ecológica* de Tim Ingold e a *Ecologia Humana* de Emílio Morán.

Os autores aproximam suas análises quando enfatizam o meio ambiente como um sistema complexo, e não apenas por seus gradientes biótipos e abiótipos, mantendo uma visão holística da situação que se pretende entender. No entanto, há diferenças entre esses autores quanto ao elemento causador das ações do homem em seu meio. Para Ingold as ações e percepções do ser humano são frutos de processos pessoais que só são possíveis quando compreendidos em seus engajamentos com o ambiente. Nesta perspectiva, Ingold permite analisar as diferenças existentes dentro de uma mesma população, uma vez que cada pessoa tem historicamente um engajamento diferente da outra possibilitando tomadas de decisões igualmente diferenciadas.

Ao contrário de Ingold, Morán centra sua análise na população. Para este autor, as ações humanas seriam uma resposta aos limites ambientais, uma vez que as pressões deste ambiente exigiriam o fomento de estratégias adaptativas. Como as pressões ambientais são percebidas por um conjunto, o autor mantém sua análise na população e não considera as diferenciações no seu interior.

A contribuição de Tim Ingold no presente estudo é, sobretudo, ao que se refere à condição de sujeito, ao mesmo tempo, ativo e passivo no contínuo processo de sentir, interpretar e agir sobre o meio ambiente. Quanto à *Ecologia Humana* de Emílio Morán, ganha aqui destaque sua perspectiva de adaptação dos grupos humanos aos seus ambientes.

Segundo Neves (1996:18) a antropologia ecológica pode ser definida como “(...) estudo das relações entre dinâmica populacional, organização social e cultura das sociedades humanas e o meio ambiente nos quais elas estão inseridas”. Neste sentido, a antropologia ecológica seria um exame materialista das sociedades humanas, apresentando afinidades principalmente com as ciências biológicas e escolas materialistas dentro das ciências sociais.

A comparação entre a Antropologia Ecológica com a Ecologia Cultural e Ecologia Humana é frequente, contudo entendo estas últimas apenas como vertentes da primeira. A Ecologia Humana assume a população como unidade de análise, tal qual as demais ecologias, enquanto a Ecologia Cultural admite a cultura como unidade.

Aqui o termo ‘antropologia ecológica’ é utilizado de forma genérica para caracterizar a condição sistêmica da natureza e o caráter holístico de um estudo que pretende a compreensão da relação entre seres humanos e meio ambiente.

Este estudo antropológico sob uma perspectiva ambiental parte de um esforço acadêmico em analisar a relação sociedade X natureza não como um fenômeno determinado por fatores externos, mas como produto de uma situação construída por um modelo social, cultural e econômico historicamente estabelecida nas sociedades e em suas respectivas naturezas.

Apesar de ainda prevalecer na opinião pública e nas ações de organizações governamentais e não-governamentais uma tendência em dicotomizar a luta pela vida e uma melhor qualidade de vida em questões puramente sociais ou ambientais, lentamente este quadro se modifica em direção a compreensão para a existência de uma inter-relação entre elas.

Um bom exemplo disso são as leis que regem as Unidades de Conservação (UCA's), originalmente, não permitirem a presença humana acreditando assim estarem evitando impactos de conservação, e hoje se colocam em outra posição com relação às populações denominadas tradicionais.

No caso dos ambientes antes considerados primários e/ou não antropizados, há hoje em dia uma corrente que defende serem eles resultados, em grande parte, de uma forma de manejo (DIEGUES, 2004; POSEY, 1987).

O meio ambiente deixa de ser visto como algo exterior e desconectado das pessoas, para ser compreendido também como o lugar material onde se realizam as relações sociais. Estas relações, inclusive nos seus aspectos de poder, equidade/iniqüidade, igualdade/desigualdade e exploração, não se apresentam apenas na condição social, elas parecem também na paisagem, fazendo com que *a vida social degradada se expresse em vida ambiental degradada* (PÁDUA, 2004:48).

Nesta perspectiva, a mesma condição de exclusão, dominação e exploração que atinge os Fulni-ô, atinge também o ambiente onde eles vivem, que por isso deve ser visto não somente restrito a sua dimensão físico-biológica, mas inclusive como sendo fruto do nível de justiça social e direitos humanos que vivenciam as populações relacionadas a ele.

Para situações em que uma determinada população sofre as pressões de um modelo de desenvolvimento causador de degradações tanto sociais, quanto ambientais, a exemplo dos Fulni-ô, é aplicado o conceito de “justiça ambiental”, que defende a transformação da condição humana para o alcance da sustentabilidade sócio-ambiental. Um dos pressupostos deste conceito é acreditar que para aquelas populações em situações de exclusão social são reservadas as piores condições ambientais:

“Entendemos por injustiça ambiental o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis”. (Rede Brasileira de Justiça Ambiental)

O conceito de justiça ambiental sugere uma análise mais abrangente da realidade vivenciada pela população estudada, que seja capaz de identificar o grau de exercício dos direitos humanos, necessitando para isto uma reflexão sobre questões bem diversas como saúde, saneamento, uso do solo, moradias e até a participação nas decisões referentes às políticas públicas (PACHECO, s/d).

Nesses termos, o meio ambiente no qual vivem os Fulni-ô é melhor compreendido como uma complexa ‘rede’ de relações, composta por questões naturais, políticas, econômicas, sociais e culturais, desta forma, rejeitando e deslegitimando as dicotomias baseadas na separação entre natureza e cultura e suas conclusões simplistas.

Para Latour (1994⁷) na tentativa da ciência moderna em produzir essa dicotomia, as ‘coisas-entre-si’ e os ‘homens-entre-eles’ mantiveram-se conectados compondo as ‘redes sociotécnicas’, produzindo inumeráveis híbridos de natureza e cultura. O conceito de híbrido, sugerido por

⁷ - Para o aprofundamento na discussão ver Latour, 1994: 7-13.

Latour, sintetiza a idéia de que ciência, política, sociedade, cultura, tudo esteja interligado, não sendo possível compreender essas dimensões da vida humana separadamente.

Da mesma maneira, Ingold (1996:112) igualmente rejeita os paradigmas conceituais que forcem a escolha pelas dicotomias animal x humano, um mundo x vários mundos, natureza x cultura, ‘dado’ x ‘construído’. Para o autor, aceitar tais dicotomias implica separar o ser humano de sua existência no mundo para, em um processo reverso, ‘colocar’ o mundo na cabeça do ser humano.

Essa visão fragmentada leva à falácia da existência de um mundo ‘natural’ e outro ‘construído’, sugerindo a possibilidade de múltiplos mundos, dos quais o mundo ‘real’ existiria independente da nossa ação e percepção, livre de todo e qualquer significado cultural. Nesta perspectiva, para que um mundo fosse natural seria necessário ser desprovido de cultura, o que significaria que no mundo ‘natural’ não poderia haver um ser humano pertencendo a ele, o que por sua vez, seria condição primeira para a humanidade (INGOLD, 1996:113):

“If the concept of nature thus implies a disengagement from the world, then the possibility of disengagement, in turn, is taken to be the hallmark of the condition of humanity.”

Neste sentido é que a compreensão da relação entre os Fulni-ô e seu ambiente abarca melhor sua complexidade quando analisada a partir de seu engajamento com o meio. A noção de engajamento sugerida por Ingold está associada a sua idéia sobre percepção:

“Perception, I hold, involves the whole person, in an active engagement with his or her environment. We perceive the world by moving around in it and exploring its possibilities. Seeing, hearing and touching, far from being passive reactions of the organism, are ways of actively and intentionally attending to the world – they are what people do. Perception, then, is a process of action; moreover, it is a process that is continually going on. (...) perception is a mode of engagement with the world, not a mode of construction of it.” (1996:115)

A percepção que um determinado grupo tem de seu meio, segundo as idéias de Ingold, não seria fruto de uma construção cultural, mas sim fruto de seu engajamento com o mundo, neste sentido o lugar que cada grupo social e cada pessoa ocupam no meio ambiente permite uma multiplicidade de percepções.

Esse engajamento é resultado não de um momento pontual, mas de um processo histórico e por isso é necessário um olhar diacrônico sobre as formas de engajamento hoje existentes entre os Fulni-ô, aproximando este estudo das teorias da antropologia ecológica processual (ORLOVE, 1980), principalmente no que diz respeito à atenção sobre as reações populacionais aos estresses ambientais e à criação das estratégias adaptativas, focando as tomadas de decisões dos diferentes atores sociais e assim permitindo uma compreensão mais detalhista de uma realidade plural em sua composição.

Considerando a percepção como um processo do engajamento, que é coletivo mas também individual, este estudo volta-se para as escolhas pessoais de sujeitos com diferentes engajamentos com seu ambiente, e neste caso o olhar é dirigido aos modelos microeconômicos, considerando-os como resultado de um sistema econômico e político para além dos limites da terra indígena Fulni-ô.

As atividades práticas, cotidianas, ganham importância analítica por serem elas as propulsoras do processo de percepção do meio, uma vez que têm sua origem no processo contínuo de moradia (*dwell-in*⁸) no qual pessoas e ambientes são reciprocamente construídos:

“The world in which we dwell, then, is a world which comes into being as we act in it, and in which we come into being a, acting in it, we also perceive it. (...) For the dwelt-in world is a continuous field of relationships, unfolding through time.” (INGOLD, 1996:117)

Na perspectiva da moradia (*dwell-in*) é que a dualidade entre um e vários mundos, como uma substância moldada por um agente externo, torna-se desprovida de sentido, ao mesmo tempo em que permite compreender as especificidades como oriundas de processos pessoais de vivência, gerando nuances nos saberes e práticas das diferentes categorias de gênero e geração.

⁸ - Para aprofundamento do conceito ver Ingold (1996).

Desta maneira, parto do pressuposto de que a forma como os Fulni-ô relacionam-se com seu meio ambiente é resultado de processos históricos de caráter ambiental, social, econômico e político vivenciados por este povo ao longo de sua *moradia* (dwell-in) no ambiente que o cerca, e que a percepção ambiental formada neste processo fomenta a organização dos conhecimentos e a criação de práticas correspondentes.

De forma semelhante Branquinho fala sobre a construção como um processo de engajamento com o meio ao afirmar que:

“É na relação com o ambiente que o ser humano constrói e acumula informações que lhe possibilita satisfazer suas necessidades, engendrando soluções, resolvendo problemas, compartilhando valores com os outros e construindo ‘coletivos’-híbridos de natureza e cultura. Deste modo, a sociedade constrói conhecimento e a realidade” (1999: 64).

Nesse sentido colocado por Branquinho, assim como para Ingold, os conhecimentos locais são produtos desta *dwell-in world*. Reforçando esta perspectiva, Schröder (1998:2) afirma que os conhecimentos locais podem ser reconhecidos como aqueles conhecimentos que “*se formaram em condições locais e num ambiente natural e social, que muitas vezes foram experimentadas por muito tempo e que estão integrados em um contexto cultural mais amplo*”.

Outro produto do processo de engajamento das pessoas em seu meio que também ganha destaque neste estudo é a criação de estratégias adaptativas, capazes de superar as pressões sócias e ambientais.

Neste sentido, o pensamento de Morán é válido para compreender estas estratégias como processos adaptativos ou mal adaptativos, permitindo identificar as múltiplas reações que os grupos possam ter frente às pressões específicas de seus ambientes:

“O conceito de adaptação tem considerável poder explicativo, quando considerado de forma abrangente com o objetivo de estudar os processos pelos quais uma população interage com seu ambiente. Adaptação é um processo no qual tempo e interação são componentes necessários.” (1990:27)

Para o autor, este ambiente com o qual interagem as populações deve ser compreendido nas suas dimensões física, sócio-econômica e política, estando o interesse centrado nos processos adaptativos e mal adaptativos das populações humanas.

Nessa perspectiva, o processo adaptativo é aquele que proporciona algum tipo de benefício ao ambiente, em uma ou várias de suas dimensões. Em contra-ponto, o processo mal adaptativo pode ser entendido como aquele que causa prejuízo à pelo menos uma dessas dimensões do ambiente.

Morán alerta para o fato de que, na maioria dos casos, uma adaptação bem sucedida em uma dessas dimensões pode causar uma mal adaptação em outra.

Ainda dialogando teoricamente sobre a intervenção humana, que gera os procedimentos adaptativos ou mal-adaptativos, Godelier (apud DIEGUES, 2004) lembra que os problemas causados não estão no ato da intervenção em si, visto que esta deve ser considerada nos mesmos termos de outras intervenções naturais, mas está no tipo e nas conseqüências geradas:

“O homem produz o meio que o cerca e ao mesmo tempo é seu produto. Desta forma, deve-se considerar normal a intervenção do homem sobre os fenômenos e ciclos naturais, à semelhança de outras espécies. O que traz problemas não é o fato da interferência, mas sim a maneira e as conseqüências de tais interferências.”

Cabe salientar que a idéia de adaptação já havia sido sugerida pela Ecologia Cultural de Steward, ao propor que os traços culturais evoluem como adaptações ao seu entorno, sendo alguns traços mais influenciados que outros por determinados fatores ambientais. Com a apropriação da idéia de adaptação, há uma substituição da crença positivista de que “ambientes modelam as culturas”, pela de “fatores ambientais específicos modelam traços culturais concretos” (MILTON, 1997).

Assim, a cultura neste estudo, de acordo com o que defendem Ingold e Kurtilla (2000), não é considerada como um produto dos fatores ambientais limitantes, mas sim, como um produto do processo de engajamento do ser humano com seu meio, considerado em toda sua complexidade. O que será analisada na cultura serão suas manifestações práticas e cognitivas.

Considerando as idéias explicitadas acima, a percepção dos Fulni-ô sobre seu meio ambiente será analisada teoricamente a partir de seus conhecimentos, suas práticas, atentando para a forma como são organizados e distribuídos socialmente, e as influências das pressões ambientais e questões sociais nesse processo de percepção.

Nesse sentido, o capítulo seguinte traz uma contextualização geral do ecossistema em que estão inseridos os índios e um resgate da história do convívio dos Fulni-ô com seu território, levantando algumas das principais pressões sofridas por este povo e suas conseqüências na atual ocupação da terra.

- CAPÍTULO III -

Um Retrato Do Campo

3.1. Caatingas: a Oferta e a Escassez do Semi-árido Nordestino

As caatingas correspondem ao único ecossistema brasileiro cujos limites estão inteiramente restritos ao território nacional, ocorrendo quase que exclusivamente na região do Nordeste. Em Pernambuco as caatingas ocupam 82,88% de seu território (HUEC, 1972⁹) e cerca de 8,6% do território nacional, sendo o quarto maior ecossistema brasileiro. No entanto, proporcionalmente as caatingas são as menos estudadas dentre as demais regiões naturais do Brasil (SILVA, 2003; MACHADO e LOPES, 2003), e por conseqüência suas diversidades biológicas tem sido subestimadas e a área destinada a sua preservação, menos de 2%, é a de menor índice (PRADO, 2003). Em razão do pouco valor dado às caatingas, as iniciativas para sua preservação são mínimas, fato que contribui para o processo de desertificação de algumas regiões.

O termo *caatingas* define um conjunto de vegetação heterogênea quanto a sua fisionomia e estrutura, como resultado da combinação de variáveis tipos de solo com o regime de chuvas da região, levando os estudiosos a optarem por denominar *caatingas*, no plural, garantindo-lhe o caráter da pluralidade (PRADO, 2003). Além da caatinga propriamente dita, estão incluídos neste ambiente os ‘brejos’, ‘serras’ e chapadas campestres (RIZZINI, 1979¹⁰), sendo as diferentes características, composições e potencialidades bem percebidas pelos Fulni-ô:

“(...)Nesse pé-de-serra sempre a gente pega, nunca perde, sempre tem aquela chuvinha, nunca perde. Agora, a caatinga é meio lasqueiro de chuva. Tem áreas que não é certo não ... a caatinga.”(Sr. Jz.)

⁹ - apud Machado e Lopes, 2003.

¹⁰ - apud Oliveira, 2003.

“Mas, a terra da gente é rica para o plantio. Não em todas as partes, porque tem partes que é o canto que dá lavoura melhor, outras partes as lavouras dá médio, mas em todas as partes não deixa de ter recurso pra dá pra plantá.” (Be.)

O tipo de solo juntamente com as diferenças climáticas entre caatingas e serras criam condições que favorecem ou desfavorecem certos cultivos e agem sobre a distribuição da fauna.

A condição climática de semi-aridez que caracteriza as caatingas confere ao ambiente uma alta radiação solar, alta temperatura média anual, as mais baixas taxas de umidade relativa e precipitações baixas e irregulares, limitadas a poucos meses do ano (geralmente 3 a 5 meses). A ação dessa condição climática sobre a disponibilidade de água é uma das pressões do ambiente-físico biológico mais significativa para os Fulni-ô.

A disponibilidade da água é marcada ainda por ocorrências cíclicas de seca, provocando uma situação extrema de pouca ocorrência de chuvas nos anos referentes a este acontecimento. Esta é uma característica notadamente marcante das caatingas.

Embora haja períodos de seca, o problema da escassez de água das caatingas é menos a questão da quantidade anual de chuva e mais sua distribuição anual, que no caso de Águas Belas está concentrada entre os meses de abril a julho (segundo índios e índias). As conseqüências dessa escassez são observadas no discurso, nos saberes e nas práticas dos Fulni-ô, no momento em que exteriorizam as pressões que esta carência exerce em suas vidas e os conhecimentos e práticas acumuladas para superação dessas pressões.

Várias das espécies vegetais originárias das caatingas criaram estratégias de sobrevivência, como o acúmulo de água, sendo por vezes estas estratégias desfrutadas pelos Fulni-ô. Um exemplo é a utilização dos reservatórios de água de algumas espécies vegetais, principalmente de cactáceas e bromeliáceas, para abastecimento dos animais e mesmo dos índios e índias, como retratam algumas entrevistas:

“Quando a gente tava com sede e a gente levava água, mas quando acabava e tava com sede...Tem o babão e tem o olhinho dele que é bem novinho, né? A gente comia aquilo pra mata a sede, ou senão folha de catingueira.”(Ay.)

“Eu cortava o gaio do babão e ela tirava os espinhos. A gente ia botando num cantinho. Eu ia com uma foice e ela com a peixeira, que é pra tirar os espinhos. O gado não morreu de fome, porque nós sustentemo com babão.”(Ju.)

Embora haja escassez de água em um longo período do ano, as espécies vegetais, por suas características de acumularem água, servem como uma importante fonte de recurso hídrico, garantindo a sobrevivência de algumas espécies nos períodos de seca.

Nos dias atuais é difícil ouvir algum índio ou índia referir-se ao uso dessas espécies para suprir as carências humanas ou mesmo de outros animais, isso em parte se deve ao abastecimento de água, feito pela COMPESA, que mesmo deficitário supri parte das necessidades dos Fulni-ô.

Não só a vegetação muda sua fisionomia de vigorosa, com flores, frutos e muito verde na época do inverno, para uma fisionomia seca e sem vida na época do verão. Os rios também se transformam com a escassez de água. A rede hidrográfica do Nordeste, com grande parte das bacias ligadas as caatingas, sofre influência das condições climáticas e da natureza impermeável do subsolo cristalino presente nesse ecossistema (PRADO, 2003), apresentando como características o regime intermitente e sazonal dos rios e alta taxa de evaporação hídrica. Alguns rios da estação chuvosa que abastecem a vegetação, os animais e os Fulni-ô desaparecem na estação seca (Foto 01).



Foto 01: Afluente do Rio Cipriano seco durante o verão.

(Foto: Carla Siqueira Campos)

No caso de Águas Belas, a cidade encontra-se na macro-bacia hidrográfica do São Francisco, que tem como um de seus principais afluentes o rio Ipanema em seu baixo curso. Segundo as entrevistas, os riachos do Cipriano e da Ribeira são os principais cursos d'água utilizados pelos Fulni-ô, juntamente com o rio Ipanema.

O Riacho Cipriano faz parte da bacia do Rio Ipanema e é de grande importância, pois é um rio perene que passa pela aldeia urbana e pela aldeia do Xixiakhlá, no entanto, como este rio passa pelo núcleo urbano de Águas Belas recebe despejo de poluentes orgânicos e inorgânicos, tornando-o poluído e inadequado ao uso. Os índios e índias contam que poucos anos atrás esse rio era uma importante fonte hídrica, pois pela sua proximidade com a aldeia, ele abastecia as residências, fornecia alimento e era usado como lazer pelos Fulni-ô que se banhavam em suas águas. Atualmente evitam usar este rio. O Riacho do Ribeira, por não passar pelo núcleo urbano de Águas Belas, mantém-se mais preservado e é a melhor opção, junto com o rio Ipanema, de pesca e banho na região.

Esses rios sofrem degradação por ações direta, de despejo de lixo e esgoto, e por ações indiretas, com o desmatamento da vegetação ciliar e das serras, provocando seu assoreamento. A serra do Comunati, incluindo suas subdivisões, é de extrema importância como área de captação hídrica desta região, pois é a área das ocorrências de algumas cabeças de drenagens.

As serras são ambientes que oferecem mais água, uma vez que muitas nascentes se originam nelas. A maior disponibilidade de fontes hídricas, as altitudes mais elevadas e os solos mais férteis fazem das serras ambientes mais favoráveis, tendendo a uma concentração maior de espécies vegetais e animais, apresentando maiores diversidades e quantidade de indivíduos por espécies, tornando esse ambiente alvo das pressões antrópicas.

A serra do Comunati, a mais procurada pela sua aproximação com a aldeia urbana, sofre com as sucessivas queimadas, com os desmatamentos e com o uso inadequado do solo. Grande parte de suas terras está ocupada pelos arrendatários. Com isso, os Fulni-ô perderam o uso dessas terras e até mesmo os recursos naturais que antes os abasteciam, hoje não são mais encontrados, ou são em pouca quantidade.

O destino inadequado do lixo é outro problema ambiental que atinge aos Fulni-ô e está presente tanto na caatinga, quanto na serra ou nos rios. A aldeia urbana é assistida pelo sistema de coleta de lixo duas vezes na semana, sem, no entanto, conseguir garantir um recolhimento eficaz

do lixo, que se acumula atrás dos quintais das casas e em alguns espaços públicos dentro da aldeia, como, por exemplo, atrás da igreja (Foto 02).



Foto 02: Lixo acumulado por trás da igreja no centro da aldeia urbana.

(Foto: Carla Siqueira Campos)

O acúmulo de lixo aumenta a degradação do solo e a redução de algumas espécies no ambiente, ao mesmo tempo em que contribui para o aumento de insetos transmissores de doenças. Para reduzir o volume do lixo, os Fulni-ô separam os restos de alimento para dar aos porcos e queimam a outra parte com periodicidade. No entanto, esta medida não é suficiente e a aldeia sofre com a proliferação desses insetos e com todos os prejuízos ambientais causados pelo acúmulo inadequado do lixo.

A condição de degradação ambiental que estão inseridos os Fulni-ô, no seu ecossistema, caminha para uma insustentabilidade sócio-ambiental. Por esta razão, no processo de identificação das terras Fulni-ô, para posterior demarcação do território, se incita uma discussão sobre as formas de uso desse patrimônio, por vezes reveladas nas entrevistas em forma de aspirações e preocupações com um manejo capaz de garantir a sobrevivência física, cultural e ambiental, presente e futura, deste povo.

A necessidade defendida pelos Fulni-ô de conservar as caatingas é compartilhada pelos indicadores usados para avaliar a importância da conservação de uma área. Dois deles, o número de espécies presentes e o número de espécies endêmicas (World Conservation Monitoring Centre, 1992)¹¹, fazem das caatingas um importante ambiente para ser conservado, uma vez que esse ecossistema apresenta porcentagens bem altas, superiores a 30 %, para algumas categorias da fauna e flora (Quadro 02).

Quadro 02: Endemismo observado nas caatingas.

	<i>Nº. de espécies endêmicas</i>	<i>Nº. Total de espécies</i>	<i>Porcentagem</i>	<i>Fonte</i>
Flora	380	932	40,78%	Ministério do Meio Ambiente, 2002*
Plantas lenhosa	183	437	41,88%	Prado, 2003
Abelhas	30	94	31,91%	Zanella, 2003
Mamíferos	10	148	6,76 %	Ministério do Meio Ambiente, 2002*
Aves	60**	348	17,24%	Ministério do Meio Ambiente, 2002*

* - apud Silva, 2003

** - sendo 15 espécies e 45 subespécies endêmicas.

A alta diversidade de espécies endêmicas das caatingas faz com que este ambiente seja atualmente reconhecido como uma das 37 “Grandes Regiões Naturais do Mundo” (GIL apud MACHADO, 2003).

Num total de 510 espécies de aves, distribuídas em 62 famílias registradas, 469 se reproduzem na região, desse total 284 são dependentes ou semi-dependentes da floresta, demonstrando a importância da floresta na manutenção de quase dois terços das espécies de aves (SILVA, 2003).

A comunidade científica via as caatingas como ambientes pouco ricos, com baixa representatividade de espécies endêmicas, no entanto, estudos mais recentes demonstram que a quantidade de endemismo nas caatingas é bem superior ao que acreditavam, chegando a 183 espécies vegetais das 437 espécies catalogadas até então (LEAL, 2003). Prado (2003:41) defende que *as caatingas são muito mais ricas do que qualquer outra floresta seca da América do Sul, fornecendo habitats numerosos e variados.*

¹¹ - apud Zanella 2003

Nesse ambiente cheio de potencialidades, mas também com muitas dificuldades, os Fulni-ô têm garantido sua sobrevivência a custo de uma histórica luta travada com as pressões de todas as espécies.

3.2 A histórica luta pelo reconhecimento e direito à posse e uso do território Fulni-ô

Historicamente, os Fulni-ô, assim como os demais povos indígenas que habitam ou habitaram o território brasileiro, lutam por seu reconhecimento enquanto sujeitos de direitos à permanência, posse e uso do território, por gerações, manejado por seu povo. Esta luta teve início com a dizimação de muitos povos e o enxotamento de muitos outros de suas próprias terras.

Sabe-se que no século XVII as frentes coloniais expandiram para os sertões do interior nordestino, partindo pelo litoral pernambucano e pelo vale do rio São Francisco. Na medida em que as frentes pastoris avançaram, os grupos indígenas foram submetidos a processos de expulsão e expropriação de suas terras.

Existem teorias defendidas por diversos autores de que os Fulni-ô têm suas origens em várias etnias assentadas nas missões da região, e existem aqueles que defendem a ideia deles terem incorporado outros grupos étnicos. Como a prática do aldeamento foi amplamente utilizada nesta época para facilitar a passagem das frentes coloniais, a hipótese deste grupo ser hoje o resultado de uma conjunção de outras etnias indígenas ganha fundamentos.

No século XVIII era prática comum agrupar diversos grupos indígenas num mesmo aldeamento ou distribuir um grupo em mais de um aldeamento. Nestes processos, os missionários desempenharam um papel importante na concentração da população indígena, pois era de seus interesses facilitar os avanços das frentes coloniais. Esta prática foi oficialmente estabelecida no Alvará Régio de 23 de novembro de 1700.

Este Alvará documentava oficialmente a posse e domínio territorial como sendo dos índios e não das missões, assim ele passou a ser o primeiro documento, e também o de maior relevância, em que foi feito esse reconhecimento. Embora passassem a ser reconhecidos como donos daquelas terras, sua territorialidade não foi garantida, pois não levaram-na em consideração na definição de suas terras e por isso a eles foi destinada uma área menor a que tinham direitos, provocando seu confinamento em um espaço bastante reduzido em relação ao seu território original.

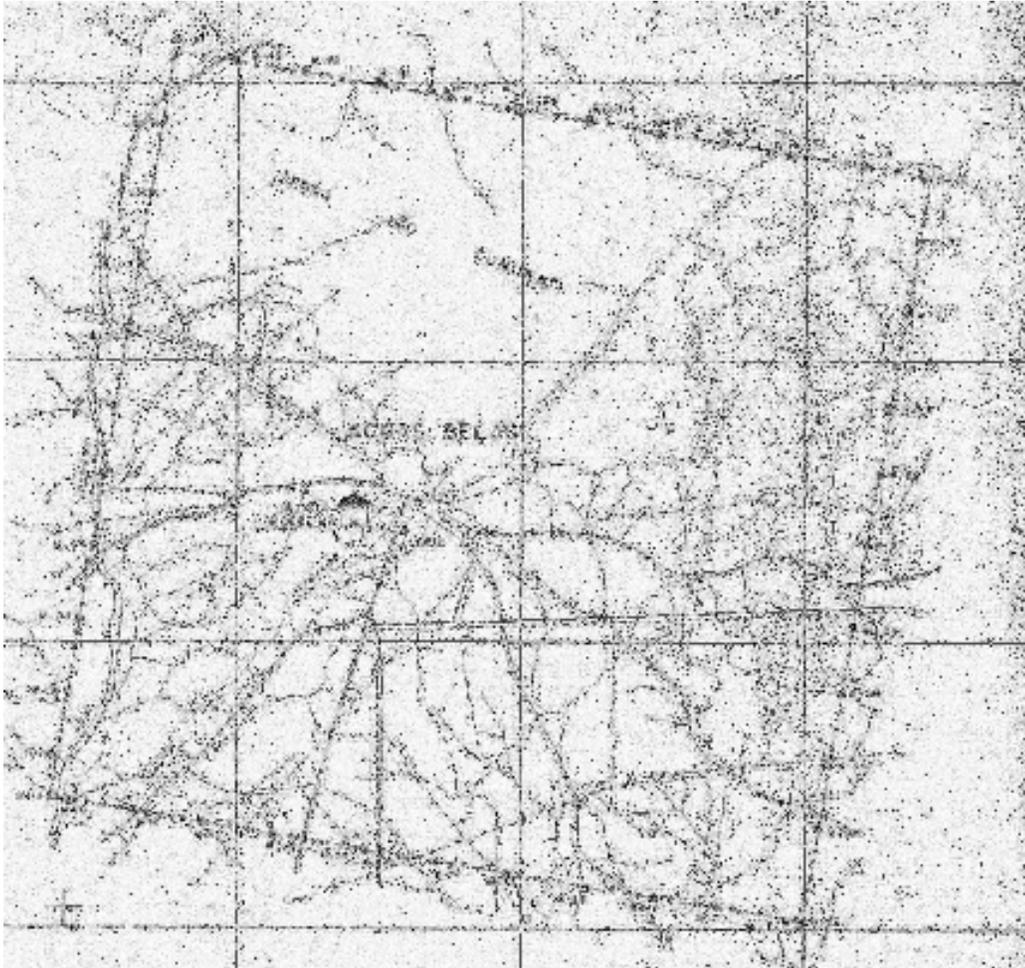
Como o objetivo do Alvará era criar aldeamentos e não documentá-los, esse e os subseqüentes documentos oficiais explicitavam o direito dos índios a terras, mas não explicitam sua localização exata, nem seus limites, reconhecendo apenas seu direito à posse e uso de uma área bem menor a que de fato lhes pertencem.

Este primeiro Alvará não foi cumprido e, em razão disto, em 22 de maio de 1703 o Governo Imperial emite uma Carta Régia ordenando seu cumprimento, utilizando, quando necessário, procedimentos militares caso os índios se recusassem a serem aldeados ou fugissem dos aldeamentos. Também esta Carta foi, em prática, ignorada pelos sesmeiros, resultando a exigência da Rainha da Grã-Bretanha e Infanta de Portugal no cumprimento das ordens anteriores por meio de outra Carta Régia, datada de 5 de junho de 1705.

A partir das reformas pombalinas¹², os aldeamentos foram extintos, resultando no decreto em 7 de junho de 1755, o qual determinou a transformação dos missionários em párocos e das aldeias de missão em vilas ou povoados, dependendo do tamanho de sua população. A extinção dos aldeamentos naquela ocasião acarreta no não reconhecimento das doações reais anteriores, fomentando na primeira metade do século XIX novas pressões sobre as terras Fulni-ô.

Em meio aquele cenário de pressões e disputa por terras acontece, em 1832, dos índios “doarem” cerca de 80 ha. para que fosse erguida a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, dando origem à cidade de Águas Belas (FERREIRA, 1996). Este fato foi decisivo para o futuro da área indígena que ainda hoje sofre com as conseqüências da expansão da cidade no centro de suas terras (Mapa 02).

¹² - O Marquês de Pombal (século XVIII) foi o responsável por uma série de reformas na economia, educação e administração do Estado e do império Português, inspiradas na filosofia iluminista e na política econômica do mercantilismo.



Mapa 02 – A localização do núcleo da cidade de Águas Belas e a área indígena Fulni-ô. (Fonte: FUNAI, 1985¹³).

Pinto (1956: 13-14) diz que a doação foi feita pelos próprios Fulni-ô em 28 de fevereiro de 1832, tendo sido validada em 15 de março de 1832 por sentença do Ouvidor Geral, Corregedor e Provedor da Comarca de Garanhuns, de acordo com o que lera na cópia do documento que se encontrava no antigo Arquivo do Departamento de Obras e Fiscalização dos Serviços Públicos do Estado de Pernambuco. Segundo o autor, o original se encontrava, em 1925, na Diocese de Garanhuns, no entanto ele não tinha conseguido localizá-lo. O desaparecimento tanto do original, quanto da cópia do documento reforça a descrença na doação.

¹³ - Trata-se de um mapa do tipo que normalmente acompanha memoriais descritivos da FUNAI, em escala de 1:100.000 e datado de 02.10.1985, referente ao processo FUNAI/BSB/838/72.

A implantação do núcleo da cidade dentro das terras indígenas implica, necessariamente, ter que dividir sua terra e seus demais recursos naturais com um grupo socialmente e culturalmente distinto, tendendo a uma convivência pouco harmônica.

Uma situação de doação nesses termos tende a provocar mais prejuízos do que benefícios aos donos das terras sendo difícil compreendê-la. Principalmente entre os Fulni-ô há dúvidas sobre a autoria desta doação:

“Hoje, nós índio Fulni-ô, que estudou e têm o conhecimento da história contada pelo português e que também entende o português, nós que estudamos até o segundo grau, como eu e vários, nós tamu vendo hoje que foi muito bem calculado pra implantá essa cidade aqui dentro. Ela tá situada no centro das nossa área (...). dá pra cê vê que foi uma estratégia política muito bem bolada (...).” (A1.)

Os conflitos e as conseqüências provocadas por esta situação fora de todas as ordens: contra o ser humano, contra o patrimônio material, contra as bases de sustentação do povo indígena Fulni-ô, contra sua cultura, ou seja, contra suas condições de permanência e sobrevivência na área.

A primeira legislação específica sobre a distinção entre terras públicas e privadas, a "Lei das Terras do Império" (Lei 601 de 18 de setembro de 1850), reservou para os índios uma parcela de terras ocupadas sem contestação e tidas como devolutas. Desse modo, a Lei das Terras, por um lado, legitimou a posse dos primeiros habitantes, e, por outro lado, lesou os índios em seus direitos originários, ou seja, o reconhecimento de sua territorialidade, pensando nessa a partir das relações existentes entre a população e seu meio ambiente, como sugere Godelier (apud Diegues, 2004:83):

“(...) uma porção da natureza e espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso sobre a totalidade ou parte de seus recursos naturais aí existentes que ela deseja ou é capaz de utilizar. Esta porção da natureza fornece, em primeiro lugar, a natureza do homem como espécie, mas também: os meios de subsistência, os meios de trabalho e produção e os meios de produzir os aspectos materiais das relações sociais, os que compõem a estrutura determinada de uma sociedade (relações de parentesco, etc.).”

Nesses termos, a "Lei das Terras do Império" garantiu o direito à permanência dos Fulni-ô naquelas terras, mas não a permanência, uso e domínio de seu território, comprometendo a subsistência, as atividades produtivas, culturais, sociais e a continuidade deste povo.

Anos depois da promulgação desta lei, o Governo Imperial autorizou, pela Lei 1.114 de 27 de setembro de 1860, o aforamento e a venda das terras das antigas aldeias declaradas como 'abandonadas', porém cedendo a parte que julgasse suficiente para o auto-sustento dos ocupantes ainda estabelecidos nelas. Esta Lei favoreceu o crescimento da cidade sobre a terra indígena, conseqüentemente acirrou ainda mais as tensões já existentes entre os Fulni-ô e os moradores do povoado, sucedendo conflitos violentos.

Estes conflitos serviram de motivo e pretexto para o Governo Imperial determinar a extinção do antigo aldeamento do Ipanema pelo Aviso de 4 de novembro de 1861, declarando estar com isso apaziguando os conflitos entre índios e não-índios. Este ato legal, no entanto, não chegou a ser cumprido, de modo que em 1862 foi estabelecida nova medida, determinando a distribuição de lotes entre as famílias indígenas, ato que também não procedeu.

Segundo relatos dos próprios Fulni-ô, foi a participação de índios na Guerra do Paraguai que teve como resultado um ato de "gradidão" da Princesa Isabel, que reconhecendo os serviços prestados pelos índios, "doou" lotes, em 1877, originando o formato da atual demarcação.

*"(...) com essas medidas, o Governo Imperial não reconheceu nem usos coletivos de terras praticados pelos indígenas nem territorialidades étnicas diferenciadas, lesando mais uma vez, como em 1850, os direitos originários dos índios. Os supostos beneficiários de tais medidas tornaram-se destinatários apenas por suas origens étnicas e históricas, mas não como representantes de coletividades culturalmente diferenciadas com territorialidades específicas."*¹⁴

Em 1876 a 1878, o governo provincial por meio da Comissão de Medição de Terras Públicas foi encarregado de vistoriar as terras dos aldeamentos extintos, inclusive o de Ipanema, extinto em 1875 pelo Governo Imperial por meio da Lei no. 1.672, para proceder a sua medição e loteamento. Foi demarcado um quadrado com uma superfície oficial de 11.505 ha, tendo como

¹⁴ - Informações verbais dadas pelo Professor Peter Schröder/UFPE.

base o alvará de 1700 que dispunha uma légua em quadra, com a vila de Águas Belas em seu centro, mantendo o patrimônio da Igreja Matriz excluído da terra demarcada.

Na ocasião, esta Comissão de Medição de Terras Públicas dividiu as terras em 427 lotes, com cerca de 30 hectares, e 107 de diversos tamanhos menores devolvendo-as aos índios (FERREIRA, 1996; VIANA, 1966; VASCONCELOS, 1962; PINTO, 1956; MELO, 1929). Ferreira (1996) afirma que, segundo os índios, os pontos que definem sua terra vão muito além deste limites fixados.

As sucessivas imposições e arbitrariedades cometidas pelo Governo Imperial fizeram da prática do loteamento do território indígena o resultado de uma complexa questão fundiária responsável pela atual situação dos Fulni-ô, que teve como base a imposição de um modelo de terra indígena desvinculado de sua territorialidade e sem verificação prévia das terras tradicionalmente ocupadas.

O conflito entre índios e não-índios se agravou ainda mais com o artigo 61 da Constituição de 1891 que delegava aos estados a legislação supletiva sobre as terras devolutas. Na ocasião, os estados incluíram as terras indígenas na compreensão de ‘terras devolutas’, bem como outras terras patrimoniais da União, que, a rigor, não poderiam ser incorporadas desta forma.

No Nordeste, esta interpretação estimulou a apropriação das terras indígenas por não-índios e esta situação se intensificou ainda mais até o início do século XX, quando em 1914, as terras voltam a pertencer aos Fulni-ô.

Há relatos das dificuldades que passaram nesses tempos, quando abandonaram suas casas e terras, buscando refugio nas caatingas para escapar da violência dos não indígenas, vivenciando invasões e queimas de suas residências. Segundo os relatos de alguns Fulni-ô, esta foi uma das épocas mais difíceis para sua sobrevivência, e para superar tamanha destruição, os índios tiveram que criar estratégias capazes de garantir sua continuidade física e cultural nas terras.

O depoimento que se segue é um dos exemplos de como a série de maus tratos sofridos pelas ações violentas dos não indígenas ainda é presente na memória Fulni-ô:

“O pessoal botava fogo, matava o índio, desmatava toda a região. Ai, de que qui os índios vai viver agora? De que qui eles vai sobreviver agora? Matava os animais que a gente comia, a paca, o veado, mataram as caça toda. Mataram o índio, devastaram a mata, e hoje a gente somente vamu viver igualmente o branco... come a comida do branco, não tem jeito, não tem outra alternativa (...).” (Gl.)

A relação interétnica mantida entre esses índios e a população não indígena, foi desde o início marcado por muita violência contra o ser humano, contra as bases materiais de sustentação deste povo e contra sua cultura. A imposição feita pelos não indígenas resultou na criação de novas formas de garantirem sua sobrevivência.

Na década de 1920, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) introduziu um modelo, testado anteriormente em outros estados, de ação e controle de recursos fundiários, aplicado como mecanismo de resolução de conflitos agrários e de controle de populações não-indígenas estabelecidas em terras reivindicadas por indígenas. Nascia naquele momento a prática do arrendamento de lotes.

Este mecanismo teve duas funções estratégicas: a primeira de fornecer subsídios econômicos aos postos indígenas, representando uma fonte financeira para seu sustento. A outra de transformar gradualmente os povos indígenas em populações rurais pelo contato cotidiano com agricultores.¹⁵

Em 01 de julho de 1925, foi implantado o arrendamento das terras do Posto Indígena General Dantas Barreto e com base no Decreto nº 637/28 o arrendamento de lotes nas terras dos Fulni-ô foi oficialmente institucionalizado, passando os arrendamentos a serem intermediados formalmente pelo SPI, permitindo a apropriação formal da terra indígena por terceiros. A intenção que esta medida queria alcançar, de reduzir os conflitos entre índios e não índios pela posse e uso das terras, não foi alcançada. Ao contrário, as tensões e conflitos pela posse de terra entre índios e não-índios não terminaram, e a medida apenas serviu para "legalizar" a prática que persiste até os dias atuais e que muito pouco, ou nada traz de vantagem aos índios.

Como contam os Fulni-ô, a forma mais habitual de pagamento pela terra arrendada é a concessão de parte da produção agrícola aos donos do lote, mas em situações onde foram construídas edificações nos terrenos arrendados o pagamento pode ser feito em dinheiro, em valores muito baixos, chamado “chão de casa”. Embora o arrendamento seja uma prática

oficializada, muitos arrendatários nada pagam pelo usufruto do lote. Além de não terem benefícios econômicos com a prática do arrendamento, os índios ainda denunciam os estragos ambientais provocados pelos arrendatários, como a poluição do rio e as freqüentes queimadas da vegetação, principalmente na serra do Comunati.

O arrendamento trouxe ainda mais uma desvantagem aos índios: a expansão sobre as terras indígenas. O perímetro urbano se expandiu sobre o território indígena por meio dos arrendamentos, não só de lotes ou partes de lotes, mas também de terrenos menores onde foram construídas residências e ou outras edificações, desrespeitando os limites da cidade, estabelecidos no "Termo de cessão" de 05 de outubro de 1928.

Os malefícios dessa prática foram reconhecidos pelo SPI, que a partir da década de 1940, passou a considerar os arrendamentos como prejudicial a existência e ao desenvolvimento econômico e moral dos índios.

Ainda hoje os Fulni-ô têm que conviver com situações adversas à sua permanência na área, provocadas pela população local não indígena e suas constantes invasões sobre as terras indígenas e o uso indiscriminado e predatório dos recursos naturais.

O desrespeito à territorialidade indígena, historicamente, tem sido persistente e constante nas práticas da população não indígena e do poder público. Três ações governamentais realizadas sem o consentimento dos Fulni-ô e com impactos negativos sobre sua territorialidade retratam esta realidade: a primeira é a construção das rodovias federal e estaduais (BR-423, PE-244 e PE-300); a segunda é a construção das linhas de transmissão da CHESF (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco) e da CELPE (Companhia de Energia Elétrica de Pernambuco), e a terceira é a exclusão de 227 ha, pelo Decreto Estadual nº 637/28, considerados de utilidade pública e destinados a uma reserva florestal.

O reconhecimento e direitos garantidos aos Fulni-ô sobre sua territorialidade parecem estar mais próximos. Apesar desses índios ser o primeiro povo indígena a ter seu direito à terra oficialmente reconhecido pelo Estado Brasileiro, no século XX, ainda hoje ela não foi identificada. Há, contudo, o reconhecimento por parte dos órgãos públicos responsáveis da necessidade de rever os limites das terras indígenas.

¹⁵ - Informações verbais dadas pelo Professor Peter Schröder/UFPE.

A FUNAI (Fundação Nacional do Índio), em 1971, teria realizado a demarcação física, em uma área de 11.505,71ha, considerando o conceito da “légua em quadra” estabelecido na Carta Régia de 05 de junho de 1705, porém não há documentos comprobatórios de uma demarcação física efetiva. Existe um mapa elaborado pela FUNAI que delimita as terras indígenas, no entanto, o documento carece de autenticação e por isso não tem validade jurídica (Mapa2). O mapa retrata a distribuição espacial das aldeias e do núcleo da cidade e a delimitação aceita pelo órgão responsável. Em 1993, houve uma nova tentativa da FUNAI em regularizar os limites da terra indígena, porém esta não foi concluída.

Pode-se considerar que os estudos e levantamentos realizados para identificar e delimitar a Terra Indígena Fulni-ô, iniciativa da FUNAI, por ocasião do ‘Projeto de Proteção e Divulgação do Patrimônio Cultural das Comunidades Indígenas’ (Projeto 914BRA3018), em 2003, foi a primeira realização efetiva de identificação e delimitação das terras indígenas tradicionalmente ocupadas. O objetivo desta iniciativa foi identificar as terras tradicionalmente ocupadas pelos Fulni-ô, a fim de fomentar a regularização do seu território garantindo sua sobrevivência cultural e econômica.

Embora o projeto tenha tido seu estudo e conclusões realizadas, até o presente momento não foi publicado e, tampouco, os novos limites tiveram validação jurídica. Desta forma, a delimitação ainda vigente continua sendo a anterior e com isso os Fulni-ô continuam a sentir as conseqüências das ações sobre sua territorialidade.

Esta situação fundiária, marcada por conflitos interétnicos, potencializa modificações nas práticas, aplicações de conhecimentos, uso da terra e de elementos naturais, economia indigenista, cultura local, fisionomia ambiental, organização social e direito a terra, promovendo dados interessantes que serão analisados durante a pesquisa.

3.3 A atual ocupação do território

Este território hoje abrange, além do núcleo da cidade já citado anteriormente, as 3 (três) aldeias indígenas: a aldeia urbana, a aldeia Ouricuri e a aldeia Xixiakhlá.

Na aldeia urbana, ou simplesmente aldeia, concentra-se a maior parte da população indígena que vive em Águas Belas. Esta aldeia divide espaço com o núcleo da cidade, por consequência, são presentes os relatos sobre violência contra os índios e seu patrimônio material, no passado, e as desavenças pessoais e degradação dos recursos naturais, no presente. Se antes, as violências eram mais diretas, hoje elas são mais camufladas. Hoje, elas se escondem na discriminação, na exclusão da população indígena e na destruição gradativa das suas fontes de sustento.

Algumas marcas deixadas por esta relação conflituosa são percebidas. No período da realização desta pesquisa estava acontecendo, na entrada da aldeia que faz limite com o centro de Águas Belas, a construção de um portão para controlar a passagem de não indígenas. O portão que de dia permaneceria aberto, a noite seria fechado coagindo a entrada dos não índios, na tentativa de preservar, mesmo que em parte, seu patrimônio material e cultural.

A rua que segue esta entrada da aldeia é a principal via de acesso. Ela corta a aldeia e é nela que estão situados o posto da Funasa, a igreja, a escola e a sede da Funai (Foto 03). Nessa rua, é possível ver algumas construções ou espaços dentro das residências destinadas à comercialização do artesanato indígena. O fato de nesta rua se concentrar as instituições e eventos, como a festa da igreja e a visita de turistas, faz com que ela permita um acesso mais livre aos não indígenas, quando comparada com outras ruas, sustentando uma maior articulação com a população não indígena.

Algumas outras ruas, no período da noite, sobretudo, são restritas ao acesso da população não indígena, como é o caso da rua da caixa d'água, onde reside o pajé. Segundo os índios o acesso é restrito para evitar que os não indígenas assistam as reuniões extraordinárias que são realizadas. Como não há uma definição prévia da data destas reuniões, ficam essas ruas permanentemente restritas ao acesso dos não indígenas.



Foto 03: Vista da rua de principal acesso pela cidade de Águas Belas.

(Foto: Carla Siqueira Campos)

A aldeia urbana é também provida de uma escola bilíngüe, reforçando o ensino do Yaathe já iniciado no ritual religioso. Nesta aldeia há ainda um campo de futebol, um laboratório fitoterápico e um clube, isto é, um espaço comunitário para realização de festas, shows e eventos.

O laboratório foi construído e equipado com verba da Funasa, com o objetivo de estruturar a produção local de remédios artesanais, e abastecer o órgão responsável pelo cuidado com a saúde indígena para, então, distribuí-los em outras aldeias. Apesar de uma boa estrutura física e de todos os instrumentos necessários para fazer remédios, segundo critérios da Anvisa, o Laboratório não está em plena atividade porque não foram realizadas as obras de abastecimento de água, necessárias para o seu funcionamento.

As unidades residenciais são habitadas, geralmente, por famílias ampliadas e compreendem a casa e um quintal, individual, separado com cerca de madeira e onde, na maioria dos casos, são plantadas espécies exóticas de frutíferas para consumo doméstico.

A aldeia Xixiakhlá fica mais distante do núcleo da cidade de Águas Bela, mais ainda sim, próxima à aldeia urbana. Segundo contam seus moradores, a aldeia começou com a ida de um

casal para lá. Seus filhos, netos e bisnetos foram nascendo e permanecendo no local, fazendo com que sua população se tornasse uma grande família ampliada.

Xixiakhlá é tida como uma aldeia rural por não ter a presença dos não indígenas tão forte quanto à aldeia urbana e por manter um estilo de vida marcado por uma produção agropecuária mais intensa. Nesta aldeia os índios, além de realizar as mesmas atividades produtivas da aldeia urbana, ainda criam gado, para consumo e venda de leite e queijo.

A distribuição espacial das casas não marca a existência de ruas, apesar de haver, na entrada da aldeia uma maior concentração de casas, do curral e mesmo de um espaço religioso.

Não existem escolas, nem sede de instituição pública, sendo assim para estudar, ir ao médico/a ou articular com a Funai, os índios que vivem em Xixiakhlá precisam se deslocar até a aldeia urbana, a cidade de Águas Belas, ou outras cidades do Estado.

Os domicílios são muito parecidos com os existentes na aldeia urbana, com uma diferença: não existem quintais cercados e individualizados, aparentando ser de uso coletivo todo espaço externo as casas.

Fazendo um recorte geracional, identifiquei também uma diferença na questão de acessibilidade aos domicílios. Na aldeia urbana, ou por falta de condições em construir novo domicílio, ou por falta de terras para isso, as gerações que vão tendo filhos e constituindo famílias permanecem em domicílios de membros da família, geralmente na casa da mãe ou do pai. Já em Xixiakhlá, ao entrar na aldeia logo se vê algumas casas, em fase final de construção, que serão destinadas as novas famílias. Ou seja, enquanto na aldeia urbana faltam casas para as novas famílias morarem, em Xixiakhlá existem algumas vazias a espera de donos.

A aldeia Ouricuri é o local onde são feitos o ritual e os encontros religiosos. Apesar de haver muitas casas de alvenaria, ninguém reside permanentemente nesta aldeia. Durante três meses do ano os índios vivem nela, mas nos demais meses apenas passam 1 ou 2 dias da semana pernoitando no Ouricuri. De qualquer forma, toda semana os índios e índias dormem pelo menos um dia nesta aldeia.

Existem várias casas distribuídas de forma a criar diversas ruas que se abrem ao chegar próxima ao Juazeiro, espécie sagrada onde acontece o ritual religioso. Assim como no Xixiakhlá, as casas no Ouricuri não possuem um quintal individual (Foto 04).



Foto 04: Visão geral da aldeia Ouricuri.

(Foto: Carla Siqueira Campos)

Além dos domicílios, existem uma casa abandonada, construída para ser o posto de saúde da Funasa nos períodos do ritual, e duas construções coletivas, uma para as mulheres e outras para os homens, cuja função não é elucidada por ter relação com o segredo que sustenta a religiosidade Fulni-ô.

Atualmente, com a facilidade proporcionada pelas motos e carroças, a maior parte dos bens consumidos no Ouricuri é trazida da cidade ou dos roçados. Porém, há também no Ouricuri uma área coletiva, geralmente cultivada por índios sem terras próprias para o roçado.

Embora a ocupação física concentre-se nessas três aldeias, os Fulni-ô usufruem uma área para além desses espaços, onde efetuam parte de suas atividades sociais e econômicas. As serras são reivindicadas como território indígena, não apenas por sua importância material, mas inclusive por sua importância cultural.

Os Fulni-ô se caracterizam por explorar diversos habitats, com maior ou menor intensidade de acordo com seu momento histórico, fato comum entre as comunidades denominadas tradicionais:

“Algumas dessas sociedades (tradicionais) se reproduzem, explorando uma multiplicidade de habitats: a floresta, os estuários, mangues e as áreas já transformadas para fins agrícolas. A exploração desses habitats diversos exige não só um conhecimento aprofundado dos recursos naturais, das épocas de reprodução das espécies, mas a utilização de um calendário complexo dentro do qual se ajustam, com maior ou menor integração, os diversos usos dos ecossistemas.” (DIEGUES, 2004: 84)

As Serras são os locais preferidos pelos Fulni-ô para caça e, principalmente, coleta da palha da palmeira Ouricuri. São também regiões privilegiadas para o plantio de algumas espécies agrícolas, sobretudo uma variedade de frutíferas exóticas, cujas características climáticas do ambiente favorecem seu crescimento.

A Serra dos Cavalos, localizada no atual município de Itaíba, e seu entorno é uma das áreas mais reivindicadas pelos Fulni-ô para ampliação do seu território. Até meados do século XX, a Serra dos Cavalos era habitada por uma fração dos Fulni-ô, a dos Fokhlassa, segundo a história oral indígena. Até 1999, mesmo depois de não mais habitarem a serra, os índios continuavam a visitar a área para caçar e coletar palha de Ouricuri, madeiras e cipós, no entanto, um grave conflito entre um fazendeiro não-indígena e os índios mudou esta realidade e hoje evitam procurar esta área por medo de outros ataques.

A Serra dos Cavalos diferencia-se das demais em termos de importância para a conservação e incorporação ao território indígena pela ocorrência de pinturas rupestre, o que lhe confere mais um atributo, ser área de patrimônio histórico cultural.

Há também nesta serra um lugar conhecido como Caldeirão do Bode, um pedregal com pequenas bacias naturais que retêm a água servindo de bebedouros para os animais. Perto deste lugar existia um assentamento sazonal de caça e coleta. Outra região utilizada para caça é o conjunto de pedras chamado Caldeirãozinho. Uma das espécies preferidas para a caça eram as emas, existentes no passado.

Outra área muito utilizada ainda hoje, inclusive pela proximidade que tem com a aldeia urbana, é a Serra do Comunati. Esta é a mais utilizada pelos Fulni-ô, sobretudo para coleta da palha da palmeira Ouricuri, de madeiras, de cipós e para o plantio, geralmente feito ao pé da serra.

Em razão da superexploração das palmeiras de Ouricuri na Serra do Comunati e às degradações ambientais registradas, a Serra dos Guaribas e das Antas, ambas pertencentes ao

conjunto muitas vezes simplificado como Serra do Comunati, tornaram-se as áreas serranas mais procuradas pelos Fulni-ô para algumas incursões de caça e para coletar palha de Ouricuri, madeiras e cipós, muito requisitados para a confecção do artesanato.

A Serra do Nazário aparentemente era uma área temporária de caça e coleta, mas há relatos que no passado havia assentamentos permanentes. Atualmente os Fulni-ô pararam de procurar a área depois de terem sido impedidos por moradores não-índigenas de usufruírem dela.

No passado, outra fração dos Fulni-ô, os Fola-uli residiam em dois antigos assentamentos permanentes: Cacimba Cercada e Macambira. Cacimba Cercada localizava-se próximo ao riacho Garanhunzinho, segundo relatos indígenas, os moradores desse assentamento viviam da produção de carvão vegetal e principalmente da agricultura, e em especial da mandioca que costumavam plantar nas Serras Preta e Boqueirão.

Em meados do século XX, os Fulni-ô que residiam na aldeia urbana se deslocavam regularmente para a Serra Preta para coletar palha de Ouricuri, já os moradores da Cacimba Cercada não produziam artesanato e por isso não participavam dessas incursões.

A região das serras Preta e do Boqueirão ainda é procurada esporadicamente por alguns grupos pequenos dos Fulni-ô, porém como o ambiente já está bastante degradado e quase não se encontra mais palmeiras de Ouricuri, hoje o recurso mais procurado é a folha do crauá (ou crauatá).

A aldeia Cacimba Cercada foi abandonada há cerca de 30 anos, e suas terras aparentemente foram vendidas aos não-índios¹⁶.

O outro assentamento, Macambira, ficava às margens do rio Ipanema, perto do ponto onde desemboca o rio Tapera. A aldeia era habitada pelos antigos Fokhlassa e oferecia refúgio temporário para os Fola-uli. Em tempos de severos conflitos com os não-índigenas era nesta aldeia onde se realizava o ritual do Ouricuri. Aparentemente Macambira foi abandonada em torno de 1940, por pressões econômicas feitas pelos não-índigenas. Em virtude de sua relevância, a área pode ser caracterizada como área tradicional de ocupação permanente e área tradicional de coleta.

Além das serras, as caatingas têm uma grande importância para o abastecimento dos Fulni-ô. Nelas concentra-se uma grande variedade de espécies vegetais úteis aos índios para confecção do artesanato, para cura de enfermidades e para alimentação (humana e dos animais).

¹⁶ - segundo informações obtidas em conversa com o professor Peter Schröder.

As áreas de caatingas mais procuradas são aquelas que ficam no entorno da aldeia urbana, no entorno da aldeia Ouricuri e no entorno da aldeia Xixiakhlá. A caatinga existente no entorno da aldeia urbana é a que apresenta o maior nível de degradação. As excessivas retiradas de madeiras e o despejo de lixo em alguns locais provocaram a escassez de muitas espécies.

A caatinga da aldeia Ouricuri é a mais preservada apesar do acúmulo de lixo em determinados trechos e de ser muito procurada para extração de partes vegetais para uso medicinal (Foto 05). A criação de animais de médio porte, como ovelhas e caprinos, acontece prioritariamente com uso nessa área. Como é comum esta criação gerar impactos negativos ao ambiente, é indicado um estudo mais detalhado sobre as conseqüências desta prática na área.

Confirmando os impactos negativos, este seria um exemplo de um processo mal adaptativo (MORÁN, 1990), admitindo a tendência em haver para toda ação adaptativa de um lado, uma ação mal adaptativa em outro. Ou seja, se a espécie animal escolhida por um lado apresenta maior resistência e com isso traz facilidades no manejo e uma opção de alimento e renda, por outro lado esta espécie poderá estar comprometendo, em longo prazo, um ambiente em todas as suas dimensões relevantes aos Fulni-ô.



Foto 05: Retirada da casca para uso medicinal.

(Fonte: Carla Siqueira Campos)

A preservação desta caatinga é essencial para a manutenção do ritual religioso, como afirma os próprios índios. Por isso, apesar de bastante procurada para satisfação das necessidades Fulni-ô, há uma preocupação quanto sua preservação, o que se traduz quantitativamente e qualitativamente nas espécies vegetais que existem ali, sendo visivelmente maior do que na caatinga da aldeia urbana.

A caatinga do entorno da aldeia Xixiakhlá é hoje a mais procurada. Por ser uma área ainda com variedade e abundância de espécies e como seu uso não compromete a manutenção do ritual religioso, esta área tornou-se muito visada. Ela ainda apresenta espaços bem preservados, apesar dos índios e índias denunciarem o desaparecimento de algumas espécies.

As pressões sociais e ambientais sobre o território indígena são múltiplas e para superá-las os Fulni-ô criaram algumas estratégias, como será visto no capítulo seguinte.

- CAPÍTULO IV-

As Relações de Pressão e a Construção das Estratégias de Sobrevivência dos Fulni-ô

4.1. As Relações de Pressão e Convívio com os outros Sujeitos Sociais.

Nas relações dos Fulni-ô com outras etnias indígenas destacam-se aquelas com os Kariri-Xocó, de Porto Real do Colégio (AL), cujas relações sociais e culturais são mais fortes, ocorrendo uma espécie de rede de trocas matrimoniais, religiosas e culturais.

São os Kariri-Xocó os únicos não-Fulni-ô a quem se permite a participação no ritual religioso Ouricuri, além disso, são comuns os casos de Fulni-ô que vivem em terras dos Kariri-Xocó, que casam com eles e que participam de seu ritual. O nível de aproximação entre os dois povos legitima a identificação de parentesco existente em ambos.

Com outras etnias indígenas as relações são menos intensas, resumindo-se basicamente em encontros durante as viagens. Embora sejam menos intensos, esses momentos de socialização são bastante valiosos no que diz respeito às trocas de materiais e de experiências.

Há ainda outra importante relação interétnica: a relação com a ‘população vizinha’. Historicamente os Fulni-ô mantiveram uma relação com os não-índios marcada por dominação, exploração e exclusão de seu povo, como foi relatado no capítulo anterior. As dispersões temporárias dos Fulni-ô foram uma estratégia de sobrevivência física, comum entre meados do século XIX até meados do século XX, quando a destruição e queima das casas da aldeia era uma constante. Aquele tempo permanece vivo na oralidade indígena, que revela ainda os diversos maus tratos sofridos pelos índios:

“Chegô na casa da gente, invadiu, pegô as nossas filhas, ou seja, as nossas parentes, usou como prostitutas, roubaram a nossa língua, roubaram os nossos costumes e ainda querem nossas terras. Como é que pode? (...) Assim eles num é um descobridor é um invasor.”
(Be.)

Este conflito além de deixar marcas na integridade física dos Fulni-ô, comprometeu o exercício de sua cultura própria, inibindo a difusão da língua e também as crenças, as práticas e todo um modo de ser indígena. Uma série de violências contra este povo foi cometida na tentativa de anular um grupo em todas suas dimensões distinto de seus espoliadores.

Esta relação entre não-índios e índios, fundamentada na soberania do primeiro sobre o segundo, dá origem ao processo de ‘virar branco’¹⁷ a que são submetidos os índios.

Este processo deve ser compreendido não apenas pelas perdas e ‘contaminações’ de determinados traços culturais, o que seria uma hipersimplificação do fenômeno, mas inclusive pelas assimilações, trocas e resistências (KELLY, 2005). Exemplos desse processo são observados na utilização de materiais adquiridos junto à sociedade não-indígena, para confecção de artesanato indígena, ou na apropriação de termos, conceitos e idéias como forma de inclusão nas esferas política e econômica não-indígena.

Este último exemplo não somente possibilita uma inclusão nas esferas política e econômica, na medida que fornece instrumentos que facilita a participação em projetos étnicos e em discussões com os não-índios, mas também atua como mecanismo de legitimação da identidade étnica, uma vez que o discurso não-indígena, sexista e excludente em sua essência, passa a ser apropriado pelos índios que utilizam-no para afirmar sua identidade.

Embora, atualmente, sejam mais moderadas e invisíveis as formas como se materializam os conflitos, quando comparado aos anos remotos, o cenário continua sendo de animosidade. A hostilidade fica evidente quando os índios colocam um portão na entrada principal da aldeia para restringir o acesso, ou quando se ouve os não-índios referirem-se de maneira pejorativa e discriminatória aos índios.

Por trás do convívio aparentemente harmonioso, existe uma tensão entre a população regional não-indígena e os Fulni-ô, cujo motivo central da discórdia tem ligação com a questão da territorialidade indígena, ou seja, o uso e posse da terra e dos recursos naturais. A luta pelo direito à posse e uso das terras é algo histórico na vida dos Fulni-ô, como descrito no capítulo anterior. Porém, os conflitos provenientes das disputas pelo direito e uso dos recursos naturais

¹⁷ - Fenômeno que é produto de um contato interétnico diversificado e que ocorre em cenários diversos (envolvendo missionários e políticos, educação formal, sistemas de saúde, redes econômicas). (Kelly, 2005:)

começam a ganhar mais destaque recentemente, sobretudo, quando se trata do acesso e uso da água¹⁸.

Como estratégia para manter a integridade territorial e as fronteiras étnicas, os Fulni-ô contemporâneos dão preferência aos casamentos entre si, embora não haja nenhuma restrição aos casamentos com não-Fulni-ô.

A pressão sobre o território indígena não só é arbitrária por desconsiderar o direito deste povo, mas inclusive interfere em outras dimensões da vida indígena, sobretudo a econômica e cultural, comprometendo sua sobrevivência étnica.

Se culturalmente os Fulni-ô procuram superar as pressões evitando os casamentos interétnicos, mantendo ativa sua língua própria e segredo e assiduidade em sua prática religiosa, economicamente praticam uma gama de atividades que integram-nos as economias locais, regionais e até nacionais. Estas atividades serão analisadas a seguir.

4.2 Atividades Econômicas como Estratégias de Sobrevivência

Apesar da ausência de informação nos documentos históricos, a economia ‘original’ dos Fulni-ô, provavelmente, era baseada na caça, pesca e coleta como estratégia de adaptação ao ambiente semi-árido, uma vez que em determinadas épocas do ano o clima desta região dificulta a prática da agricultura. Mesmo havendo dificuldade no cultivo de espécies agrícolas em determinadas épocas do ano, no tempo dos aldeamentos missionários, os Fulni-ô foram, parcialmente, transformados em agricultores, sendo hoje esta prática bem disseminada entre eles.

A economia Fulni-ô é marcada por uma variedade de atividades, que podem ser compreendidas como estratégias de sobrevivência a um ambiente que oferece poucas opções de criação de renda, em razão das pressões sociais e ambientais a que são submetidos. Para superar esta realidade, as índias e os índios Fulni-ô praticam simultaneamente várias atividades:

¹⁸ - No Jornal Regional da TV GLOBO, no último dia 29 de junho, se tornou público o conflito dos Fulni-ô com a população local não-indígena em decorrência do uso da água pela prefeitura de Águas Belas. Os índios reivindicavam no local onde a COMPESA fez a intervenção para abastecimento da cidade, alegando estar o uso ferindo seus direitos, uma vez que além de não serem bem assistidos com o serviço, não recebem pelo seu uso.

“Nós vivemos sobrevivendo, do artesanato, da caça, da pesca e de alguma arte civilizada que nós aprendemos com os não índios. (...) É como eu disse a senhora, a gente aprendemos... por exemplo, eu trabalho, eu faço artesanato indígena, meus filhos fazem, eles sabem também. Nós somos agricultores. Sou artista em pintura, meus filhos também são (...).

Não decorrer desse tempo nós fomos aprendendo. Foi o que eu falei, os animais selvagens eles aprenderam, trabalham hoje no circo, e porque nós, que somos gente, não podemos aprender também?

Se nós não tivéssemos alguma atividade, nós não vivíamos em Águas Belas, porque o pessoal acabou tudo que nós tínhamos. Nós sobrevivíamos de artesanato, da palha do coqueiro, fazia esteira, tapete, chapéu, vassoura, bolsa e etc. Pessoal colocaram fogo aí na Serra, queimaram. Até as fruteiras que nós tínhamos aí na Serra mataram. (...).” (Gl.)

O contato com os não-índios contribuiu com mudanças negativas ao meio ambiente e ao modo de vida Fulni-ô, que por sua vez criou múltiplas estratégias econômicas para a sobrevivência em seu território:

“A fonte de renda aqui da aldeia... não existe assim uma fonte de renda exclusiva não. Não existe mercado de trabalho, não existem assalariados. Os assalariados que tem são aqueles que são pensionistas do INSS e os servidores da Funai, são essas fontes de salário, são as pessoas que vivem numa condição melhor. Então, é muito comum, nas famílias que tem os velhinhos, eles participam com o salário mínimo, participam de forma primeira na renda familiar.(...) Outras famílias vivem do arrendamento de terras... é aí onde eu digo que o artesanato não é mais a atividade primeira nisso aí.” (Ju.)

A estratégia de diversificar as atividades econômicas é um dado que não está presente apenas em informações quantitativas, sendo também possível observá-la dentro de uma mesma unidade residencial, onde é comum que seus membros executem mais de uma atividade. As escolhas por cada atividade são feitas por orientações pessoais e também pelas oportunidades que se apresentam e as épocas do ano que potencializam uma maior ou menor aceitação a cada atividade, marcando a sazonalidade da prática dessas atividades.

Dentre esta diversificação de atividades predominam: (1) a agricultura, tanto para subsistência como para comercialização; (2) o artesanato; (3) os trabalhos e empregos em instituições de Águas Belas e outras cidades; (4) o arrendamento de terra e (5) as apresentações artísticas (FERREIRA; 1996).

Segundo o que foi observado em campo, a maioria das unidades residenciais depende da agricultura e da comercialização de artesanato, sendo as demais atividades bastante diversificadas. Quanto aos arrendamentos, este merece uma atenção maior, pois informações sobre esta prática não são ditas claramente.

Considerando as atividades que predominam nota-se uma interação social e econômica, mais ou menos intensa, dos/as índios/as com o meio urbano, dificultando a identificação do caráter indígena na organização econômica, a não ser pelos atores sociais, pelos lugares destas atividades e por seus raios de ação de produção, distribuição e consumo. No caso dos Fulni-ô, as únicas atividades exclusivamente indígenas são a produção de artesanato e a apresentação indígena, enquanto todas as outras também são exercidas pela população regional não-indígena.

4.2.1. Artesanato

O artesanato é a atividade econômica dos Fulni-ô mais destacada nos diversos relatos etnográficos e históricos, sendo difícil encontrar uma residência onde não haja pelo menos um membro que realize a prática.

Os produtos fabricados com maior frequência variam de acordo com o momento histórico. Atualmente são confeccionados artefatos utilitários, como bolsas, cestos, chapéus, colares, brincos, esteiras, tapetes, vassouras, chanducas¹⁹ e também artefatos decorativos como cocares, arcos e flechas, bordunas e machados, mas no passado a vassoura era a principal produção do artesanato e de sua comercialização viviam várias famílias.

“Antigamente o artesanato era uma atividade que as pessoas dependiam mais, era somente do artesanato. Hoje não é somente do artesanato, mesmo porque a comercialização diminui muito e o interesse das pessoas pelo artesanato indígena aqui na região. Aí o artesanato que é feito, é feito basicamente pra ser mandado pra fora, pra vender nas feiras de artesanato em Brasília, em Recife. Hoje ainda se vende, Segunda-feira você ainda encontra ali na feira o pessoal vendendo artesanato, mas a comercialização dele é muito pouca, as pessoas compram muito pouco. Por exemplo, a gente aqui fazia 100, 150 vassouras por semana, aí levava pra feira pra vender. Era normal vender 100, aí ficava 50. A renda na

¹⁹ - Espécie de cachimbo de uso muito comum entre os Fulni-ô.

maioria das famílias era essa: a venda da vassoura. Caiu de um jeito que a gente fazia vassouras, levava 100 pra vender, aí não vendia nenhuma. Aí levava na outra segunda, mais três segundas e tinha que diminuir o preço 30, 40% pra que pudesse entregá ela, pra que não se perdesse.”(Wr.)

Com a queda da comercialização da vassoura os Fulni-ô diversificaram sua produção. Segundo depoimentos, vários dos artigos confeccionados atualmente pelos Fulni-ô são resultados de demanda do mercado externo, não fazendo parte de uma arte ‘tradicional’. Estão inseridos neste caso os objetos como o cocar, o arco e flecha e colares feitos, principalmente, de ossos. Para alcançar este mercado os objetos são, muitas vezes, confeccionados com materiais vindos de fora como, por exemplo, penas mais vistosas. A mudança nos artigos e materiais do artesanato está intimamente relacionada ao estereótipo que a população não-indígena atribuiu aos índios, que veste a todos e todas com um cocar, arco e flecha e machados. Para ganhar espaço no mercado do artesanato indígena, os Fulni-ô aprenderam com outros índios a produzir esses objetos.

“Na semana do índio, ficou muito comum, e isso surgiu há pouco tempo, essa demanda de um grupo ir pra Recife, outros lugares, de procurar grupos indígenas pra fazer apresentação folclórica, cultural. Então assim, houve necessidade de fazer artesanato pra vender lá fora. Aí nesse caso não ia ser a vassoura que ia ser levada, ou a esteira e o tapete que ia ser levado, eles cobravam o arquinho e flecha que era o que eles assistiam na televisão. Só que Fulni-ô não sabia fazer arco-e-flecha, sabia fazer bodoque, que é parecido com arco-e-flecha, só que lá eles cobravam arco-eflecha. Então, o Fulni-ô em contato com outras tribos aprendeu a fazer o arco-e-flecha tipicamente como eles querem, entendeu? Só que arco-e-flecha aqui foi pouco usado, talvez nunca tenha sido usado de fato, como arma de caça. Talvez em um tempo muito mais remoto, mas em tempo recente foi usado o bodoque que era muito mais uma brincadeira de criança do que propriamente usado pra caça. (...) agora cocar também houve adaptação em alguns cocar. Por exemplo, tem cocar de penas de arara que não tem nada a ver com Fulni-ô. Só que quando chega lá fora eles cobram cocar de pena de arara, então Fulni-ô que não é besta, vai pra Brasília compra penas de arara e faz pra vender aqui ali, se for vender com penas de gavião o preço não é o mesmo, então é muito mais uma questão de comercialização neste caso, do que propriamente vender um produto de sua cultura.”(Wr.)

Esta atividade fomenta uma rede de trocas, na qual os Fulni-ô aprendem a confeccionar determinados objetos de outras etnias e estabelecem uma relação de compra e troca de materiais, destacando as penas de arara e uma variedade de sementes. Nesse aspecto as trocas étnicas mais importantes acontecem com os índios da região Norte do país. Esta rede de trocas potencializa o artesanato e contribui para a inserção dos Fulni-ô no mercado consumidor.

Os recursos mais utilizados no artesanato Fulni-ô são encontrados no próprio território indígena, em especial nas caatingas. Os recursos vegetais são os mais procurados para confecção do artesanato, em um aproveitamento quase integral das partes vegetais (Quadro 03).

Quadro 03: Recursos naturais utilizados no artesanato.

	Nome popular	Parte utilizada	Utilidade	Procedência
RECURSOS VEGETAIS	Angico	Madeira	Confecção de chanduca, borduna, e arco-e-flecha	Local
	Aroeira	Madeira	Confecção de arco-e-flecha, machadinha e cabos	Local
	Bambu	Caule	Confecção de colares	Externa
	Baraúna	Madeira	Brinco em forma de pau	Local
	Buriti	Fruto/coco	Confecção de colares	Externa
	Canela-de-veado	Madeira	Confecção de arco-e-flecha	Local
	Crauí	Fibra das folhas	Tece bolsas, chapéus e acabamentos.	Local
	Feijão-brabo (folha larga)	Madeira	Confecção de arco-e-flecha; chanduca	-
	Genipapo	Semente	Para tintura que passa no corpo	Externa
	Imburana	Madeira	Extração de tinta preta	Local
	Mandioca	Goma	Produção de cola e verniz artesanal	Local
	Meru	Semente	Confecção de colares	Local
	Mororó (pata-de-vaca)	Madeira	Confecção de arco e flecha	Local*
	Mucunã	Semente	Confecção de colares	Local
	Mulungu	Semente	Confecção de colares	Local
	Olho de pombo	Semente	Confecção de brincos e colares	Externa
	Ouricuri	Fruto/ Coco	Colares	Local
Folíolos/ Palha		Confecção de cestos, chapéu. Bolsas, esteiras, vassouras, etc.		

	Nome popular	Parte utilizada	Utilidade	Procedência
RECURSOS ANIMAIS	Pereiro (pau-pereiro)	Madeira	Confecção da flecha	Local
	Tiririca	Semente	Confecção de brincos e colares	Externa
	Urucum	Semente	Tintura para pintura em roupas e no corpo	Local
	Anu Preto	Penas das asas e rabo	Confecção de cocar	Local
		Penas das demais partes	Confecção de brincos, colar, acabamentos, flecha, etc.	
	Arara	Penas	Confecção de brincos, braceletes, acabamentos, cocares, etc.	Externa (Brasília)
	Águia	Penas	Confecção de brincos, braceletes, acabamentos, cocares, etc.	Local
	Carcará	Penas	Confecção de brincos, braceletes, acabamentos, cocares, etc.	Local
	Galinha	Penas de todo o corpo	Confecção de brincos, braceletes, acabamentos, cocares, etc.	Local
	Garça Branca	Penas das asas	Confecção de cocar	Local
		Penas das demais partes	Confecção de brincos, braceletes, acabamentos, etc.	
	Gavião	Penas das asas e rabo	Confecção de cocar	Local
		Penas das demais partes	Confecção de brincos, canetas, acabamentos, etc.	
	Guiné	Penas	Confecção de brincos, braceletes, acabamentos, cocares, etc.	-
	Louro	Penas que caem	Confecção de brincos, braceletes, acabamentos, cocares, etc.	Local
	Pato D'água (Pato Selvagem)	Penas diversas	Confecção de cocar e braceletes	Local
Bico		Confecção de apitos		
Pescador	Bico	Confecção de apitos	Local	
Sariema	Penas	Confecção de brincos, braceletes, acabamentos, cocares, etc.	-	
Urubu Rei	Penas	Confecção de cocar	Local	

*- Apesar de exótica ao ecossistema local, esta espécie é cultivada no território indígena.

<i>RECURSO MINERAL</i>		
Nome popular	Utilidade	Procedência
Thauá	Pintura corporal e do artesanato	Externa

A comercialização do artesanato acontece tanto na feira local quanto na aldeia urbana, nas residências indígenas, algumas das quais foram transformadas, na parte dianteira, em pequenas lojas. A comercialização não acontece só entre indígenas e não-indígenas, mas também entre os próprios Fulni-ô, havendo alguns que confeccionam objetos e os vende para outros poucos Fulni-ô que os revende por preços mais elevados. É comum também ver alguns dos índios que possuem suas ‘lojas’ de artesanato venderem objetos como chapéu e bolsas confeccionados pela população sertaneja. Uma parte da produção indígena também é comercializada em diversas cidades de Pernambuco ou até em cidades ainda mais distantes, como São Paulo, Rio de Janeiro ou Brasília.

A fabricação do artesanato acontece ao longo de todo o ano, porém fatores sócio-políticos e ambientais contribuem para o aumento da produtividade em determinados períodos do ano. A comemoração do ‘Dia do Índio’ é uma data importante em termos de produção e comercialização do artesanato, como já dito anteriormente, assim como também os momentos de viagem.

A estação seca é a melhor para o artesanato, uma vez que os/as índios/as deixam de se dedicar a agricultura, tendo mais tempo disponível. Além disso, o período de seca agiliza a secagem da palha de Ouricuri, tornando mais rápida a confecção dos objetos feitos dela. No entanto, o trabalho de confecção do objeto em si, quando necessita de trançar a palha, é mais indicado fazer de madrugada, pois o sereno umedece o material evitando os cortes tão comuns quando estão secas.

A divisão sexual de trabalho²⁰ no artesanato é bem definida, marcando o papel dos homens e das mulheres. O trabalho de coleta dos materiais é prioritariamente dos homens, embora haja algumas mulheres que também desempenham esta função, geralmente por não haver um homem em condições para fazê-lo. São os adolescentes, jovens e adultos, até 50 anos, os que mais realizam esta atividade.

²⁰ - O termo ‘divisão sexual do trabalho’ aqui empregado se baseia em ampla literatura que explora as relações de gênero, histórica e socialmente construídas.

A prática da coleta para o autoconsumo, no passado, exercia uma importância na segurança alimentar dos Fulni-ô, no entanto, atualmente só são coletados os frutos da temporada disponíveis no ecossistema local, como a quixaba, o umbu e outros, mudando o sentido dessa prática.

A coleta nos dias atuais visa basicamente à venda de madeira ou a obtenção de matéria-prima para a fabricação de artesanato, como a palha de Ouricuri, fibras de crauá e diversas sementes, madeiras e cipós.

A coleta da palha de Ouricuri é uma atividade coletiva e feita antes do alvorecer, geralmente na serra do Comunati. A coleta de madeira pode também acontecer em comunhão com a coleta da palha de Ouricuri, mas não necessita que seja nos mesmos moldes. O mais comum é que a coleta de madeira seja feita nas caatingas, individualmente ou em grupos menores, geralmente de 2 ou 3 pessoas, e durante o dia. Assim como a coleta da palha do Ouricuri, a coleta da madeira é uma atividade prioritariamente masculina, só sendo praticada por mulheres quando na família não existem homens capazes de desempenhá-la.

A coleta de sementes é a que tem maior participação das mulheres e, assim como na coleta de madeira, essa é uma atividade feita individualmente, ou em pequenos grupos, e no período diurno.

As melhores áreas de coleta de palha de Ouricuri hoje em dia ficam quase todas fora dos limites atuais da terra indígena, em razão das reservas dentro dela, em particular a Serra do Comunati, estarem quase esgotadas. Há indícios de que este esgotamento seja fruto, principalmente, de práticas predatórias da população regional não-indígena, como consequência das constantes queimadas e da produção de carvão vegetal, e menos de práticas indígenas, embora algumas práticas indígenas, como a criação de cabras e o depósito de lixo em local inadequado, também causem prejuízos a vegetação. As principais áreas de coleta de Ouricuri ficam na parte oriental da Serra do Comunati, na Serra das Guaribas, na Serra das Antas, na Serra dos Cavalos e, esporadicamente, na Serra do Nazário. Já o crauá é coletado na caatinga do entorno da aldeia Ouricuri e na região entre o atual limite meridional da terra indígena e o limite com Alagoas.

Geralmente as pessoas que realizam esta atividade, fazem para suporte próprio, mas existem casos onde o material coletado é vendido para aqueles que fazem o artesanato ou mesmo para a população não-indígena.

Com a degradação do ambiente e a facilidade em obter os recursos necessários de outras formas, a coleta perdeu importância na segurança alimentar dos Fulni-ô, mas continua sendo uma atividade econômica importante. Sua influência na economia familiar pode ser direta, quando os recursos naturais são vendidos antes de virarem outros produtos, ou pode estar agregada à outra atividade econômica, servindo como fonte para aquela, como acontece no artesanato.

A divisão sexual do trabalho de produção do artesanato é representada também em pelo menos outros dois níveis: no preparo dos materiais a serem utilizados e na confecção dos objetos.

O trabalho de desfiar (laxar) a palha, por exemplo, é desempenhado igualmente por homens e mulheres, e por crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos (Foto 06). Esse trabalho é, preferencialmente, realizado no ambiente doméstico e com a palha ainda verde para evitar cortes.



Foto 06: Palha de Ouricuri sendo laxada por uma criança Fulni-ô.

(Foto: Carla Siqueira Campos)

Na separação e preparo das sementes as mulheres têm um papel de destaque, sendo delas e dos jovens a preferência para a realização do trabalho. Já o preparo da madeira para confecção do artesanato é prioritariamente do homem, jovem e adulto.

No trabalho de confecção do artesanato da palha do Ouricuri cabe aos homens fazerem as vassouras e as mulheres os objetos de trançado, como as esteiras, as bolsas e os chapéus. As índias têm ainda uma importante participação na confecção das vassouras, não só porque elas trabalham desfiando a palha, mas também porque trabalham na sua montagem.

A confecção de colares, brincos, cocares, arco e flecha e outros objetos também é predominantemente masculina. O trabalho desempenhado pelas mulheres é visto como secundário na medida em que são referidos pelos homens como ajuda, mera reprodução de um trabalho que dispensa maiores atributos:

“Os colares foram elas que fizeram, porque o colar eu ensinei a ela como furá, ensinei ela como botá no cordão. Então elas fazem um tanto que for só nesse ritmo. Agora em caso de presença e habilidade eu tenho que usar a minha e a do costume da tribo, que seja, na medalha. (...) Outras coisas elas fazem também eu dizendo como é. Uma pintura ... também ela só pinta daquele jeito que eu indiquei. Elas não usa a criatividade, só quem usa a criatividade sou eu, no momento. (...) Trançado eu não faço não. Só de cordão.” (Be.)

Embora haja uma divisão sexual das tarefas do artesanato indígena, esta atividade é amplamente desenvolvida por índias e índios, das mais diversas faixas etárias. O artesanato, ainda que mais destacado em um período do ano, não apresenta um recorte sazonal tão incisivo como outras atividades, a exemplo da agricultura ou apresentações artísticas. Isto contribui para que o artesanato seja uma das atividades econômicas principais para a manutenção da sobrevivência Fulni-ô, inclusive nos momentos de baixa produtividade de outras atividades econômicas. Outras duas vantagens desta atividade estão nos fatos dela dar continuidade a uma tradição indígena, a confecção de artefatos de palha do Ouricuri, e permitir uma maior inclusão das mulheres nas atividades produtivas.

Depois do artesanato, outra atividade econômica representativa entre os Fulni-ô é o arrendamento de terras.

4.2.2. Arrendamento de terra

Ao que tudo indica, menos da metade das famílias Fulni-ô possuem um lote próprio, mas dentro desta realidade existem também aqueles que possuem mais de um lote, chegando a 30 hectares. Esta situação é resultado de questões que passam pelo reconhecimento da identidade indígena, pela concentração de terras e pelo fato do sistema de redistribuição de lotes não acompanhar a dinâmica do crescimento familiar.

É comum que os lotes sejam arrendados a terceiros ou disponibilizados gratuitamente aos filhos ou outros parentes. Quando arrendados, os acordos costumam ser feitos por vários anos ou por tempo indeterminado, ainda que também haja contratos de curta duração. Nesses acordos fica estabelecido o tipo de beneficiamento que o arrendatário deverá dar, geralmente em uma baixa remuneração monetária ou com parte da produção agrícola. Apesar desse acordo, é comum ouvir os Fulni-ô denunciarem os não-índios por falta de pagamento do lote arrendado.

Esta atividade tem uma grande importância econômica para algumas famílias, porém não para todas, promovendo diferenciações econômicas, assim como os empregos públicos. O loteamento da terra indígena e a prática correspondente de arrendamento geraram um problema de concentração de terras, que por sua vez contribuiu para a existência de grandes diferenciações sociais e econômicas, criando entre os índios e índias as categorias 'rico' e 'pobre'.

Os ricos são representados por aqueles que possuem mais de um lote e mantêm uma fonte de renda suficiente para sustentar sozinha a família indígena, enquanto os pobres seriam aquelas pessoas desprovidas dessa fonte de renda ou com benefícios pouco significativos na manutenção da subsistência familiar.

O arrendamento traz vantagens econômicas para algumas famílias, no entanto traz também uma série de prejuízos sociais, reproduzindo em seu interior a exclusão social, as desigualdades econômicas, e os prejuízos ambientais, ao destinar as melhores áreas a esta prática, comprometendo inclusive a produção de outras atividades, como no caso do artesanato e da agricultura.

4.2.3. *Trabalhos, Empregos e Aposentadorias*

Estas três modalidades de fonte de renda também são comuns entre os Fulni-ô. Embora não sejam as atividades mais representativas, geralmente são as de maior relevância econômica para a unidade familiar.

Os Fulni-ô conseguiram ocupar alguns postos de trabalhos, geralmente diaristas ou temporários:

“Os índios tão fazendo as casas aí, é pedreiro índio que tão fazendo as casa. (...)Tem muitos índios que é empregado do governo, professora, pintor, pedreiro, encanador de água. Nós temu índio que trabalha na COMPESA, na rua, na cidade né... tem índio aqui que trabalha lá (...)”. (Sr. Gl.)

Estes trabalhos consistem em serviços prestados à comunidade não-indígena, ou mesmo a sua própria, em troca de uma baixa remuneração, que ainda sim faz com que sejam de grande importância, sobretudo nas épocas desfavoráveis a agricultura e ao artesanato.

A inserção dos Fulni-ô em uma dessas atividades econômicas é de grande importância no que diz respeito ao acesso a uma fonte de renda, no entanto, não necessariamente contribui para a promoção indígena, nos seus aspectos de desenvolvimento sócio-ambiental sustentável ou de fomento de sua cultura.

Os empregos para indígenas concentram-se, com poucas exceções, no funcionalismo federal (Funai) e local (Prefeitura), fazendo com que sejam extremamente cobiçados, uma vez que representam quase as únicas oportunidades de renda relativamente segura, fora a prática do arrendamento de lotes. Pelo valor recebido e pela seguridade do trabalho, ter pelo menos um funcionário na família constitui um fator econômico importante para a grande maioria das famílias. Outra fonte de renda importante provém das aposentadorias, das quais a grande parcela das unidades residências depende, algumas vezes até como fonte principal de renda.

Com os órgãos públicos existe ainda uma outra relação marcada não só por interesses econômicos, mas por submissão, tutela e dependências historicamente consolidadas na vida dos Fulni-ô. As práticas e posturas autoritárias dos órgãos governamentais deram lugar a relações de dependência econômica e social mais acentuadas, caracterizando a relação como assistencialista e

clientelista. A partir dessa relação com os órgãos governamentais, os índios e índias criaram outra estratégia econômica de sobrevivência: o acesso a projetos produtivos.

4.2.4. Projetos Produtivos

O acesso aos projetos tem duas intenções principais: garantir o exercício das atividades produtivas e, principalmente, gerar uma fonte de renda. A maior parte desses projetos tem como objetivo contribuir para a promoção da cultura indígena ou o aumento das atividades produtivas, sobretudo a agricultura, que é uma atividade estratégica para a sobrevivência indígena. Apesar de haver incentivo de projetos, o mais comum entre as famílias que praticam a agricultura é não receber apoio externo.

A inserção neste espaço leva os Fulni-ô, homens em sua maioria, a participar de cursos de capacitação e a se apropriar de termos que possam destacá-los e colocá-los em situação de vantagem.

Há casos de projetos financiados não realizados na prática, fazendo destes um instrumento de captação financeira, que tem como alvo principal a central da Funai, em Brasília. Como os recursos destinados aos projetos nem sempre são efetivados em melhorias para a população indígena, essa atividade torna-se pouco relevante no que diz respeito à garantia de melhorias e promoção da cultura.

4.2.5. Agricultura

Parte das terras Fulni-ô está comprometida com manutenção das aldeias e a preservação da caatinga no entorno da aldeia Ouricuri, outra parte ainda, aquela localizada perto do núcleo da cidade e ao pé da serra do Comunati é de prioridade da prática do arrendamento, cabendo uma pequena parte à agricultura. Esta é praticada em terrenos relativamente pequenos e em solos menos férteis, uma vez que os melhores solos, aqueles ao pé da serra do Comunati, são arrendados.

Desta forma, pode-se dizer que a agricultura é primordialmente de subsistência, podendo também haver relações de troca e venda, geralmente não considerando o lucro:

*“Uma parte a gente negocia, vende, outra parte fica pra gente se manter. Nunca vende tudo. Uma partizinha né, pra pagar negócio de trabalhador, né (...) então tem que negociar pra pagar os trabalhadores. (...)
Vendo não (o feijão) porque eu tenho muita família. Eu dô. Tenho 30, 25 pessoas que leva toda vez que eu tiro.” (Jô.)*

A agricultura de subsistência é também marcada por um sistema de solidariedade, do qual geralmente fazem parte o agricultor e seus parentes diretos. A produção é, em sua maioria, para o consumo doméstico, sendo vendida apenas parte dos excedentes, muitas vezes para pagar os gastos com a própria produção, sendo a outra parte consumida e distribuída entre os/as índios/as. É raro encontrar entre os Fulni-ô aqueles que comercializam sua colheita inteira.

Os plantios podem ocorrer em três localidades: nos lotes das caatingas, nos lotes da serra do Comunatí e nos quintais das casas. Para cada uma destas três localidades existem espécies correlacionadas.

Nas caatingas são plantadas aquelas espécies mais resistentes, como por exemplo, a palma, a macaxeira e as variedades de feijão. Essas duas últimas espécies têm um destaque maior na segurança alimentar dos Fulni-ô, e juntamente com o milho integram a lista das principais espécies que compõem a rede de solidariedade.

Na serra são geralmente plantadas espécies adaptadas às condições climáticas mais amenas, como uma variedade de frutíferas exóticas, alguns tubérculos e verduras. Já as espécies de preferência para os quintais são as hortaliças, as frutíferas exóticas e as medicinais. As funções das espécies plantadas nos quintais são basicamente duas: estética e alimentícia, não chegando a suprir as necessidades da família.

A preferência em plantar as frutíferas nos quintais e na serra tem a ver com o acesso à água, pois na serra a umidade favorece o desenvolvimento dessas espécies e nos quintais as plantas são irrigadas pelo escoamento da água utilizada no banho, uma vez que as casas não contam com sistema de esgoto.

Além da influência das pressões ambientais na escolha por determinados plantios, os Fulni-ô apontam ainda as pressões econômicas e sociais:

“Porque a gente colhe ligeiro é o milho e o feijão. A gente se interessa, para negociar aquela pastagem, pra ganhar um dinheirinho, né. Aí não tem aquela coisa da gente plantá lá pra ficá. Não tem alguém... Tem o buriçoso²¹. A gente quando vai pra tribo ela (a roça) fica lá sozinha, aí vem o buriçoso. A gente não comi só, né?” (Jô.)

A demora na obtenção desses determinados produtos agrícolas retarda a obtenção do benefício oferecido por ele, ao mesmo tempo em que exige maiores gastos, tanto físicos como econômicos. A vulnerabilidade a que estariam expostas algumas dessas espécies, como por exemplo as frutíferas, uma vez que os Fulni-ô permanecem três meses em seu ritual religioso, contribui junto com as pressões ambientais para as escolhas das espécies.

A orientação da agricultura Fulni-ô segue as mesmas características da agricultura não-indígena, conhecida como tradicional, ou seja, baseada em monoculturas ou em uma baixa diversificação.

Os principais cultivos são o de feijão e milho, tanto no que diz respeito à quantidade de praticantes, quanto no que diz respeito à produtividade. Também são cultivados algodão, mandioca, batata-doce, abóboras, melância, palma, macaxeira, frutíferas (banana, coco e jaca) e verduras (alface, cebola, coentro e maxixe).

Além das espécies plantadas, existem aquelas já existentes no local e que os Fulni-ô apenas ‘ajeitam’ para melhor aproveitá-las. As de maior destaque são a angaroba, aproveitada como alimento para os animais, e o maxixe, aproveitado na alimentação humana. A angaroba é uma espécie arbórea que os índios e índias mantêm para utilização do fruto na alimentação dos animais. Já o maxixe é dispersado pelas fezes dos animais e aproveitado na alimentação humana.

Os plantios são feitos em lotes particulares, porém como a terra indígena não é distribuída igualmente, existem índios e índias sem lotes para plantar. Nesses casos, os plantios são feitos em terras arrendadas de outros indígenas, em terras cedidas por parentes ou ainda nos terrenos comunitários localizados na aldeia Ouricuri:

²¹ - ‘Buriçoso’ é um termo utilizado pelos Fulni-ô para caracterizar aquele que comete pequenos furtos.

“(...)Eu num tenho terreno, eu trabalho ou num terreno comunitário, ou trabalho num lote da minha mãe, um lote de 15 ha. O terreno comunitário... por exemplo, a gente tamu num terreno reservado ao ritual religioso, nele a gente pode tocá roça, plantá, né. Não tem perigo de outra pessoa colher, porque muitas pessoas fazem esse trabalho. Na época de plantio, cada um tem uma parte. (...)” (Al.)

O terreno comunitário tem uma grande importância na segurança alimentar dos Fulni-ô, pois é ele que garante aquelas famílias sem terrenos próprios, o suprimento dos alimentos essenciais a alimentação diária.

A produção agrícola é familiar e, sendo assim, todos os membros da família trabalham na atividade. Não há uma divisão sexual desta atividade e tanto homens como mulheres, jovens, adultos/as e idosos/as, trabalham em qualquer uma de suas etapas.

A agricultura é uma importante fonte de renda para algumas famílias, mas para a maioria delas a grande relevância desta atividade está na garantia da segurança alimentar, uma vez que a produção de alguns meses abastece durante muitos outros uma família inteira. Além disto, esta atividade tem um papel de destaque na formação das redes de solidariedade.

4.2.6. Apresentação Artística

A apresentação artística de música e dança é uma atividade que conquistou muito espaço recentemente. Os grupos, em sua maioria, divulgam as danças e músicas indígenas, inclusive cantadas em Yaathê, embora existam alguns grupos de outros estilos musicais.

Na busca pelo mercado consumidor, esta atividade constantemente é modificada, em um processo de criação e recriação dos figurinos, das pinturas corporais e dos recursos da apresentação em si. Os recursos mais utilizados para o adorno do grupo são: a palha da palmeira Ouricuri para confecção de um chapéu típico (Alohá), barbante para confecção das roupas, penas para confecção dos cocares e tinta das sementes de urucum e jenipapo. Com exceção da palha do Ouricuri, coletada nas serras, e da semente do urucum, disponível em alguns quintais da aldeia urbana, os demais recursos são comprados e trazidos de fora da aldeia.

Embora haja apresentações pontuais ao longo de todo ano, a prática desta atividade é marcada por uma data sócio-política, o Dia do Índio, fazendo desta também uma atividade pontual, e por isso uma fonte de renda secundária para a maioria das famílias que a exercem.

Os meses que antecedem abril são os meses em que os índios e as índias estão treinando para as apresentações e aqueles/as que não participam dos grupos artísticos intensificam seus trabalhos no artesanato. No mês do dia do índio a procura por estes grupos é muito grande, fazendo desta atividade não só uma demonstração artística, mas inclusive um instrumento de divulgação da vida indígena, e por isso, esta atividade dificilmente acontece desvinculada de alguma outra. Geralmente, junto à ela acontecem palestras, exibição de fotos e venda do artesanato, divulgando mais sobre a cultura Fulni-ô e potencializando e diversificando as opções de geração de renda.

As apresentações acontecem, principalmente, em cidades médias e grandes do estado de Pernambuco e de outras cidades nordestinas. Inicialmente as apresentações eram feitas principalmente nas cidades pernambucanas, mas com o crescimento da oferta esse mercado tornou-se pequeno e os grupos foram obrigados a procurar espaços em cidades dos estados vizinhos. Alguns grupos só se apresentam fora de Pernambuco e seus integrantes admitem ser esta a melhor opção uma vez que na relação de oferta e procura eles levam vantagens.

A disputa por um espaço no mercado consumidor provoca alguns conflitos sociais, comuns nas falas de seus/suas integrantes:

“A relação com os outros grupos é difícil. Você vai, marca apresentação num lugar e depois vem um, sabendo que você já fechou a apresentação, e faz um preço mais barato. Isso tá acontecendo muito aqui no Recife.” (Lu.)

Essa é uma das principais razões para o surgimento e a dissolução de tantos grupos, que acaba por gerar uma mobilidade na sua formação. Todas as pessoas com quem eu tinha conversado já fizera parte, anteriormente, de pelo menos um grupo artístico.

A composição desses grupos é mista e tanto homens quanto mulheres participam, porém o lugar de maior destaque, ocupado pela(s) pessoa(s) responsável(is) por conduzir a música, é predominantemente ocupado por homens.

Fazendo um recorte geracional, está presente a participação dos atores diversos, porém de maneira diferenciada, sendo os jovens (18 a 21 anos) e adultos, na faixa de 22 a 35 anos, os que mais integram esta atividade.

Concluo, assim, que os grupos artísticos têm um papel estratégico, uma vez que no mês de abril a agricultura, uma das atividades de maior importância para subsistência e geração de renda, está em baixa. Sua importância se dá ainda pelo fato de agregar outra atividade de grande importância, o artesanato, pelo fato de agir como mais um canal de exercício da língua Yaathê e por valorizar a música e dança indígena, que antes do surgimento dos grupos não era tão disseminada entre os jovens.

4.2.7. Apicultura

Existem iniciativas pontuais, não amplamente adotadas pelos Fulni-ô, de cultivar abelhas nativas para geração de renda. A apicultura não só aproveita o potencial das próprias caatingas, como também contribui para o bom funcionamento das mesmas, uma vez que essas abelhas têm uma importante função polinizadora e representam cerca de 43,1% da polinização neste ecossistema, a mais representativa (MACHADO; LOPES, 2003; ZANELA, 2003).

A maior parte das espécies de abelhas das caatingas é solitária e faz seus ninhos no solo, no entanto, são as eussociais, representadas pelas abelhas sem ferrão (tribo Meliponini), que mais interessam na apicultura. É comum a nidificação dessas espécies em troncos ocos de árvores, principalmente na Imburana e na Catingueira, fazendo com que as espécies que tem este hábito sejam mais sensíveis ao desmatamento.

A escolha pelas espécies nativas é muito importante para conservação da biodiversidade, uma vez que a criação de outras abelhas, como a abelha italiana (*Apis mellifera*), pode ser imprópria, em razão do poder desta espécie em deslocar as abelhas nativas de suas fontes de alimento, interferindo negativamente sobre a polinização em determinadas plantas (ZANELA, 2003).

A criação de espécies nativas como um plano de manejo visando a conservação de determinadas espécies sem alguns cuidados na escolha das espécies e no controle do tamanho das colméias também pode causar desequilíbrio ambiental.

As espécies mais cultivadas são as abelhas Jati, Uruçu verdadeira, Jandaíra, Moça branca e Italiana. O mel produzido por essas espécies é coletado em um período de tempo maior do que o mel produzido pela abelha italiana (*Apis mellifera*), fazendo com que o mel produzido pelas abelhas nativas seja comercialmente mais valorizado (Quadro 04).

Quadro 04: Abelhas cultivadas ou com potencial para cultivo.

<i>Nomes Populares</i>	<i>Origem</i>	<i>Período da Atividade</i>	<i>Produtividade</i>	<i>Valor/Litro²² (R\$)</i>
Jati	Nativa	Horas mais frescas do dia	1 litro/ano	100,00
Uruçu verdadeira	Nativa	Horas mais frescas do dia	22 litros/ano	80,00
Jandaíra	Nativa	Horas mais quentes do dia	8 litros/ano	100,00
Moça Branca	Nativa	Horas mais quentes do dia	4 litros/ano	100,00
Italiana	Exótica	Horas mais quentes do dia	42,5 litros/15 dias	18,00
Rajadinha*	Nativa	(Não informado)	8 litros/ano	60,00
Inxu*	Nativa	(Não informado)	(Não informado)	100,00

*- Ainda não cultivadas.

A prática desta atividade é orientada pelos conhecimentos pessoais sobre as áreas e as espécies manejadas e por conhecimentos externos, incorporados com os estudos e a participação em cursos de capacitação, o que contribui para um manejo de sustentabilidade sócio-ambiental. Os Fulni-ô que mais praticam esta atividade são homens e com maior inserção na educação e cursos profissionalizantes.

Os melhores locais para criação das abelhas nativas são as áreas de caatinga, sobretudo aquelas localizadas no entorno da aldeia Ouricuri e Xixiakhlá em razão do maior nível de conservação a que se encontram. A criação da abelha italiana é feita sob o solo e as demais em troncos de árvores ou caixas de madeira em locais elevados (fotos 07 e 08).

²² - Valor avaliado em fevereiro de 2005.



Foto 07: Colméia de abelha italiana na caatinga do entorno do Xixiakhlá.
(Foto: Carla Siqueira Campos)



Foto 08: Colméia de abelha Jandaíra na caatinga do entorno do Xixiakhlá.
(Foto: Carla Siqueira Campos)

A produção de mel acontece o ano todo, mas o período com maior representatividade de espécies de abelhas ocorre cerca de 2 ou 3 meses após as primeiras chuvas, em julho ou agosto, fazendo desta uma potencial atividade produtiva complementar as atividades sazonais de maior relevância para economia Fulni-ô.

A apicultura pode contribuir ambientalmente ao beneficiar o ecossistema e economicamente ao gerar renda e promover a economia Fulni-ô. Socialmente, contudo, essa prática apresenta uma desigualdade na participação de homens e mulheres, embora permita ser feita no ambiente doméstico, espaço prioritariamente feminino.

4.2.8. Caça

Entre os Fulni-ô, a caça é uma atividade incipiente, ocasional, pouco relevante e de caráter mais recreativo do que utilitário. Na sua maioria, ela é praticada por homens e em pequenos grupos, que se reúnem em um dia do final de semana para praticar a caça como um lazer.

A caça só representa um complemento alimentar em algumas poucas unidades residenciais. Segundo depoimentos, os animais das caatingas são utilizados, principalmente, para caça esportiva, criação doméstica e obtenção de produtos não comestível, como por exemplo, penas de aves para utilização no artesanato. As aves são um dos animais mais procurados, para captura e domesticação ou caça com finalidade de obtenção dos recursos necessários para o artesanato. Diferente da caça, na captura a espécie não é morta, dela se retira o desejado, libertando-na a seguir. Outra forma de captura é aquela que visa o aprisionamento da espécie para sua domesticação.

Algumas dessas espécies de aves são exclusivamente de utilidade para o artesanato, outras são utilizadas também na alimentação. A caça dessas aves depende exclusivamente do valor agregado aos recursos destinados ao artesanato, da troca das suas penas e, no caso das aves para alimentação, dos hábitos alimentares dessas espécies (Quadro 05).

Quadro 05: Relação das aves de maior importância para caça .

<i>Nome</i>	<i>Tipo</i>	<i>Função/Objetivo</i>	<i>Aproveitamento</i>	<i>Ocorrência</i>
Anú Preto	caça	Artesanato	Penas do rabo e da asa para cocar e demais penas para brincos, colar, flecha, etc.	Aldeias Ouricuri e Xixiakhlá
Carcará	Caça/captura	Alimento e Artesanato	Penas do rabo e da asa para cocar e demais penas para brincos, caneta, etc.	Aldeias Ouricuri e Xixiakhlá
Garça	caça	Artesanato	Penas da asa para cocar e demais penas para brincos, canetas, etc.	Rio Ipanema
Gavião Peneirador	caça	Alimento e Artesanato	Penas do rabo e da asa para cocar e demais penas para brincos, caneta, etc.	Redes de energia na aldeia Ouricuri
Pato d'água (pato selvagem)	caça	Alimento e artesanato	Penas do rabo e da asa para cocar, demais penas para braçadeiras e bico como apito.	Rio Ipanema e Cipriano
Pescador	caça	Artesanato	Bico para apito	Aldeias urbana, Ouricuri e Xixiakhlá
Urubu Rei	caça	Artesanato	Penas da asa e rabo para cocar	Aldeia Ouricuri e rio Ipanema

A ema foi no passado um dos animais mais caçados, hoje quase em extinção, é alvo do projeto de um índio para reintroduzi-la na região. Fora as aves, os animais mais caçados são aqueles de pequeno porte, como camaleões, preás, tatus e tejus.

A caça é praticada preferencialmente nas caatingas e nas serras do Comunati, das Guaribas e das Antas e na região entre os rios Ipanema e Tapera.

Esta atividade não é significativa no que diz respeito às estratégias de sobrevivência do povo Fulni-ô. Não tendo importância econômica, tampouco garantindo a segurança alimentar, a caça é apenas uma atividade de lazer, e exclusivamente masculina, uma vez que a participação das mulheres é pontual.

4.2.9. Criação de Animais

A prática recente da criação de animais entre os indígenas pode ter sua origem na Europa Ocidental do século XVIII, quando a domesticação de animais era tida como a mais representativa atitude de civilização humana. Naquela ocasião, entregar gado aos indígenas do Novo Mundo era introduzi-los na 'civilização' (DIEGUES, 2004).

No caso dos Fulni-ô, esta prática também nasceu por incentivada de um agente externo e não por necessidade ou interesse da própria comunidade. O SPI (Serviço de Proteção aos Índios) tentou no passado fazer com que esta prática fosse aderida pelos Fulni-ô, no entanto, ela nunca chegou a ter uma relevância econômica. Mesmo hoje, a criação de animais, geralmente de bovinos e caprinos, desempenha um papel periférico entre as atividades econômicas, com poucas unidades domésticas dependendo dela.

Na aldeia Xixiakhlá há uma criação de gado, economicamente significativa, gerando renda e contribuindo para a garantia da segurança alimentar de muitas famílias. Na caatinga do entorno da aldeia Ouricuri também são criados animais de grande e médio porte, sendo as cabras, os animais mais criados entre os Fulni-ô (Foto 09).



Foto 09: Criação de cabras na caatinga próxima á aldeia Ouriuri.

(Foto: Carla Siqueira Campos)

Existem ainda algumas criações domésticas de galinhas, geralmente com pequeno número de animais, com um importante papel na garantia da segurança alimentar das famílias.

Desta forma, pode-se dizer que entre os Fulni-ô a criação de animais é uma prática secundária, economicamente pouco rentável, e basicamente para o consumo interno, sendo em alguns casos uma fonte significativa para garantia da segurança alimentar de algumas famílias. Ambientalmente a criação desses animais de grande e médio porte, pela forma de criação e ação desses animais sobre a vegetação pode ocasionar degradações, merecendo uma análise mais aprofundada.

4.2.10. Pesca

Atualmente a pesca é uma atividade secundária para os Fulni-ô, embora seja provável que seu papel fosse maior no passado, como constatou Pinto (1956: 98-102) ao caracterizá-los como *pescadores extraordinários* (idem: 98), descrevendo diversas técnicas.

A mudança na situação passada, favorável a pesca, é identificada pelos índios como fruto de intervenções humanas de caráter predatório:

“Porque a água escorria lá da Serra, no tempo em que só tinha índio aqui, que fornecia (a serra) tanto água, como peixe pra gente, né. Isso acabou, com a instalação do reservatório de água, então nós ficamos sem abastecimento. Então, a situação é essa: uma situação de sobrevivência...por conta da cidade, né.” (Al.)

As intervenções feitas pela população local não-indígena provocaram uma série de degradações, acarretando na redução, ou mesmo a morte de diversos córregos de água.

A ação antrópica predatória sobre os rios da região levou a redução das espécies e a escassez da pesca. O pescado dos Fulni-ô é geralmente de pequeno porte e coletado em pouca quantidade (Quadro 06).

Quadro 06. Relação do Pescado

<i>Espécie Pescada (Nome Popular)</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Melhor Época para Captura</i>	<i>Tamanho</i>	<i>Rios Encontrados</i>
Piaba	Alta	Durante as chuvas	Pequeno (até 1kg)	Ipanema
Fidalgo	Alta	Ano todo	Pequeno a médio (até 2kg)	Cipriano, barragem do Ouricuri, Ipanema, Ribeira
Traíra	Média	verão	Pequeno a médio (até 1,5kg)	Ipanema
Bamba	Pouca	verão	Pequeno (até 1kg)	Cipriano, Ipanema, Ribeira
Jundiá	Pouca	Todo ano	(não informado)	Ipanema

No caso dos Fulni-ô, a pesca é mais praticada para o autoconsumo familiar, ou como lazer, do que para a comercialização, sendo poucas as pessoas que vendem peixes na feira local. A comercialização do pescado é feita exclusivamente pela população não-indígena de Águas Belas. Para os Fulni-ô, esta atividade não tem medição de moedas e sendo assim seus excedentes são distribuídos entre os familiares.

A pesca na região ocorre principalmente nos Rios Cipriano, Ribeira, na barragem da aldeia Ouricuri e no Rio Ipanema. Segundo relatos, os rios estão em boa condição de uso, com exceção do Cipriano que é identificado pela comunidade como um rio poluído. Os entrevistados lembram as épocas passadas em que o Cipriano tinha mais água, mais peixe e era melhor para banho. Atualmente, o rio é considerado impróprio para uso, sendo relatado inclusive o mau cheiro liberado por ele, especialmente durante a noite. Esta poluição é atribuída a população não-indígena de Águas Belas que, segundo os Fulni-ô, degradam o rio, atrapalhando o banho e a qualidade e quantidade do pescado.

A pesca para os Fulni-ô não representa uma atividade relevante para sua sobrevivência, no entanto ela tem um importante papel na segurança alimentar da população indígena, haja visto que pelo menos uma vez na semana os índios e índias consomem esta fonte de alimento.

Essa diversidade de atividades econômicas utilizadas pelos Fulni-ô potencializa a oferta do ambiente e reflete a riqueza das caatingas, que inclusive pode ser observada no alto grau de aproveitamento das espécies locais, principalmente das espécies vegetais. Esse aproveitamento ocorre não somente com a utilização de uma grande variedade de espécies, mas inclusive com o uso de diversas partes de uma mesma espécie, utilizadas para diferentes fins, tornando muitas vezes o aproveitamento integral e múltiplo, como será visto no capítulo a seguir.

- CAPÍTULO V -

Um Olhar Sobre os Saberes Ambientais

No convívio dos Fulni-ô com o meio ambiente é consolidado o processo de ‘moradia,’²³ colocando-os em contato com as pressões e potencialidades desse ambiente. Nesse processo são construídos os saberes em prol da sobrevivência e da reprodução desse povo, por vezes, representados em suas práticas e percepções ambientais, indicando as formas de organização e legitimação no território.

O saber ambiental, como fruto do convívio de uma determinada população com seu ambiente, é uma manifestação do saber local, uma vez que esse é moldado pela cultura e pela ecologia local ou regional, pelo contexto social e pela economia, ou seja, pelas diversas dimensões que compõem o meio ambiente (ANTWEILER, 1998).

Diferente do conceito de saber tradicional, que implica em uma forma mais estática de saber, ou seja, em um saber mais livre do contexto sócio-ambiental, o saber local se refere a um processo dinâmico de aquisição e integração de informações e experiências contemporâneas, e como um processo dinâmico, esses saberes locais são representados por inovações, adaptações e má adaptações. As mudanças físicas, econômicas, sociais e culturais agem sobre os saberes ambientais e sobre suas representações nas práticas.

Os Fulni-ô construíram um arcabouço de saberes potencializando seu convívio no ecossistema e garantindo, pelo menos em parte, sua sobrevivência física, econômica e cultural.

Para cada um dos ambientes de seu ecossistema (serra, beira de rio, caatinga e quintais de casa) os Fulni-ô construíram um conjunto de saberes que orienta o uso e os procedimentos correspondentes (Quadro 07).

²³ - Segundo a idéia de Ingold (2000) com o conceito *dwelling-in*, discutida no capítulo II.

Quadro 07: As diferentes utilidades dos ambientes.

<i>Ambientes</i>	<i>Solos Predominantes*</i>	<i>Uso</i>	<i>Procedimentos</i>
Beira de Rio	Ilha	Plantio de espécies temporárias que necessitam de mais água.	Plantio feito, principalmente, na estação seca.
Caatinga	Ariusca	Plantio de espécies mais resistentes a ambientes secos.	Plantio feito no início da estação chuvosa.
Quintais	Barro	Plantio de espécies perenes que necessitam de mais água.	Plantio feito em qualquer época do ano, margeando o caminho percorrido pela água do banho ²⁴ .
Serra	Barro	Plantio de espécies perenes e temporárias que necessitam de mais água.	Plantio feito, principalmente, no início da estação chuvosa.

* - Categorias populares.

O uso desses ambientes para fins agrícolas segue principalmente dois critérios ambientais: o tipo de solo e a disponibilidade de água, que passam a se combinar indicando os locais ideais para sua utilização:

“Tem a terra mais forte, tem as mais fraca. A terra ariusca não presta. Nela da pra plantar feijão-de-corda e algodão. Num é nem barro, nem areia (ariusca). O barro é bom pra plantar palma, feijão-de-arranca, milho. O corda (feijão) não se dá no barro, até morre. O feijão-de-corda é bom pra plantar nessa terra ariusca, porque a terra é fraca. Só dá pra criar ele é essa terra, porque é fraca. O feijão-e-corda é fraco em tudo, se você come ele agora daqui a pouquinho a gente já tá com fome de novo. Ai ele só se dá em terra fraca. Agora a amgaroba dá em qualquer canto. Tem também a ilha, que é um local na beira de rio. Pronto justamente, é o local onde nós planta verduras, porque é uma terra mais forte, uma terra bem organizada, que dá esse tipo de lavoura: verdura.”(Ju.)

O solo é então dividido nas categorias forte e fraco, sendo forte aqueles em que as espécies se desenvolvem mais facilmente e fraco o contrário. O critério da qualidade do solo orienta a escolha das espécies, enquanto a disponibilidade de água orienta a época dos plantios, construindo o calendário agrícola dos Fulni-ô.

²⁴ - Como os banheiros das casas dos Fulni-ô não são providos por uma rede de abastecimento e escoamento de água, os banhos e as lavagens de roupa, geralmente feitos em um mesmo lugar, criam caminhos.

Esse calendário agrícola traz ainda novos elementos, incorporados a partir das relações interétnicas:

“O inverno aqui começa mês de maio...maio, São João...3 meses. É bom plantar (feijão) em maio, são João, Sant’Ana ...final de Sant’Ana já vai colhendo ela. Uma parte a gente planta, outra parte a pessoa deixa para comê e outra vende.” (Ju.)

A incorporação da época dos santos e santas católicos no calendário agrícola indígena é herança das missões, que com o passar do tempo forneceu novos elementos que passaram a compor o saber local desses índios e índias.

Os Fulni-ô construíram diversos saberes ambientais aplicados à agricultura, unindo a percepção física do tempo, a dinâmica do sistema biológico, a importância alimentícia das espécies vegetais e a economia não-indígena, compondo um ‘sistema’ de informações repassado e recriado de geração à geração, orientando o uso do local, as escolhas e o manejo das espécies agrícolas.

O plantio, por exemplo, pode ser feito por ‘ramas’ ou por sementes. Algumas dessas sementes são plantadas pelos Fulni-ô, outras como no caso da angaroba e do maxixe são dispersadas pelos animais e aproveitadas na colheita dos Fulni-ô. Para adubar as terras destinadas ao cultivo, os índios e índias utilizam as fezes dos animais que criam, sobretudo das cabras, garantindo mais nutrientes ao solo.

Sabendo que a ocorrência de algumas pragas agrícolas é marcada pela sazonalidade, e que os pesticidas químicos agrícolas podem causar sérios danos à saúde humana e ao ecossistema, alguns agricultores Fulni-ô evitam seu uso.

Como pelo menos uma parte significativa da safra agrícola não é comercializada, e sim armazenada para o consumo familiar e o plantio na próxima estação de chuva, os Fulni-ô criaram algumas formas de armazenar seus produtos para reduzir as chances de perda em decorrência do ataque de insetos. Uma das formas utilizadas é armazenar a produção em garrafas PET, como fazem, por exemplo, com as variedades de feijões:

“Nessa garrafa (PET) aqui pode botar que não dá o bichinho (broca). Fica do mesmo jeito de quando a gente bate. Quando tira ele tá excelente. Agora aquele que eu botei no tambor deu aquele bichinho, né.” (Jz.)

Esta prática contribui para a saúde da safra agrícola, reduz gastos com compras de produtos químicos e evita a produção de lixo.

Além dos saberes ambientais sobre os ecossistemas e o manejo dos recursos naturais, os Fulni-ô guardam um vasto saber sobre as espécies vegetais, das quais, pelo menos 67 (sessenta e sete), têm alguma utilidade aos Fulni-ô (Anexo III).

Algumas espécies servem exclusivamente para um fim, outras têm finalidades múltiplas. Suas utilidades são diversas, podem servir tanto para suprir as necessidades físicas, fornecendo alimento, água e medicamentos, como para fornecer materiais para o artesanato e para o ambiente doméstico, ou, ainda, como elemento da religiosidade indígena.

Das 67 espécies vegetais listadas, 64,2% têm uma finalidade principal e 35,8% tem finalidades múltiplas, dentre as quais se destacam as funções medicinal (48,4%), artesanal (17,9%), alimentícia (15,8%) e de reservatório de água (5,3%).

Dessas funções as que têm a maior importância para os índios e índias são: a utilização para o artesanato, em razão do retorno econômico que oferece, e a função medicinal. A utilização dessas plantas como alimento é pontual e pouco significativa para a garantia da segurança alimentar das famílias indígenas, como foi tratado no capítulo anterior. Já a utilização das reservas de água das espécies vegetais é comumente referenciada, porém com muito pouca expressões na prática.

As partes vegetais mais utilizadas para obtenção de água são: o caule, as folhas e as entre-folhas; para a alimentação são os frutos, as folhas e o bulbo; para o artesanato são a madeira, as sementes e os folíolos/folhas; e para utilização medicinal são as folhas, cascas, raízes, sementes, óleo e, por vezes, plantas inteiras.

Desta forma, o saber sobre as plantas é amplo em suas finalidades e no aproveitamento das partes constituintes de uma planta. Inerente ao saber sobre a utilidade das espécies vegetais está o saber sobre os modos de uso e as regras de coleta:

“A palha (Ouricuri) só está em ponto de ser tirada após cinco anos de plantio. E o ‘olho’ nunca pode tirar. É dali que ela se reproduz, se tirar o olho ela morre.” (Js.)

“Para fazer artesanato eu peço licença a natureza e escolho um canto que não prejudique a natureza (...) Na hora de tirar a madeira no mato eu escolho aquela que não vai prejudicar a planta. Tem que tirar de um jeito que a planta depois possa crescer normalmente.” (Be.)

O tempo para a retirada das partes de um vegetal e o local que pode ser feita tal retirada são dois critérios importantes na hora de fazer a coleta desses recursos. Esses critérios visam à conservação do ambiente e são orientados pelo conhecimento empírico da dinâmica dessas espécies. Além disso, existe uma explicação sobrenatural para a origem dos saberes ambientais:

“Porque já conhece ela, conhece o nome. E como soube que é a madeira própria? Ali já é através dos antigos, através de visão. Por exemplo: nós não entende o coração um do outro, se eu morrer aí eu vou entender o seu coração. O meu espírito, ele vai entender do seu coração, vai saber seu futuro só que não pode dizer, entendeu? Aí você é uma indígena, eu sou outro e nós somos bem achegado. Eu lhe considero demais, tenho muito amor. Você também a mim. De momento... eu morro. Aí o meu espírito vem te dizer como você se defender de tal coisa. Você vai me ver em sonho ... então justamente foi a visão do arco e flecha. As tribos passadas ... um deles veio dizer: olhe faça uma arma. ‘Com que jeito?’ Veio mostrar em sonho: oiá a madeira é essa. Entendeu? Essa serve pra isso, essa serve pra aquilo. Do mesmo jeito é a medicina sobre as plantas. Entendeu agora?” (Belo)

Os espíritos informam a utilidade de cada recurso natural, enquanto a observação e vivência dos Fulni-ô em seu meio ambiente orientam as melhores formas de manuseio desses recursos e também ajudam na descoberta de suas utilidades.

As regras de uso seguem dois critérios principais, a finalidade do uso e uma orientação social. Sendo assim, existem ervas/plantas medicinais utilizadas exclusivamente para crianças e outras exclusivamente para adultos, algumas das quais servem tanto para mulheres como para homens e outras que servem exclusivamente para determinado sexo (Quadro 08). A maioria das ervas, no entanto, servem para todas essas categorias sociais, podendo apenas diferenciar a dosagem e as formas de preparo.

Quadro 08: Critério Social para Uso das Ervas/Plantas Medicinais.

<i>Categoria Social</i>		<i>Ervas/Plantas Medicinais</i>
Adultos	Mulheres	Piranha
		Bom-Nome
	Homens e Mulheres	Pimenta-do-reino
Crianças		Macambira
		Jurema Preta (raiz)

Essa orientação social para o uso das ervas/plantas medicinais não é uma exclusividade das populações indígenas, mas também elas utilizam tal critério. Algumas plantas utilizadas por todas as categorias sociais podem em determinadas épocas serem proibidas a um grupo, é o que acontece, por exemplo, com as mulheres durante o período de gestação quando o uso de algumas espécies passa a ser proibido.

As formas de preparo são múltiplas e dependem da cura²⁵ que se quer alcançar. As ervas/plantas podem ser utilizadas *in natura* ou processadas. As ervas/plantas *in natura* tanto podem ser ingeridas como inspiradas, já as ervas/plantas processadas podem ser ingeridas, inspiradas ou utilizadas para banho (Anexo IV).

Quadro 09: Modos de Uso das Ervas/Plantas Medicinais.

<i>Condição das ervas/plantas medicinais</i>	<i>Formas de uso</i>	<i>Natureza das ervas/plantas medicinais</i>
<i>In natura</i>	Ingeridas	Fria
	Inspiradas	Fria
Processadas	Ingeridas	Quente ou Fria
	Inspiradas	Quente
	Para Banho	Quente ou Fria

Embora a utilização dessas ervas/plantas medicinais para a cura de doenças seja atualmente menos freqüente do que em tempos atrás, os Fulni-ô ainda exercitam este saber, e inclusive há um movimento para resgatar e impulsionar esta prática.

No Laboratório Fitoterápico, mencionado anteriormente, é cultivada uma série de espécies, em sua maioria nativas, para a produção dos remédios. O objetivo do laboratório é garantir remédios para a população indígena de Águas Belas e vender o excedente à FUNASA para que ela abasteça outras populações indígenas:

“A gente já tinha o conhecimento, mas além disso foi necessário uma capacitação, porque aqui no Laboratório nós vamu produzir os remédios usando toda a tecnologia, porque uma vez que a gente usa essa tecnologia, esses remédios... a gente pode vender esses remédios pra outras comunidades e pro Brasil inteiro. Mas, a princípio a gente quer atender a comunidade Fulni-ô. Vamos trabalhar com 32 produtos, certo? Porque uma vez que esses

²⁵ - As curas aqui são referentes aos males físicos, não havendo informações sobre a espiritualidade dos Fulni-ô em respeito ao segredo que cerca este assunto.

produtos ele é embalados segundo todo um... a gente vai usar o conhecimento tradicional com a tecnologia, porque vamu embalar, colocar um rótulo numa embalagem bem adequado. Aqui vai ser uma Laboratório de plantas, mas quem vai dar autorização vai ser a ANVISA, Agencia de Vigilância Sanitária. Vai ter um farmacêutico junto com a gente e nós já temu capacitação, todos os padrões de um Laboratório. A idéia é a FUNASA comprar esses remédios e dar para os índios de graça (...).” (Gl.)

A realização de um projeto de produção de remédios fitoterápicos pode favorecer, principalmente, dois aspectos da vida dos Fulni-ô: um primeiro econômico, uma vez que trará recursos financeiros para a população indígena de Águas Belas e um segundo cultural, pois contribuirá para o resgate e a valorização do saber sobre as ervas/plantas medicinais:

“(...) E hoje, esse contato com o não indígena, que eu não digo civilizado, eu num acho civilizados... a procura aumentou muito pelos remédios químicos, porque a gente foi obrigado a acompanhar esse outro estilo de vida. E hoje a FUNASA quer resgatar que os índios procure os tratamento mais próprio, mais tradicionais. (...) é interessante que a gente trabalhe com as planta que as pessoa conhecem e sabem a origem dela. Tem uma planta lá no Rio de Janeiro, pra nós não serve. Ela vai servir se o povo conhece. Todas as plantas daqui o povo Fulni-ô já usaram, já fizeram uso, já constataram que ela serve pra tal efermidade.” (Js.)

Com esta iniciativa, o saber sobre as ervas, que nunca deixou de ser aplicado, mas que teve sua prática reduzida, passa por um processo de revalorização apontando para uma iniciativa de adaptação²⁶ cultural, pelo que foi dito acima, e ambiental, uma vez que as espécies cultivadas fazem, em sua maioria, parte do ecossistema local.

Os saberes ambientais dos Fulni-ô, enquanto saberes locais sincronicamente dinâmicos, favorecem a adaptação dos índios e índias em seu território, por vezes, promovendo o manejo sustentável dos recursos naturais, embora esses saberes nem sempre sejam aplicados na prática ou representados em suas percepções ambientais.

²⁶ - segundo as idéias de Morán (1990) sobre adaptação e má adaptação.

Ao explorar seu ambiente os Fulni-ô mantiveram uma relação de engajamento com esse espaço, passando a perceber as formas como ele se apresenta. Por esta razão, as percepções ambientais devem ser entendidas como frutos dos engajamentos humanos em seus respectivos ambientes (INGOLD, 1996).

Como os lugares nesses ambientes são ocupados de formas diferentes pelos diversos grupos sociais e por seus membros, suas percepções podem ser múltiplas, ora coincidindo ora divergindo, e assim, retratando a diversidade.

Algumas percepções ambientais surgiram durante respostas sobre a qualidade desse meio ambiente, espaço material que os cerca e sustenta:

“Eu acho que cada vez mais está piorando, porque a população aumenta, então há necessidade de fazê mais casas. Então, de vez em quando está se desmatando, para fazê as casas. No Ouricuri também está sendo assim. Está sempre se abrindo uma nova avenida, e quando se abre, as plantas nativas conseqüentemente vão sumir, por isso que eu digo: população aumentando, cresce o numero de casas, necessita de mais terrenos, corta mais árvore....”(Al.)

“A terra já tá cansada, nós já tamu com problema que a terra não é mais fértil, essa área aqui na caatinga, né. Ela precisa de uns cuidados, né. Eu acho que deveria ter uma assistência técnica, de respeitar adubos, né. É muito fraca a terra.” (Le.)

Um aspecto importante é o desgaste provocado nos solos, que afeta a produtividade dos mesmos e, conseqüentemente, reduz o nível de abastecimento, se manifestando através da redução na qualidade desse ambiente. A necessidade de crescer a(s) aldeia(s) por sobre as áreas vegetadas, provoca uma diminuição da quantidade das espécies presentes, provocando conseqüências negativas como o aumento do calor e a queda da disponibilidade de recursos naturais, sobretudo os vegetais, passando esse modelo de crescimento a ser percebido como degradante ao meio ambiente.

Outra interferência negativa para os Fulni-ô, é o desmatamento, que tem uma influência prejudicial sobre sua sobrevivência étnica-cultural, uma vez que a prática do desmatamento na aldeia torna mais exposto o ritual, ameaçando seu segredo, e degradando uma área de importante significado para a religiosidade desse povo indígena:

“Tá boa, mas a gente tem que começar a se preocupar com o futuro. A gente sente a necessidade de se manter protegido, proteção do olho do branco, essa necessidade de se fechar. A gente se preocupa com o crescimento da cidade muito rente a gente. Existe uma necessidade de haver um reflorestamento da mata do Ouricuri nesses próximos anos. (...) Porque o Ouricuri, dentro da nossa cultura é muito importante que a gente se sinta seguro, que a gente se sinta preservado. A caatinga hoje é dispersa, não é mais a caatinga de 10 anos atrás. Tá faltando, morrendo muita planta por causa do desmatamento, queimadas, inclusive queimadas que foram feitas por não índios. Teve um lado do Ouricuri que pegou fogo, então hoje o que tem de mato só é Jurema, praticamente o que nasceu depois da queimada só foi Jurema e umas Caatingueirinha novas. E preservar não é só no sentido da gente se sentir seguro não, mas também no sentido de a gente ter o espaço com as plantas que a gente usa que é muito necessário na nossa medicina, na nossa cultura.” (Wr.)

Duas outras questões merecem destaque especial ao falar sobre a qualidade do meio ambiente, que são o lixo e a água. Na maioria das falas, o lixo não aparece como um problema, tampouco como algo que esteja prejudicando a qualidade do meio ambiente:

“Eu não acho um problema muito grave não, porque a gente sempre teve um cuidado, algumas pessoas jogam atrás da igreja, eu não gosto muito. Mais assim, a prefeitura no momento ele recolhe todos os lixos daqui da aldeia, só não recolhe atrás da igreja porque ali eles, daqui da aldeia, já estão acostumados a jogar, mais de vez e quando a caçamba vem e leva. A FUNASA fez um trabalho muito bom ano passado, ela deu uma quantidade boa de saco plástico para todas as famílias da aldeia para que a gente pudesse botar o lixo e colocasse na porta para que quando a caçamba passasse, ela levasse o lixo. E exatamente deu muito certo, foi ano passado o ano mais limpo que se teve, porque a FUNASA cuida da nossa saúde e ela fez um trabalho muito bom.” (Gl.)

“O lixo no Ouricuri, as pessoas não vão se preocupar com aquele lixo lá porque os nove meses que você passa aqui (aldeia urbana) é o tempo do lixo se decompor, alguma coisa pelo menos.” (Wr.)

“Ali (aldeia Ouricuri), quando é pra gente tá lá mesmo, é tudo limpinho.” (Be.)

A coleta semanal de lixo, feita pela Prefeitura, não é suficiente, pois uma grande parte do lixo produzido é despejado a céu aberto nas roças, no terreno atrás da igreja da aldeia urbana, atrás dos quintais das casas ou acumulado em algum desses terrenos e queimados. O fato de o lixo ser despejado em locais sem outra finalidade, não ameaçando tão diretamente a sobrevivência física e cultural dos Fulni-ô, pode contribuir para que haja esse tipo de percepção.

A percepção sobre a qualidade da água que abastece os domicílios também é diferenciada e, geralmente, distinta da percepção sobre a qualidade da água dos rios que cortam Águas Belas:

“Antes já foi muito ruim (o abastecimento de água), nós não tinha disponibilidade da rede, mas já tinha uma água que vinha tratada, que vinha pelos canos. Hoje nesse negocio de água já somos privilegiados, porque nós temos uma quantidade boa de água. Não tem com fartura, mas o pouco que tem ela vem com qualidade pro consumo humano. Ai já melhorou. Só não melhorou abastecimento das residências. (...) Mas, no Oricuri não tem (água). Nós já sofremos muito com essa falta de água, pedimos nas portas, hoje nos não anda mais assim. A água é tratada e chega bem direitinho.” (Jô.)

“Pra nós a água (fornecida pela COMPESA) é boa né, é aquela mesmo que vem né. Ninguém sabe se botam remédio.” (Ci.)

“O outro rio que vem diretamente da serra, que esse eu não sei o nome dele, ele passa pela cidade. Quando chega na aldeia ele faz uma ribeira, ele já chega com péssima qualidade, porque botam esgoto, então pra nós não tem nenhuma serventia. Mas, era muito limpo, então eu acho uma grande perda.” (Wa.)

A incerteza sobre a existência do tratamento da água distribuída pela COMPESA leva alguns Fulni-ô considerarem-na de boa qualidade. Isso se explica em parte pelo fato do caminho percorrido por essa água, e os procedimentos correspondentes, não terem visibilidade, tornando impossível uma avaliação mais precisa. Além disso, a presença do órgão público com a responsabilidade de tratar e distribuir essa água contribui por levar a essa dedução.

Um terceiro fator é ainda apontado na falas dos/as informantes: a melhoria do abastecimento domiciliar de água após a entrada da COMPESA. O abastecimento de água, mesmo que deficiente, trouxe mais conforto e garantia de acesso, reforçando a opinião que defende a qualidade desse recurso.

O mesmo não acontece com as águas do rio. O mau cheiro e a aparência degradada pelos diversos lançamentos de esgoto denunciam a má condição desse recurso.

As percepções ambientais dos Fulni-ô por vezes denunciam práticas predatórias que caminham para a insustentabilidade, o que pode ser potencializado para, inversamente, apontar práticas capazes de garantir a sustentabilidade do ambiente.

Tanto os saberes locais, quanto às percepções ambientais, refletem o acúmulo de conhecimentos que os Fulni-ô têm de seu ambiente e, sobretudo, as estratégias criadas para garantir sua sobrevivência e permanência no território indígena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Fulni-ô, assim como os demais povos indígenas do Brasil, vivenciaram um processo histórico de espoliação, dominação e exploração, levando-os a travar uma luta por seu reconhecimento enquanto sujeitos de direitos à permanência, posse e uso do território indígena, conquistado a partir da utilização cronológica das diversas gerações ancestrais desse povo.

Ainda hoje, esse território é cenário de disputa dos indígenas com diferentes sujeitos sociais. Essa situação socialmente desfavorável é agravada pela deficiência apresentada nos campos político e econômico, fazendo de Águas Belas um dos municípios brasileiros com os menores índices de desenvolvimento humano.

Nesse sentido, os Fulni-ô se encontram em um ambiente social degradado e adverso à permanência e sobrevivência de seu povo, fato que dificulta a disputa com outros sujeitos sociais pelo direito ao seu território.

Confinados a uma área menor do que a equivalente ao território indígena original e tendo parte de seus recursos naturais utilizados indevida e inadequadamente, sem plenas condições de exercer seus direitos a controlá-los e recebendo a carga da degradação ambiental produzida por não-indígenas, os Fulni-ô vivem uma situação de ‘injustiça ambiental’.

Na luta pela permanência em seu território, pelo direito ao uso de seus recursos naturais e, sobretudo, pela sua continuidade física e cultural, os Fulni-ô construíram conhecimentos e práticas, com os quais criaram estratégias para garantir sua sobrevivência e permanência, em resposta às adversidades vividas.

Um dos mecanismos utilizados foi a diversificação das atividades econômicas, a partir das quais os índios e índias potencializaram as condições favoráveis, tanto dos seus recursos naturais como de suas características sociais e culturais, superando, parcialmente, as pressões sociais e ambientais.

A multiplicidade de atividades econômicas diversifica as fontes de renda, aumentando as chances de uma melhoria na qualidade de vida dos índios e índias, e garante a realização de atividades econômicas em todas as épocas do ano, acompanhando as sazonalidades do ambiente e as datas sócio-políticas. Como a estratégia de diversificar essas atividades é observada dentro de uma mesma unidade familiar, os Fulni-ô conseguem realizar a prática de pelo menos uma atividade, garantindo por todo ano sua sobrevivência e permanência no ambiente.

A estratégia de diversificar as atividades econômicas é uma tentativa de superar o quadro de exclusão a que são submetidos os índios e índias e as pressões do ambiente físico-biológico que reduz a possibilidade de exercer algumas atividades durante parte do ano. Sendo assim, esta estratégia pode ser entendida como resultado de um processo de adaptação tanto social quanto ambiental.

Por vezes essas atividades econômicas fortalecem a identidade indígena, reforçam a renda familiar, garantem a segurança alimentar, criam redes de solidariedade, ou ainda promovem a conservação do ecossistema local. Porém, outras vezes fomentam conflitos sociais, degradação do ecossistema e outras situações desfavoráveis que merecem uma análise mais aprofundada sobre as conseqüências tanto sócias quanto ambientais dessas práticas.

Parece que essas atividades fomentam uma condição de adaptação em algum nível da vida desses índios/as, seja na esfera social, ambiental, cultural ou econômica, geralmente, no entanto, refletindo em uma condição de má adaptação em outro nível, interferindo na qualidade e sustentabilidade desse ambiente.

As percepções ambientais evidenciadas nas falas sugerem que pelo menos uma parte da população indígena considera saudável o seu meio ambiente físico-biológico, uma vez que consegue suprir suas necessidades físicas e desenvolver suas atividades econômicas e culturais. Um exemplo disso é a compreensão de que o acúmulo de lixo nas aldeias urbana e Ouricuri não traz problemas aos índios e índias.

Mesmo considerando saudável seu meio ambiente, os Fulni-ô evidenciam algumas preocupações com seu futuro, denunciando os possíveis prejuízos para sua sobrevivência física e cultural.

Os problemas atuais ou futuros no ambiente físico-biológico foram relacionados às formas inadequadas de interferência humana. Embora os Fulni-ô destaquem o problema da escassez de água como causador de muitas dificuldades, são as formas degradantes de manejo do meio ambiente que são apontadas como propulsoras da redução da qualidade ambiental.

Nesse sentido, o manejo predatório dos recursos naturais somado à ineficiência do poder público e às pressões de cunho econômico, social e político comprometem a sustentabilidade sócio-ambiental do território indígena.

A consequência dessa intervenção age sobre o nível de atendimento das necessidades para sobrevivência dos Fulni-ô. Quando degradante, essa intervenção, por vezes, compromete o atendimento dessas necessidades, contribuindo para a percepção da degradação ambiental.

Por isso, há indícios de que a percepção que os Fulni-ô fazem de seu meio ambiente é orientada pelo tipo de manejo - sustentável ou insustentável do ponto de vista sócio-ambiental – e, sobretudo, pelo nível de atendimento das necessidades dos Fulni-ô para convivência com o meio e para sua sobrevivência física e cultural.

Por fim, concluo que a relação dos Fulni-ô com seu meio ambiente está pautada em estratégias para sobrevivência e permanência em seu território, potencializando para isso os ambientes e criando mecanismos de superação das pressões sociais e ambientais. Essas estratégias tanto podem ser adaptativas, levando a sustentabilidade sócio-ambiental, como podem ser má adaptativas, levando à insustentabilidade.

Nessas condições os Fulni-ô prosseguem em sua luta pelo direito a posse e uso de seu território, tentando se afirmarem como sujeitos de direitos e de especificidades, buscando a continuidade física e cultural de seu povo.

BIBLIOGRAFIA

- ADAMS, Cristina. *Caiçaras na Mata Atlântica: pesquisa científica versus Planejamento e Gestão Ambiental*. São Paulo: Annablume: FAPESP. 2000.
- ANTWEILER, Christoph. *"Local Knowledge and Local Knowing: An Anthropological Analysis of Contested 'Cultural Products' in the Context of Development."* *Anthropos*, 93(4-6):469-494. 1998.
- BRANQUINHO, Fátima. *Da "química" da erva nos saberes popular e científico*. Tese de Doutorado, Campinas. IFCH/UNICAMP. 1999.
- CARDOSO. R. *Aventuras de Antropólogos em Campo ou como Escapar das Armadilhas do Método*. In CARDOSO. R. (org.) *A Aventura Antropológica – Teoria e Pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. pp95-103. 1986.
- COSTA, J. F. *Bilingüismo e atitudes lingüísticas interétnicas: aspectos do contato português – Ya:thê*. (Dissertação de mestrado) Recife: UFPE. 1993.
- DIEGUES, Antônio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. 4^a ed. São Paulo: Hucitec; Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP. 2004.
- FERREIRA, Ivson J. *Relatório: Grupo Indígena Fulni-ô*. FUNAI – ADR/Recife. 1996.

FOLADORI, Guillermo e TAKS, Javier. *Um olhar antropológico sobre a questão ambiental*. *Mana*. [online]. out. 2004, vol.10, no.2 [citado 22 Outubro 2005], p.323-348. Disponível na World Wide Web: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132004000200004&lng=pt&nrm=iso. ISSN 0104-9313.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. *Certidões*. Disponível na World Wide Web: <http://www.palmares.gov.br>

INGOLD, Tim. *Human worlds are culturally constructed: Against the motion, I*. In *Key debates in anthropology*, London: Routledge, pp. 112-118. 1996.

INGOLD, Tim; KURTTILA, Terhi. *Perceiving the Environment in Finnish Lapland* in *Body & Society*, SAGE Publications, London, Vol.6(3-4): 183-196. 2000.

IPEA; *Atlas do Desenvolvimento Humano*. 2000. Disponível na World Wide Web: <http://www.pnud.org.br/atlas>

KELLY, José Antônio. *Notas para uma Teoria do "Virar Branco"*. *Mana*. [online]. abr. 2005, vol.11, no.1 [citado 22 Outubro 2005], p.201-234. Disponível na World Wide Web: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010493132005000100007&lng=pt&nrm=iso. ISSN 0104-9313.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos Modernos – Ensaio de Antropologia Simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34. 1994.

LEAL, Inara R., *Diversidade de Formigas em Diferentes Unidades de Paisagem da Caatinga*. In: LEAL, Inara R. et all, *Ecologia e Conservação da Caatinga, Recife: Ed. Universitária UFPE, 2003*. 435-461 pp.

LEFF, Enrique. *Epistemologia Ambiental*, 2ª. ed. São Paulo: Cortez. 2002.

MACHADO, Isabel Cristina, LOPES, Ariadna V; *Recursos Florais e Sistemas de Polinização e Sexuais em Caatinga*; In: LEAL, Inara R. et all, *Ecologia e Conservação da Caatinga, Recife: Ed. Universitária UFPE, 2003*. 515-564 pp

MELO, Mário. *Os Carnijó's De Águas Bellas*. Diário Oficial de São Paulo. 1929.

MILTON, K. "Ecologías: antropología, cultura y entorno". *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, 154. [citado em 1997]. Disponível na World Wide Web: <<http://www.unesco.org/issj/rics154/miltonspa.html>> (Acesso em 28 de fevereiro de 2004).

MORÁN, Emílio F. *A Ecologia Humana das Populações da Amazônia*; Petrópolis, RJ: Vozes. 1990 (1946).

NEVES, Walter, *Antropologia Ecológica Um olhar materialista sobre as sociedades humanas*. 1996.

OLIVEIRA, João Alves de, et all; *Mamíferos da Caatinga*; In: LEAL, Inara R. et all, *Ecologia e Conservação da Caatinga, Recife: Ed. Universitária UFPE, 2003*. 275-333pp.

ORLOVE, Benjamin S. *Ecological Anthropology*. Ann. Rev. Anthropol. 9:235-71. 1980.

PACHECO, Tânia. *Justiça Ambiental e Racismo. Rede Brasileira de Justiça Ambiental*. Disponível na World Wide Web: <<http://www.justicaambiental.org.br/UserFiles/17/File/Justicaambientaleracismo.pdf>>

PÁDUA, J.A. Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil; in MOSER,C.; RECH, D.(org); *Direitos humanos no Brasil, Diagnóstico e Perspectivas;2ª. ed.*; Ano 1, no. 1, Rio de Janeiro: Coletânea Ceris, 2004.

PINTO, E. *Etnologia Brasileira (Fulni-ô- os últimos Tapuias)*. Editora Nacional: São Paulo.1956.

- POSEY, D. *Manejo da Floresta Secundária; capoeira, campos e cerrados (Kayapo)*. In **RIBEIRO, B. (org).** *Suma Etnológica Brasileira*. vol. I. B. Petrópolis: Vozes. 1987.
- PRADO, Darién E. As caatingas da América do Sul. In: **LEAL, Inara R. et all,** *Ecologia e Conservação da Caatinga*. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2003. 3-73 pp. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL. Disponível na World Wide Web:
<http://www.justicaambiental.org.br/noar/UserFiles/17/File/17_principios.pdf>
- SALTALAMACCHIA, Homero R. *La Historia de Vida: Reflexões a partir de uma experiência de investigación*. Caguas: CIJUP. 1992.
- SCHRÖDER, Peter. "Cognição ambiental, local knowledge e agricultura no Cariri cearense." In BRANDÃO, Maria do Carmo; MOTTA, Roberto; MOTTA, Antônio C. (org.): *Antropologia: memória, tradição e perspectivas (V Encontro de Antropólogos do Norte e Nordeste)*. Revista ANTHROPOLÓGICAS, ano III, vol. 7, série Anais. Recife: Programa de Pós-Graduação em Antropologia/ UFPE, 1998, p. 471-489.
- SILVA, José Maria Cardoso da, et all; *Aves da Caatinga: Status, Uso do Habitat e Sensitividade*; In: **LEAL, Inara R. et all,** *Ecologia e Conservação da Caatinga, Recife: Ed. Universitária UFPE, 2003*. 237-273 pp.
- VASCONCELOS, Sanelva, *Os Cardosos De Águas Belas - Estudo Histórico, Geográfico, Sociológico E Estatístico Das Águas Belas E Genealógico De Seu Fundador*. Arquivo Público Nacional: Recife. 1962.
- VIANA, M. C. *Aspectos sócio-econômicos e sanitários dos Fulni-ô de Águas Belas (Pernambuco)*. SUDENE: Recife. 1966.

ZANELA, Fernando César V., MARTINS, Celso F.; *Abelhas da Caatinga: Biogeografia, ecologia e Conservação*. In: LEAL, Inara R. et all, *Ecologia e Conservação da Caatinga*, Recife: Ed. Universitária UFPE, 2003. 75-134 pp.

ZALUAR, Alba. *Teoria e Prática do Trabalho de Campo: alguns problemas*. In Cardoso, Ruth (org.) *A Aventura Antropológica- Teoria e Pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986.

ANEXOS

I) Os 100 Municípios do Brasil com os menores Índices de Desenvolvimento Humano Municipal

Colocação	Municípios	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (2000)
1.	Manari (PE)	0,467
2.	Jordão (AC)	0,475
3.	Guaribas (PI)	0,479
4.	Traipu (AL)	0,479
5.	Centro do Guilherme (MA)	0,484
6.	Araioses (MA)	0,486
7.	Ipixuna (AM)	0,487
8.	Caraúbas do Piauí (PI)	0,487
9.	Santana do Maranhão (MA)	0,488
10.	Lagoa Grande do Maranhão (MA)	0,492
11.	Governador Newton Bello (MA)	0,494
12.	Milton Brandão (PI)	0,494
13.	Murici dos Portelas (PI)	0,494
14.	Cacimbas (PB)	0,494
15.	Belágua (MA)	0,495
16.	Matões do Norte (MA)	0,495
17.	Betânia do Piauí (PI)	0,497
18.	Tapauá (AM)	0,498
19.	Fernando Falcão (MA)	0,498
20.	Poço das Trincheiras (AL)	0,499
21.	Porto de Pedras (AL)	0,499
22.	Caxingó (PI)	0,500
23.	Brejo de Areia (MA)	0,501
24.	São Roberto (MA)	0,502
25.	Guajará (AM)	0,504
26.	Massapê do Piauí (PI)	0,504
27.	Itamarati (AM)	0,505
28.	Presidente Juscelino (MA)	0,506
29.	Canapi (AL)	0,507
30.	Senador Rui Palmeira (AL)	0,507
31.	Paulino Neves (MA)	0,508
32.	Curral de Cima (PB)	0,508
33.	Cocal dos Alves (PI)	0,509
34.	Novo Santo Antônio (PI)	0,509
35.	Campo Largo do Piauí (PI)	0,51
36.	São João do Carú (MA)	0,511
37.	Santo Amaro do Maranhão (MA)	0,512
38.	Floresta do Piauí (PI)	0,512
39.	Envira (AM)	0,513

Colocação	Municípios	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (2000)
40.	Casserengue (PB)	0,513
41.	Natuba (PB)	0,513
42.	Branquinha (AL)	0,513
43.	Bom Jardim (MA)	0,515
44.	Vera Mendes (PI)	0,515
45.	Inhapi (AL)	0,515
46.	Jenipapo dos Vieiras (MA)	0,516
47.	Poço Dantas (PB)	0,517
48.	Marajá do Sena (MA)	0,519
49.	Morro do Chapéu do Piauí (PI)	0,519
50.	Capim (PB)	0,519
51.	Cachoeira Grande (MA)	0,52
52.	São Francisco de Assis do Piauí (PI)	0,52
53.	Santa Cecília de Umbuzeiro (PB)	0,52
54.	Tufilândia (MA)	0,521
55.	Caetés (PE)	0,521
56.	Itapicuru (BA)	0,521
57.	Cantanhede (MA)	0,522
58.	Roteiro (AL)	0,522
59.	São João do Soter (MA)	0,523
60.	Nossa Senhora dos Remédios (PI)	0,523
61.	Timbiras (MA)	0,524
62.	Joca Marques (PI)	0,524
63.	São Miguel de Taipu (PB)	0,524
64.	Major Isidoro (AL)	0,524
65.	Santa Rosa do Purus (AC)	0,525
66.	Santo Antônio do Içá (AM)	0,525
67.	Melgaço (PA)	0,525
68.	Satubinha (MA)	0,525
69.	Cabeceiras do Piauí (PI)	0,525
70.	São José dos Ramos (PB)	0,525
71.	Joaquim Pires (PI)	0,526
72.	Madeiro (PI)	0,526
73.	Itatuba (PB)	0,526
74.	Marcação (PB)	0,526
75.	Iati (PE)	0,526
76.	Coronel João Sá (BA)	0,526
77.	Quijingue (BA)	0,526
78.	Turilândia (MA)	0,527
79.	Damião (PB)	0,527
80.	Gado Bravo (PB)	0,527
81.	São João do Tigre (PB)	0,527

Colocação	Municípios	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (2000)
82.	Porto (PI)	0,528
83.	São João do Arraial (PI)	0,528
84.	Água Doce do Maranhão (MA)	0,529
85.	Conceição do Lago-Açu (MA)	0,529
86.	Maranhãozinho (MA)	0,529
87.	Campo Alegre do Fidalgo (PI)	0,529
88.	Paquetá (PI)	0,529
89.	São José da Tapera (AL)	0,529
90.	Ribeira do Piauí (PI)	0,53
91.	Santa Brígida (BA)	0,53
92.	Itaipava do Grajaú (MA)	0,531
93.	Pilõesinhos (PB)	0,531
94.	Fonte Boa (AM)	0,532
95.	Pauini (AM)	0,532
96.	Acauã (PI)	0,532
97.	Queimada Nova (PI)	0,532
98.	Pedro Régis (PB)	0,532
99.	ÁGUAS BELAS (PE)	0,532
100.	Marechal Thaumaturgo (AC)	0,533

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil- IPEA, 2000.

II) Indicadores da Qualidade de Vida nos Municípios da Microrregião do Vale do Ipanema (Pernambuco)

Município	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Educação, 2000	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 2000	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Longevidade, 2000	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Renda, 2000	População total, 2000
Águas Belas (PE)	0,582	0,532	0,542	0,471	36641
Buíque (PE)	0,578	0,575	0,692	0,456	44169
Itaíba (PE)	0,581	0,567	0,633	0,488	26799
Pedra (PE)	0,633	0,601	0,651	0,519	20244
Tupanatinga (PE)	0,579	0,54	0,609	0,432	20801
Venturosa (PE)	0,699	0,633	0,658	0,542	13462

Município	Intensidade da pobreza, 2000	Intensidade da indigência, 2000	Percentual de pessoas de 25 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo, 2000	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com densidade acima de 2 pessoas por dormitório, 2000	Taxa bruta de frequência à escola, 2000	Taxa de alfabetização, 2000
Águas Belas (PE)	67,04	65,92	72,59	16,85	77,58	48,44
Buíque (PE)	65,52	62,01	74,97	25,57	77,48	47,99
Itaíba (PE)	60,78	56,6	77,36	17,31	75,84	49,3
Pedra (PE)	58,66	57,09	65,11	15,08	74,6	57,69
Tupanatinga (PE)	66,56	67,09	77,89	21,54	78,1	47,85
Venturosa (PE)	51,89	46,13	60,23	19,2	80,52	64,57

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil- IPEA, 2000.

III) Plantas de Utilidade para os Fulni-ô

Nome popular	Parte utilizada	Utilidade	Ocorrência	Origem
1. Alecrim	Folha	Medicinal	Caatingas e quintais	-
2. Amgaroba	Fruto/vagem	Alimento	Caatingas	-
3. Anador	Folhas	Medicinal	Quintais	-
4. Angico	Madeira	Artesanato	Caatinga do	Região
	Casca	Medicinal	Ouricuri	
5. Arapiraca	Casca	Medicinal	caatingas	Região
6. Aroeira	Casca	Medicinal	Caatinga do	Região
	Madeira	Artesanato	Ouricuri	
7. Artemisia	Folhas	Medicinal	Quintais	-
8. Aveloi	'Leite'	Faz cola		-
9. Babão	Caule	<ul style="list-style-type: none"> • Reservatório de água • Medicinal 	Caatingas	Região
10. Bálsamo	Casca	Medicinal	Serra do Comunati	Região
11. Baraúna	Madeira	Artesanato		Região
12. Batata de Pulga (fêmea e macho)	Tubérculo	Medicinal	Caatingas	Região
13. Boldo	Folha	Medicinal	Quintais	Exótica
14. Bom-nome	Casca	Medicinal	Caatinga do Ouricuri	-
15. Buriti	Fruto/coco	Artesanal	Serra do Comunati	Exótica
16. Catingueira	Folha	Alimento para gado	Caatingas	Região
	Flor	Apicultura		
	Casca	Medicinal		
17. Caibreira	Casca	Medicinal	Beira do rio e nascente	Região
18. Cajueiro	Fruto	<ul style="list-style-type: none"> • Alimento • Artesanato 	Serra do Comunati	Região
19. Canela-de-veado	Madeira	<ul style="list-style-type: none"> • Artesanato • Medicinal 	Serra do Comunati e caatinga do Ouricuri	Região
20. Capim santo	Folhas	Medicinal	Quintais	Exótica
21. Colônia	Folhas	Medicinal	Serra do Comunati e beira de rio	Exótica
22. Confrei	folha	Medicinal	Quintais	Exótica
23. Coqueiro da Praia	Óleo	Medicinal	Quintais	Exótica
	Água	Medicinal/Alimento		
	Fruto	Alimento		
24. Coroa-de-frade	Interior do caule	Medicinal	Caatingas (perto de pedras)	Região
25. Crauá	Interior das folhas (geleia)	Reservatório de água	Caatingas	Região

	Fibra das folhas	Artesanato		
26. Crauatú	‘Copo’ da bromeliacea	Reservatório de água	Caatingas e Serra do Comunati	Região
27. Erva-cidreira	Folhas	<ul style="list-style-type: none"> • Medicinal • Estética (sabonetes esfoliantes) 	Quintais	Exótica
28. Espinheiro branco	Casca	Medicinal	Caatingas	-
29. Facheiro	Casca	Medicinal	Caatingas	Região
30. Feijão andú (ou de madeira)	Semente	<ul style="list-style-type: none"> • Alimento • Medicinal 	Roças	-
31. Feijão-brabo	Madeira	Artesanato	Roças	-
32. Gericó	Toda a planta	Medicinal	Cascalhos	-
33. Hortelã miúda	Folha	Medicinal	Quintal	Exótica
34. Imbeira	Casca	Medicinal		-
35. Imburana	Madeira Flor	Artesanato Apicultura	Caatingas	Região
36. Umburana de cheiro (Cumarú)	Folha e bulbo	Alimento para animais Fumo	Caatingas	Região
37. Jatobá	Casca	Medicinal	Serra do Comunati	Exótica
	Fruto	Alimento		
38. Juazeiro	Árvore toda	Sagrado	Caatingas	Região
	Folhas	Higiene bucal (folha e casca)		
	Casca	Medicinal		
	Fruto	Alimento para animais		
39. Jurema preta	Casca e Raiz	Medicinal	Caatingas	Região
40. Macambira	Folha	<ul style="list-style-type: none"> • Medicinal • Reservatório de água 	Todos os ambientes	Região
41. Mandacaru	Caule	Reservatório de água	Caatingas	Região
42. Mandioca	Goma	Artesanato	Roças	-
43. Mastruz	Folhas e Caule	Medicinal	Quintais	Exótica
44. Merú	Semente	<ul style="list-style-type: none"> • Artesanato • Utilização em espingardas 		Região
45. Mororó (pata-de-vaca)	Madeira e Semente	Artesanato	Caatinga do Ouricuri	-
	Casca	Medicinal		
46. Mucunã	Semente	Artesanato		Região
47. Mulungu	Madeira	Utensílios (canao, gamelas para porcos)	Caatingas e principalmente serra do Comunati	Região
	Semente	Artesanato		
	Casca	Medicinal		

48. Mussambê	Raíz	Medicinal	Caatingas	Região
	Fruto	Alimento para aves		
	Flor	Apicultura		
49. Ouricuri	Folíolos	Artesanato	Serra do Comunati	Região
	Fruto	Alimento		
50. Palma	Caule e Fruto	Alimento	Caatingas	Região
51. Pau-Ferro-Jucá	Casca	Medicinal	Caatingas	Região
52. Pereiro (pau-pereiro)	Madeira	Artesanato	Caatingas	Região
53. Pimenta-do-reino	Semente	Medicinal	Horta	Exótica
54. Pinhão Brabo	‘leite’	Medicinal	Caatingas	-
55. Piranha	Casca	Medicinal	Caatingas	Região
56. Poejo	Toda planta	Medicinal	Quintais	Exótica
57. Quina-Quina	(não foi dita)	Medicinal	Caatingas	-
58. Quixabeira	Fruto e Folha	Alimento humano e para os animais	Caatingas	Região
	Casca	Medicinal		
	Madeira	Utensílios (enxadas)		
59. Sarsa-de-riacho	Folhas	Medicinal		-
60. Transagem	Folhas	Medicinal	Quintais	-
61. Umburana	Casca	Medicinal	Caatingas	Região
62. Umbuzeiro	Fruto	Comestível	Caatingas	Região
	Casca	Medicinal		
63. Urtiga	Raiz	Medicinal	Caatingas	Região
64. Urucum	Semente	Artesanato	Quintal e Serra do Comunati	-
65. Velame	Flor	Apicultura	Caatingas	Região
	Folha	<ul style="list-style-type: none"> • Alimento para gado • Medicinal 		
66. Xambá	Folhas	Medicinal	Quintais	-
67. Xique-Xique	(não foi dita)	Alimento	Caatinga	Região

IV) Lista das Plantas Medicinais

Nome popular	Parte utilizada	Procedimento	Cura
1. Alecrim	Folha	Beber chá da folha	Gripe
2. Alecrim de cabôco	Folha	Cheirar a folha	Sinusite
3. Anador	Folhas	Faz o chá das folhas	Contra dor de cabeça e barriga
4. Angico	Casca	Faz lambedor e toma	Catarro
5. Arapiraca e Espinheiro branco	Casca	Junta as duas raspas, coloca na água (sem ferver), côa e bebe.	Quentura na uretra
6. Aroeira	Casca	Raspa da casca na água, côa e bebe. Sempre renovando a água. Pode banhar (mulheres)	Inflamação
7. Artemísia	Folhas	Faz o chá das folhas	Cólicas ²⁷
8. Babão	Caule	Queima e faz o chá	Febre
		Tira o espinho, tritura e coloca na água (sem ferver)	Diarréia
		Rala e come	Vômito
9. Bálsamo	Casca	Queima a casca para fazer defumador	Dores de cabeça
10. Batata de Pulga	Tubérculo	Seca, rala e come o tubérculo	Limpeza (depurativo) do sangue
11. Boldo	Folhas	Faz o chá das folhas	Problemas intestinais e diarréia
12. Bom-Nome	Casca	Raspa da casca na água, côa e bebe.	Atraso na menstruação
13. Caibreira	Casca	Faz chá da casca	Dores de barriga
14. Canela-de-veado	(não informada)	(não informada)	Abortiva
15. Capim-santo	Folhas	Chá das folhas	Calmante
16. Catingueira	Flor	Faz o chá e toma	Febre
	Casca	Deixa a raspa da casca na água, côa e bebe	Infecção no intestino
	Olho'	Faz o chá e toma	Disenteria
17. Colônia	Folha	Faz o chá das folhas	Calmante e contra insônia
18. Confrei	Folha	Faz pomada das folhas	Cicatrizante e dores reumáticas

²⁷ Não indicado o uso por mulheres grávidas.

19. Coqueiro amarelo da praia	Óleo	Misturar o óleo com o pó da samba-caitá	Cicatrizante
	Água	Água repõem os sais minerais e hidrata	
20. Coroa-de-frade	Interior do caule	Descasca, corta em pedaços, coloca na água, aguarda e toma	Vermes
21. Erva-cidreira	Folhas	Chá das folhas	Calmanete e dores de cabeça
		Confecção de sabonetes	Confecção de sabonetes
22. Facheiro	Caule (galhos)	Pedaços do caule na água e toma	Problemas no rim
23. Feijão andu (ou de madeira)	Semente	Faz o 'café' e bebe	Tonturas na cabeça
24. Hortelã Miúda	Folha	Chá ou lambedor da folha	Expectorante, digestivo e calmante
25. Imbeira	Casca	chá da casca	Mordida de cobra
	(não informada)	(não informada)	Coluna
26. Imburana	Casca	Deixa a raspa da casca na água, cõa e bebe	Disenteria, cólica
27. Jatobá	Casca	Faz um xarope com a casca, acrescenta angico e toma	Catarro
28. Jericó	Toda a planta	Cozinha, faz o chá e toma.	Gripe
29. Juazeiro	Folha	Comer a folha	Catarro
		Fazer chá com 3 folhas	Gripe
	Casca	Fazer lambedor da casca	Gripe forte/bronquite
30. Jurema Preta ou Jurema lisa	Casca	Pisa a casca, coloca na água e ferve levemente e lava o machucado; ou Seca a casca no fogo, pisa, fazendo o tabaco e coloca o pó na ferida.	Cicatrizante
	Raiz	Cozinhar a raspa da raiz e lavar a boca	Feridas em boca (aftas)
31. Macambira	Folha	Chá com o olho da folha	<ul style="list-style-type: none"> • Disenteria infantil • Para o dente sair sem doer

32. Mastruz	Folhas	Faz lambedor, xarope ou chá das folhas e caule	Expectorante
	Caule	Bate as folhas e caule no liquidificador com leite	Contra verme, câncer e tuberculose
33. Mororó (Pata-de-vaca)	Semente	Tomar o 'café' da semente, sem açúcar	Tontura
	Casca	Raspa da casca, sem água	Garganta
34. Mulungu	Entrecasca	Colocar na água, espremer e pingar	Colírio
	Casca	Piar na casca e colocar sobre o dente podre	Faz o dente podre cair
35. Mussambê	Raiz	(não informada)	Catarro
36. Pau-Ferro-Jucá	Casca	Coloca a casca na água, espera e bebe	<ul style="list-style-type: none"> • Dores e Inflamação na coluna • Anti-inflamatório
37. Pimenta-do-reino	Semente	Pisa 15 sementes, ferva esfrie e tome	Febre
38. Pinhão brabo	'Leite'	<ul style="list-style-type: none"> • Uso externo • Uso interno 	<ul style="list-style-type: none"> • Curativo • Soro para picada de cobra
39. Piranha	Casca	Raspa da casca na água	Infecção do parto
40. Poejo	Toda planta	<ul style="list-style-type: none"> • Lambedor da planta • Chá da planta 	Expectorante/ Catarro (principalmente para criança)
41. Quina-Quina	(não informada)	(não informada)	<ul style="list-style-type: none"> • Esquecimento • Menstruação atrasada
42. Quixabeira	Casca	raspa da casca na água, coa e bebe.	Inflamação/ Pancada
43. Transagem	Folha	Faz o chá das folhas e gargareja (sem tomar)	Dores ou inflamação na garganta
44. Umburana	Casca	(não informada)	Disenteria
45. Umbuzeiro	Casca	Faz chá da casca	Disenteria
46. Urtiga	Raiz	Faz o chá da raiz	Problemas nos Rins
47. Velame	Folha	(não informada)	Depurativo para o sangue
48. Xambá	Folhas	Faz o chá ou lambedor das folhas	Expectorante

Obs: do 2 ao 28 são cultivadas no Laboratório de Fitoterapia.

V) Índice das Fotografias

Capa: Juazeiro sagrado da aldeia Ouricuri e Catingueira (foto invertida)

Fotografias: Carla Siqueira Campos

Arte: Marcos Siqueira Campos

1. Afluente do Rio Cipriano seco durante o verão. **Pg. 39**
2. Lixo acumulado por trás da igreja no centro da aldeia urbana. **Pg. 41**
3. Vista da rua de principal acesso pela cidade de Águas Belas. **Pg. 53**
4. Visão geral da aldeia Ouricuri. **Pg. 55**
5. Retirada da casca para uso medicinal. **Pg. 58**
6. Palha de Ouricuri sendo laxada por uma criança Fulni-ô. **Pg. 70**
7. Colméia de abelha italiana na caatinga do entorno do Xixiakhlá. **Pg. 81**
8. Colméia de abelha Jandaíra na caatinga do entorno do Xixiakhlá. **Pg. 81**
9. Criação de cabra na caatinga próxima a aldeia Ouriuri. **Pg. 84**

VI) Índice de Quadro

1. Perfil dos/as Informantes. **Pg. 23**
2. Endemismo observado nas caatingas. **Pg. 42**
3. Recursos naturais utilizados no artesanato. **Pg. 66**
4. Abelhas cultivadas ou com potencial para cultivo. **Pg. 80**
5. Relação das aves de maior importância para caça. **Pg. 83**
6. Relação do pescado. **Pg. 86**
7. As diferentes utilidades dos ambientes. **Pg. 88**
8. Critério social para uso das ervas/plantas medicinais. **Pg. 91**
9. Modo de uso das plantas. **Pg. 92**

VII) Índice de Mapas

1. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, no estado de Pernambuco. **Pg. 14**
2. Localização do núcleo da cidade de Águas Belas e a área indígena Fulni-ô. **Pg. 45**

VIII) Índice de Gráficos

1. Distribuição dos/as entrevistados/as por sexo e faixa etária. **Pg. 25**